

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS – UEG
CÂMPUS MORRINHOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AMBIENTE E SOCIEDADE – PPGAS

MARYBETH FARIA MACHADO

**GRUPO CARAMURU ALIMENTOS S.A., EM ITUMBIARA/GOIÁS:
interações socioeconômicas e ambientais**

MORRINHOS/GOIÁS

2017

MARYBETH FARIA MACHADO

**GRUPO CARAMURU ALIMENTOS S.A., EM ITUMBIARA/GOIÁS:
interações socioeconômicas e ambientais**

Dissertação apresentada como parte de avaliação para obtenção do título de Mestre junto ao Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Ambiente e Sociedade pela Universidade Estadual de Goiás, Câmpus Morrinhos.

Orientadora: Prof.^a Dra. Magda Valéria da Silva

MORRINHOS

2017

MARYBETH FARIA MACHADO

**GRUPO CARAMURU ALIMENTOS S.A., EM ITUMBIARA/GOIÁS: das interações
socioeconômicas ambientais**

Dissertação apresentada como parte de avaliação para
obtenção do título de Mestre junto ao Programa de Pós-
Graduação *stricto sensu* em Ambiente e Sociedade pela
Universidade Estadual de Goiás, Câmpus Morrinhos.

BANCA EXAMINADORA:

Prof.^a Dra. Magda Valéria da Silva
(Orientadora)

Prof. Dr. Hamilton Afonso de Oliveira
Universidade Estadual de Goiás/Câmpus Morrinhos

Prof.^a Dra. Patrícia Francisca Matos
Universidade Federal de Goiás/Regional Catalão

Morrinhos, ____ de janeiro de 2018.

Dedico esse estudo a minha perseverança e vontade de adquirir novos conhecimentos sempre.

AGRADECIMENTOS

A Deus, que me permitiu realizar mais esse sonho, com muita fé, força de vontade, saúde e disposição, sem dúvida, um período difícil e de muita renúncia.

Aos meus pais, Waldemar e Esperança, que me deram a vida, sempre acreditaram no meu potencial e na minha vontade de crescer pessoal e profissionalmente.

Aos meus amados filhos, Marcelo, Renato e Vinícius, por me ajudarem na elaboração desse estudo e por torcerem pelo meu sucesso.

À minha irmã Simonete pela adequação da minha jornada de trabalho, sem a qual seria impossível realizar esse curso.

De maneira muito especial, quero agradecer a professora Magda Valéria da Silva, que com sua paciência, compreensão, estímulo e disponibilidade, ajudou-me a delinear os caminhos a serem percorridos para chegar ao cerne de uma discussão tão complexa e também, por acreditar no meu potencial.

Ao Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Sociedade (PPGAS) pela oportunidade de cursar o mestrado acadêmico.

Ao professor Hamilton Afonso de Oliveira e à professora Patrícia Francisca Matos, o meu “muito obrigada” pelas importantes contribuições na qualificação, que ajudaram a sanar dúvidas e a estruturar a discussão almejada.

A todos os professores do mestrado, pelos ensinamentos e transmissão de conhecimentos, contribuíram para a minha formação.

Aos meus queridos amigos do PPGAS, Adriana Maria, Adriana Roveri, Alisson, Laianny e Maria José, pelas trocas de conhecimentos e pela ajuda, no decorrer do curso, que foram fundamentais para que eu alcançasse essa vitória. Quero agradecer de maneira especial, a companheira Laira, amiga incondicional de todas as horas.

Ao grande companheiro da Especialização, Cleiton Dourado, que direcionou meus estudos na seleção do Mestrado.

Aos funcionários e diretores do Grupo Caramuru Alimentos, Fábio Palhares, Jocilaine Cassiano, Cleando Tavares, Anderson Miranda, Leandro Campos, Davi Depiné, que me prestaram informações sem as quais seria impossível realizar esse estudo.

RESUMO

O objeto de estudo deste trabalho é analisar uma indústria de grande porte do segmento alimentício, a Caramuru Alimentos S.A., sediada em Itumbiara, Goiás, fundada em 1975. Atualmente, a empresa está presente mediante filiais nos estados de Goiás, Paraná, Mato Grosso e São Paulo e atua nos segmentos de fabricação de produtos industrializados para consumo humano, alimentação animal, insumos industriais, comercialização de *commodities*, produção de biodiesel e setor de logística. Atende milhares de consumidores no país por meio de suas diferentes linhas de produtos naturais à base de soja, milho, girassol e canola, além de fornecer matéria-prima para fabricantes de massas, biscoitos, e outros segmentos, como cervejarias, mineradoras e a indústria de ração. O objetivo desse estudo foi compreender como se dão os processos de formação e estruturação das articulações espaciais empreendidos pela empresa Caramuru Alimentos S.A., destacando os aspectos socioeconômicos e ambientais e como estes contribuem para a inserção do município de Itumbiara/Goiás à economia global. Para desenvolver essa pesquisa, utilizou-se como procedimentos metodológicos: pesquisa bibliográfica, pesquisas documentais e pesquisa de campo, esta por sua vez, pautada na aplicação de roteiros de entrevistas semiestruturados aos diretores e funcionários da indústria em estudo. A pesquisa pauta-se em uma abordagem qualitativa para a análise dos dados, informações e objetivos propostos. A proposta teórico-metodológica norteadora para a realização deste estudo se deu por meio da utilização do conceito de redes, que se consolida mediante o estabelecimento de um espaço de fluxos materiais e imateriais articulados por este Grupo, que possibilitam conexões e relações diversas, com diversos lugares e em escalas internacional, nacional, regional e local. O Sul Goiano é integrado nacionalmente a partir da instalação do agronegócio, da instalação de empresas ligadas ao Complexo Agroindustrial, de infraestruturas de transporte e de serviços que servem aos grandes grupos econômicos que produzem, comercializam e processam *commodities* agrícolas. A Caramuru Alimentos tem contribuição para que essa nova dinâmica do capital se estabelecesse em Itumbiara, por diversificar sua área de atuação, que redundou na abertura de empresas processadoras de alimentos, fabricação de alimentação animal, realização de exportação de grãos, entre outros segmentos. Nesse sentido a empresa contribuiu juntamente com tantas outras para o dinamismo e crescimento econômico local, assim como para com outras localidades, que receberam filiais desta empresa. Portanto, a inserção do Grupo Caramuru Alimentos no *ranking* dos “500 Maiores do ICMS”, de Goiás aponta o quão é intensa a movimentação financeira da empresa no estado e coloca o município de Itumbiara entre os dez maiores arrecadadores de ICMS estaduais, assim como em uma grande geradora de empregos nas localidades onde está presente.

Palavras-chave: Agronegócio. Redes. Caramuru Alimentos. Itumbiara/GO.

ABSTRACT

The object of this study is to analyze a large food industry, Caramuru Alimentos SA, headquartered in Itumbiara, Goiás, founded in 1975. Currently, the company is present through branches in the states of Goiás, Paraná, Mato Grosso and São Paulo and operates in the manufacturing segments of industrialized products for human consumption, animal feed, industrial inputs, commodity marketing, biodiesel production and logistics. Serves thousands of consumers in the country through its different natural product lines based on soy, corn, sunflower and canola, as well as providing raw material for pasta manufacturers, biscuits, and other segments such as breweries, mining companies and industry of feed. The objective of this study was to understand how the processes of formation and structuring of spatial articulations undertaken by Caramuru Alimentos S.A., highlighting the socioeconomic and environmental aspects and how these contribute to the insertion of the municipality of Itumbiara / Goiás into the global economy. In order to develop this research, we used as methodological procedures: bibliographic research, documentary research and field research, this in turn, based on the application of semi-structured interview scripts to the directors and employees of the industry under study. The research is based on a qualitative approach for the analysis of the data, information and objectives proposed. The theoretical-methodological proposal for this study was made through the use of the concept of networks, which is consolidated through the establishment of a space of material and immaterial flows articulated by this Group, which enable diverse connections and relationships, with several places and at international, national, regional and local levels. The South Goiano is integrated nationally from the installation of agribusiness, the installation of companies linked to the Agroindustrial Complex, transportation infrastructures and services that serve the large economic groups that produce, commercialize and process agricultural commodities. Caramuru Alimentos has contributed to this new dynamic of capital to establish in Itumbiara, for diversifying its area of operation, which results in the opening of food processing companies, animal feed manufacturing, export of grain, among other segments. In this sense, the company contributes along with so many others to the dynamism and local economic growth, as well as to other localities, which received subsidiaries of this company. Therefore, the insertion of the Caramuru Alimentos Group in the ranking of the “Biggest 500 of ICMS” of Goiás indicates how intense the financial movement of the company in the state is and places the municipality of Itumbiara among the ten largest ICMS state collectors, as well as in a great generator of jobs in the localities where it is present.

Keywords: Brazilian *Cerrado*. Agribusiness. Modernization of agriculture. Agricultural commodities.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Vista aérea da indústria da Caramuru Alimentos S.A., unidade de Itumbiara, Goiás	45
Figura 2. Terminal do Grupo Caramuru Alimentos S.A. no Porto de Santos/SP.	54
Figura 3 – Armazém de Chapadão do Céu (GO)	69
Figura 4 – Armazém de Ipameri (GO)	70
Figura 5 – Armazém de Pensão Velha (GO).	70
Figura 6 – Armazém XL da Caramuru Alimentos no Porto de Santos/SP.	78
Figura 7 – Armazéns da Caramuru Alimentos no Porto de Tubarão – Vitória/ES.	79
Figura 8 – Armazém e Terminal da Caramuru no Porto Saída Norte em Santana/AP.	79

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Faturamento global da empresa com a venda de produtos 2010 a 2016 (em milhões de R\$).	85
Gráfico 2 – Faturamento anual da empresa com a venda de produtos in natura – 2010 a 2016 (em milhões de R\$).	87

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Produtos Sinhá (2017).	72
Quadro 2 – Certificações das unidades da Caramuru Alimentos S.A. em 2017	74
Quadro 3 – Localização das unidades industriais da Caramuru Alimentos S.A. no Brasil (2017).	101

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Localização do município de Itumbiara/Goiás	14
Mapa 2 – Localização das unidades do setor sucroalcooleiro e os respectivos municípios em que se encontram instaladas, no Estado de Goiás, em 2016	41
Mapa 3 – Localização dos Armazéns Caramuru nos estados de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais e Paraná (Brasil).	71

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Produção de cana-de-açúcar em Goiás: área colhida (ha) e quantidade produzida (t) (2000-2016)	38
Tabela 2 – Estado de Goiás: destilarias em operação e produção de cana-de-açúcar, etanol e açúcar (2005-2015).	40
Tabela 3 – Itumbiara/Goiás: evolução da população de 1970 a 2010.	43
Tabela 4 – Itumbiara/GO: quantidade produzida (t) de girassol, milho, soja, sorgo e cana de açúcar entre 2000 e 2015	44
Tabela 5 – Itumbiara/Goiás: Emprego – MTE/RAIS de 1999 a 2015.	83
Tabela 6 – Itumbiara/Goiás: Emprego – MTE/RAIS de 1999 a 2015.	84
Tabela 7 – Itumbiara/Goiás: PIB de 2002 a 2014.	89
Tabela 8 – Participação dos setores da economia no PIB de Itumbiara (2002 a 2014).	90
Tabela 9 – Participação do município de Itumbiara no total do PIB estadual (2000 a 2013)	91
Tabela 10 – Itumbiara/GO: Arrecadação de ICMS – setores indústria e agropecuário (2007-2016).	91
Tabela 11 – Itumbiara/GO: Arrecadação de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) por setores da economia (1998-2016).	93

LISTA DE ABREVIACÕES, SIGLAS E SÍMBOLOS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
AP	Amapá
APPCC	Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle
BPF	Boas Práticas de Fabricação
CAI	Complexo Agroindustrial
CIF	<i>Cost, Insurance and Freight</i>
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
DDOS	Destilado de Óleo de Soja
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
ES	Espírito Santo
et al.	e colaboradores
ETE	Estação de Tratamento de Efluentes
FOB	<i>Free on Board</i>
FOMENTAR	Fundo de Participação e Fomento à Industrialização do Estado de Goiás
GO	Goiás
ha	hectare
HACCP	Certificação de Segurança Alimentar
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias
IMB	Instituto de Estudos Socioeconômicos Mauro Borges
ISO	<i>International Organisation for Standardisation</i> – Organização Internacional de Normalização
LTDA	Limitada
MG	Minas Gerais
MS	Mato Grosso do Sul
MT	Mato Grosso
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
NTIC	Novas Tecnologias de Informação e da Comunicação
OHSAS	Série de Avaliação da Segurança e Saúde Ocupacional
Org.	Organização

p.	página
PA	Pará
PDV	pontos de venda
PIB	Produto Interno Bruto
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
PR	Paraná
PRODUZIR	Programa de Desenvolvimento Industrial de Goiás
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
RPAs	Regiões Produtivas Agrícolas
S.A.	Sociedade Anônima
SGI	Sistema de Gestão Integrada
SGQ	Sistema de Gestão da Qualidade
Sistema Hard IP	<i>Hard Identity Prederived System</i>
SP	São Paulo
SSO	Gestão da Segurança e Saúde Ocupacional
t	tonelada
TCC	Certificados de Transação
TICs	Tecnologias da Informação e Comunicação
USDA	<i>United States Department of Agriculture</i>
VA	Valor Agregado
%	porcentagem

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 O PROCESSO DE ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DO CAPITAL DO GRUPO CARAMURU ALIMENTOS S.A. EM GOIÁS.	18
2.1 O processo de modernização da agricultura científica e a atração de agroindústrias para Goiás.	18
2.2 O papel da modernização agrícola no Sul Goiano e em Itumbiara/GO	34
2.3 A inserção do Grupo Caramuru Alimentos S.A. em Itumbiara/Goiás	45
3 A REDE PRODUTIVA DO GRUPO CARAMURU ALIMENTOS S.A.	52
3.1 O Grupo Caramuru Alimentos S.A.: estratégias para inserção no mercado nacional e internacional.	52
3.2 Conceito de Redes: o caso do Grupo Caramuru Alimentos S.A.	57
3.3 As redes firmadas pelo Grupo Caramuru Alimentos S.A.	60
3.3.1 As relações do Grupo Caramuru Alimentos S.A. com os fornecedores de insumos e de <i>commodities</i>	62
3.3.2 As filiais e representações comerciais do Grupo Caramuru Alimentos S.A.	64
4 A DINÂMICA SOCIOECONÔMICA E AMBIENTAL DO GRUPO CARAMURU ALIMENTOS S. A. EM ITUMBIARA/GO	76
4.1 A importância do Grupo Caramuru Alimentos S.A. na inserção de Itumbiara/GO na economia globalizada.	76
4.2 A importância do Grupo Caramuru Alimentos S.A. na dinâmica local.	80
4.3 Crescimento econômico e política ambiental do grupo Caramuru Alimentos S.A.	97
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.	101
REFERÊNCIAS.	105
ANEXO 1	112
Anexo A – Roteiro de Entrevista – Setor Comercial Produtos Processados.	113
Anexo B – Roteiro de Entrevista – Setor de Compras.	115
Anexo C – Roteiro de Entrevista – Setor Comercial Produtos <i>in natura</i>	117

1 INTRODUÇÃO

O tema desse estudo científico objetiva compreender a influência do Grupo agroindustrial Caramuru Alimentos S.A. no desenvolvimento socioeconômico de Itumbiara, estado de Goiás.

A escolha do objeto de estudo, se justifica inicialmente pelo fato deste Grupo¹ organizar um complexo industrial em torno do setor alimentício, envolvendo produção e comercialização de *commodities*² agrícolas, processamento e distribuição de alimentos, entre outras ações que são realizadas a partir do município de Itumbiara, onde se localiza a matriz. Além disso, a Caramuru Alimentos S.A. é uma companhia de capital totalmente nacional, pertence à família Borges de Souza, foi fundada em 1964 na cidade de Maringá/Paraná e transferida para Itumbiara em 1975.

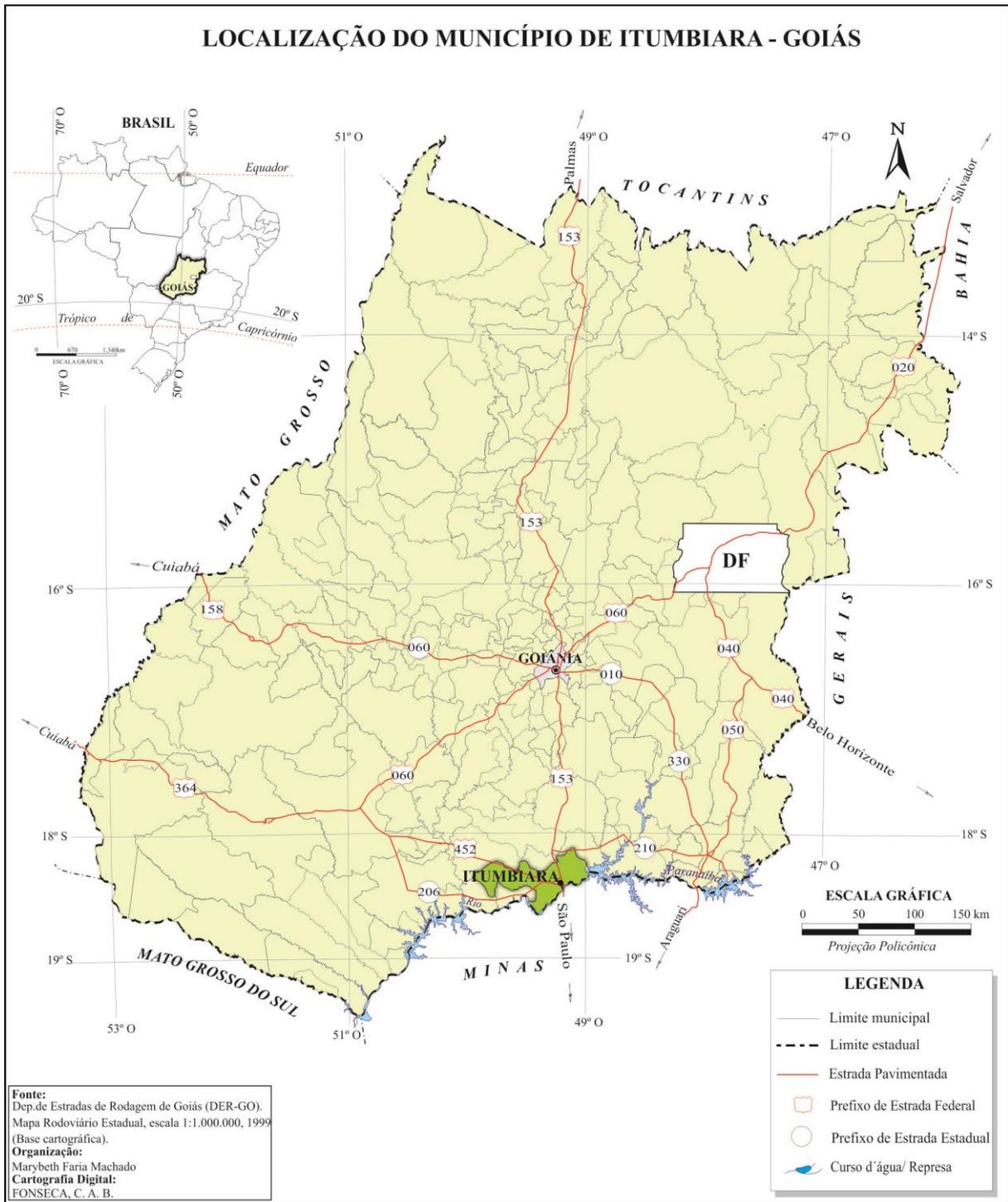
A análise espacial deste objeto de estudo se dá a partir de Itumbiara (Mapa 1), numa tentativa de mensurar parcialmente as relações espaciais organizadas por esta empresa com o restante do território nacional e até internacional. Já o recorte temporal delimita-se no período compreendido desde a sua fundação em 1975 até 2017.

Ante as mudanças que ocorreram nas áreas de Cerrado, especificamente na região Centro-Oeste, que adquiriu nova valoração, devido à inserção de inovações técnico-científicas no processo produtivo agrícola, bem como a implementação de políticas agrícolas pelo Estado, induzindo a expansão da fronteira agrícola. Tais condições fizeram do Sul Goiano, um local propício para que a Caramuru Alimentos S.A. ampliasse seus negócios, já inaugurando no ano de 1975, uma planta de processamento de milho em Itumbiara.

Para compreender parte dessa complexidade analítica no viés científico, a problemática principal a conduzir a investigação baseia-se em entender: Quais são as contribuições do Grupo Caramuru Alimentos S.A. para o desenvolvimento econômico, social e tecnológico de Itumbiara, bem como para a dinamização da agricultura moderna neste município?

¹ “Grupo econômico é o conjunto de sociedades empresariais que, de algum modo, coordenam sua atuação para maximizar o lucro e a produtividade, diminuir os custos e, assim, garantir posição no mercado” (MUNIZ, 2013, p. 1).

² Produtos primários ou *commodities* são bens produzidos em atividades agropecuárias ou resultantes de extração mineral e vegetal. São produtos originários, portanto, do setor primário da produção. A produção de produtos primários é em geral na economia e especialmente nas exportações dos países subdesenvolvidos. Na maioria das vezes, destinam-se ao mercado externo e seus preços costumam sofrer grandes oscilações, ao contrário dos produtos manufaturados, característicos dos países desenvolvidos (DICIONÁRIO, 2008, p. 327).



Mapa 1. Localização do município de Itumbiara-Goiás.

Fonte: Departamento de Estradas de Rodagem de Goiás (DER-GO, 1999).

Por fim, a presente proposta de pesquisa almeja entender como se dão os processos de formação e estruturação das articulações espaciais empreendidos pela empresa Caramuru Alimentos S.A., destacando os aspectos socioeconômicos e ambientais e como estes contribuem para a inserção do município de Itumbiara/Goiás à economia global.

Os objetivos específicos são: 1) Conhecer o processo de organização e estruturação do capital do grupo Caramuru Alimentos diante do desenvolvimento da agricultura tecnificada em Goiás e em Itumbiara; 2) Dimensionar a rede produtiva organizada pela empresa Caramuru Alimentos nos lugares em que está presente, e como esta contribui para a inserção de Itumbiara na economia globalizada; 3) Apresentar o papel e a importância da Caramuru Alimentos na dinâmica socioeconômica em Itumbiara; 4) Destacar as políticas e medidas ambientais adotadas pela empresa diante do processo produtivo industrial empreendido localmente.

Para elaboração desse estudo alguns problemas/hipóteses tornaram-se relevantes para que esses objetivos fossem alcançados e cumpridos metodologicamente. Dentre as hipóteses, destacam-se: 1) Quais são as contribuições do grupo empresarial Caramuru Alimentos S.A. para o desenvolvimento econômico, social e tecnológico de Itumbiara? 2) Como se dá o processo de organização da rede empresarial e produtiva da Caramuru Alimentos e como esta contribui para a inserção de Itumbiara em uma economia globalizada? 3) De que forma se dá o processo de produção e reprodução do capital da Caramuru Alimentos e quais impactos na dinâmica econômica de Itumbiara? 4) Quais são as políticas e medidas ambientais adotadas pela empresa no processo de transformação de alimentos?

Para que essas questões fossem analisadas e/ou refletidas, foi necessária a adoção de alguns procedimentos metodológicos e estratégias de pesquisa.

Desse modo, essa proposta de pesquisa pauta-se em uma abordagem qualitativa para a análise dos objetivos propostos, tendo em vista a natureza dos dados a serem usados ao longo da pesquisa, e ainda devido a análise dos resultados respaldar-se em uma visão crítica de como o capital se produz e reproduz no espaço, promovendo por um lado, o desenvolvimento e crescimento econômico, mas por outro, contribuem para a perpetuação das desigualdades sociais e exclusão de parte da sociedade local (RAMIRES; PESSOA, 2009; MARAFON et al., 2013).

Diante das dificuldades e as inquietações investigativas que o assunto apresenta, é indispensável elaborar alguns caminhos metodológicos que viabilizem a investigação científica do tema proposto. Com tal intento, este projeto se estrutura metodologicamente em três etapas: Pesquisa Bibliográfica, Pesquisa Documental e Pesquisa de Campo, que estão articuladas do ponto de vista conceitual e teórico, que por sua vez, buscam responder aos questionamentos sobre o foco desta pesquisa.

A Pesquisa Bibliográfica utilizou obras e referências científicas (livros, artigos, dissertações, teses) que subsidiam teórica e conceitualmente a análise proposta sobre a

chegada da agricultura moderna e seu impacto nas localidades goianas, a atração de empresas agroindustriais por Goiás, o processo de formação e estruturação do capital da Caramuru Alimentos S.A., as relações espaciais firmadas por essa empresa, entre outros aspectos relevantes. Para tanto, serão considerados conceitos e temas, como: modernização da agricultura, agroindustrialização, relações e articulações espaciais, produção e reprodução do capital, divisão territorial do trabalho, tecnologias e outros. Esses conceitos foram subsidiados por autores como: Matos e Pessoa (2011); Santos (2005); Santos e Silveira (2008); Matos (2007), dentre outros. Essas leituras possibilitaram entender a importância dos aspectos econômicos induzindo o dinamismo do município de Itumbiara, no Sul Goiano.

A Pesquisa Documental teve como suporte a análise de dados e informações levantadas junto ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto de Estudos Socioeconômicos Mauro Borges (IMB), *homepages* da empresa pesquisada e outros mais. Dentre as informações a serem levantadas, estão: população, Produto Interno Bruto (PIB), identificar onde estão sediadas as filiais, dentre outras informações que contribuirão para compreender a realidade socioeconômica de Itumbiara.

A Pesquisa de Campo foi essencial para o levantamento de informações inerentes ao grupo empresarial pesquisado, para tanto, foram aplicados, no decorrer do mês de junho de 2017 roteiros de entrevistas semiestruturados. Desse modo, foram aplicados três roteiros de entrevistas semiestruturados, direcionados para os seguintes setores da empresa investigada: Comercial de Produtos Processados, Comercial de Produtos *in natura* e de Compras. O roteiro do Setor Comercial de Produtos Processados foi respondido pelo Diretor Comercial e Supervisor de Logística; o do Setor Comercial de Produtos *in natura*, pelo Gerente de Exportação; e o do Setor de Compras, pelo Gerente de Suprimentos e Diretor de Originação.

Em termos estruturais, esta Dissertação encontra-se dividida em cinco seções, que articulam-se teórica e metodologicamente,

A Seção I destina-se a Introdução, já a Seção 2 trata do processo de organização e estruturação do capital do Grupo Caramuru Alimentos S.A. em Goiás; do processo de modernização da agricultura científica e a atração de agroindústrias para Goiás; do papel da modernização agrícola no Sul Goiano e o processo de agroindustrialização em Itumbiara; e da chegada do Grupo Caramuru Alimentos nesse município.

A Seção 3 discorre a respeito das relações espaciais do Grupo Caramuru Alimentos S.A. com os fornecedores de grãos e *commodities*, que encontram-se espalhados pelo território brasileiro.

A dinâmica socioeconômica e ambiental do Grupo Caramuru Alimentos em Itumbiara/GO; a importância do mesmo na dinâmica local; o crescimento econômico e a política ambiental do Grupo, são os assuntos a serem discutidos na Seção 4. E, para finalizar, são apresentadas as Considerações Finais, acerca do assunto, na Seção 5.

O presente estudo buscou que o Grupo Caramuru Alimentos S.A. encontrou condições propícias para expansão em Itumbiara, condição está que possibilitou-o a diversificar suas atividades, levando a conquistar e ampliar seu mercado consumidor, especialmente o de produtos alimentícios processados.

2 O PROCESSO DE ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DO CAPITAL DO GRUPO CARAMURU ALIMENTOS S.A. EM GOIÁS

2.1 O processo de modernização da agricultura científica e a atração de agroindústrias para Goiás

Desde o descobrimento, o Brasil vem mostrando seu potencial agrário, especialmente agroexportador, que teve como pilar os diversos ciclos econômicos agrícolas, tais como: da cana-de-açúcar, da borracha, do cacau, do fumo e café, que passaram por períodos de alta produção, maior parte destinada a exportação, mas também enfrentaram declínios desastrosos reverberando na dinâmica econômica nacional.

Parte da formação territorial e do processo de urbanização no Brasil tem como base a produção agrícola, realizada no campo, portanto, a tradição da economia nacional continua sendo de um grande produtor agrícola, porém, em termos recentes a produção ganhou um novo significado econômico no mercado mundial, pois se apresenta de forma mais científica e tecnificada, cujos índices de produção e produtividade são altos.

De acordo com Castro (1999) a agricultura possui as seguintes funções no desenvolvimento econômico, sendo: 1) gerar e ampliar permanentemente seu excedente de alimentos e matérias-primas; 2) liberar a mão-de-obra; 3) criar mercado; e transferir capitais.

A história da humanidade, principalmente no século XX, foi palco de grandes mudanças no nível econômico da população mundial, com a acelerada produção e a aquisição e substituição de bens de consumo. Foi nesse contexto que a população migrou do campo para as cidades e enalteceu-se o progresso industrial, propalado pelo contexto urbano-industrial.

Cabe dizer que o avanço do processo de modernização da agricultura, consubstanciada em elementos da ciência, técnica, tecnologia e do mercado global, promoveu transformações profundas no meio rural, inclusive nas suas formas de organização e representação de interesses (SANTOS, 2008).

Modernização da agricultura é entendida “como a adoção de novas técnicas e tecnologias no processo produtivo propiciando significativas alterações na estrutura fundiária”. Com as tecnologias inseridas na agricultura, cada vez mais eleva a produtividade e restringe-se a área de plantio (MENDONÇA et al., 2002, p. 10).

Na agricultura dos países mais desenvolvidos, esse fenômeno se apresentou, sobretudo, no século XIX; já no Brasil esse processo se consolida a partir da metade do século XX, cujos efeitos se deram e ainda se dão no sentido de promover uma maior diferenciação econômica e social no território brasileiro, cujo destaque nessa pesquisa se dá para o Sul do estado de Goiás, que integra a região Centro-Oeste.

Na agricultura científica globalizada, conforme Mazzali (2000, p. 18), o padrão explicativo do Complexo Agroindustrial (CAI) se assentava em três pilares que passam, a partir de então, a não dar mais conta da nova realidade agrícola: “a) um padrão de desenvolvimento tecnológico baseado no paradigma da Revolução Verde; b) um aumento das exportações de produtos processados, provenientes da agricultura; c) e a forte atuação do Estado como financiador e regulador da agricultura”.

Agricultura científica globalizada é o novo padrão agrícola emergente da superação desses três pilares:

a) o aperfeiçoamento e, em certa medida, a superação do padrão tecnológico difundido pelo paradigma da Revolução Verde, com a adoção das Novas Tecnologias de Informação e da Comunicação (NTIC), como a informática, a microeletrônica, a biotecnologia, a engenharia genética e a formação e transmissão de bancos de dados; b) o aumento das exportações de produtos primários em detrimento dos produtos processados, como é o caso da soja (principal commodity agrícola de exportação); c) e a menor atuação do Estado como o principal regulador da agricultura, com a privatização e/ou sucateamento da maioria das empresas e instituições públicas responsáveis pelos diferentes aspectos da produção agrícola (financiamento, política de preços mínimos, armazenamento, produção de adubos e fertilizantes). (FREDERICO, 2013, p. 3).

Fernandes (2005), considera o agronegócio como a nova denominação do novo modelo de desenvolvimento econômico da agropecuária capitalista. O termo agronegócio surgiu da tradução do termo *agribusiness*, estruturado pelas contribuições dos professores Goldberg e Davis (1957).

Segundo Araújo, Wedekin e Pinazza (1990, p. 3) o *agribusiness* é o somatório

[...] total das operações de produção e distribuição de suprimentos agrícolas; as operações de produção nas unidades agrícolas; e o armazenamento, processamento dos produtos agrícolas e itens produzidos com eles. O “agribusiness” engloba os fornecedores de bens e serviços à agricultura, os produtores agrícolas, os processadores, transformadores e distribuidores envolvidos na geração e no fluxo dos produtos agrícolas até o consumidor final. Participam também nesse complexo os agentes que afetam e coordenam o fluxo dos produtos, tais como o governo, os mercados, as entidades comerciais, financeiras e de serviços. (ARAÚJO; WEDEKIN; PINAZZA, 1990, p. 3, grifos dos autores).

O agronegócio é a fusão da agropecuária e da indústria, de forma que a interdependência está presente desde a aquisição de insumos para a plantação, passando pela estrutura de irrigação, utilização de máquinas, embalagem dos produtos e transporte. A produção, orientada para conseguir a máxima produtividade, envolve uma extensa e diversa quantidade de empresas e tecnologias (WAVERLY, 2015).

Conforme Milton Santos (2008), pode-se falar do agronegócio como uma agricultura científica globalizada, ou seja, quando a produção agrícola tem uma referência planetária, e recebe influência das mesmas leis que regem os outros aspectos da produção econômica.

Desde as décadas iniciais do século XX, diversas estratégias políticas para o crescimento econômico da região Centro-Oeste foram formuladas, baseadas num discurso de integração do espaço regional à economia nacional. Algumas dessas estratégias, conforme afirmativa de Matos (2007), contribuíram em maior proporção para a ocupação e tecnificação do seu espaço, com destaque para a “Marcha para o Oeste”, as Colônias Agrícolas, a construção de Goiânia e de Brasília, e ainda o Plano de Metas.

A primeira fase do movimento “Marcha para o Oeste” entre os anos 1930 e 1945, deu-se início à transição definitiva da agricultura de subsistência para a agricultura comercial no estado de Goiás. Nesse período, Goiás assumiu, de acordo com Ferreira et al. (2016, p. 25) “a demanda de alimentos das regiões Sul e Sudeste, até então, os únicos polos industriais no país”.

Nota-se, que há uma prioridade para o desenvolvimento de obras de infraestrutura de transportes e energia, com ênfase no modal rodoviário, cujo, arranque inicial foi realizado no final da década de 1960, no Governo Juscelino Kubitschek (1956-1961), quando foram planejadas as rodovias de integração nacional e, principalmente, construiu Brasília para sediar a nova capital do país. Esse período foi essencial para a intensificação do uso da terra no Cerrado, a partir da construção de uma rede de rodovias, entre elas, a BR-153 – denominada Belém-Brasília –, que interliga diversos núcleos urbanos espalhados pelo interior brasileiro.

Essas ações correspondiam a uma demanda latente por infraestrutura que se formou em função da necessidade de viabilizar o funcionamento e a consolidação de Brasília. Contudo, essa perspectiva se torna mais factível no Governo Médici (1969-1974), quando se desenvolve o I Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) e, agregado a ele, ocorre a construção dos eixos rodoviários interligando o Centro-Oeste, Brasília, às demais regiões, articulando, especialmente os estados que compõem a Região Centro-Sul do país (RIBEIRO; ALMEIDA, 1988).

Contíguo com o desenvolvimento do transporte rodoviário e com a expansão do mercado nacional e internacional de bens e serviços agrícolas, dentre eles, a exportação de algodão e de grãos, como a soja e o milho, essas condições reverberaram em mudanças socioespaciais, que provocaram a atração de população de outras regiões para o Cerrado, levando ao rápido crescimento demográfico de algumas cidades (FERREIRA et al., 2016).

Posto esse panorama urbano e de criação de infraestruturas, a respeito do processo de modernização da produção agrícola no Brasil, nota-se que se desdobra nos meados da década de 1950 e início de 1960. Constatando que, de um lado, tem-se o aumento da produção, da produtividade e da concentração de terras e rendas, mas de outro, intensifica-se o envolvimento popular frente aos problemas e as questões rurais que se tornam mais significativas no país. Dentre as questões sociais, destaca o avanço da luta em defesa do setor rural, como, por exemplo, a luta pela reforma agrária e, as Ligas Camponesas, principalmente no Nordeste, representaram a preocupação e revolta dos camponeses com a situação na qual viviam (GRAZIANO DA SILVA, 1980).

A partir de meados da década de 1960, a inserção de capital no setor rural brasileiro não foi um fator apenas de melhorias, que possibilitou avanços tecnológicos, incentivos à pesquisa e uso de insumos modernos, como anunciava o Governo (MATOS; PESSÔA, 2011). Ao contrário, essa capitalização agravou os problemas no setor rural, pois as políticas implementadas, a partir de então, destinavam-se especialmente às grandes fazendas transformadas em empresas rurais para atender ao mercado externo e à produção agroindustrial.

As consequências disso, conforme aponta Graziano da Silva (1980), foram a pauperização do homem do campo, conflitos pela posse da terra, êxodo rural, marginalização do pequeno proprietário e do trabalhador rural, devido à impossibilidade de se garantir um lugar no mercado, seja como comerciante, seja como mão de obra.

Santos (2005) enfatiza que os efeitos desse processo promoveram uma maior diferenciação econômica e social no território brasileiro, devido à exclusão dos pequenos produtores.

Nesse sentido, tem-se no Brasil, a partir da década de 1960, uma reestruturação em sua base produtiva, com um novo modelo de cultivo viabilizado pela consolidação da modernização agrícola. Esse procedimento foi subsidiado e financiado pelo Estado, por meio de políticas agrícolas, com escopo de modernizar algumas áreas do campo brasileiro, no sentido de determinar quais culturas de demanda mundial fossem capazes de gerar divisas para a balança comercial.

Meados dos anos de 1960 foram marcados pelo início de uma nova etapa do desenvolvimento capitalista na agricultura brasileira, cuja característica central é, de acordo com Mazzali (2000), o aprofundamento das relações do setor agrícola com a economia urbano-industrial e com o mercado externo, via relações internacionais.

Tratava-se da reformulação da inserção da agricultura no padrão de acumulação, por meio de um processo de modernização. Ainda sobre essa questão, segundo Mazzali (2000, p. 19), verifica-se algumas transformações:

- na diversificação e aumento da produção, visando a enfrentar os desafios da industrialização e da urbanização aceleradas e a necessária elevação das exportações primárias e agroindustriais;
- na transformação da base técnica da agricultura brasileira, com a consolidação do complexo agroindustrial. (MAZZALI, 2000, p. 19).

De qualquer maneira, a intensificação do processo de urbanização e do crescimento industrial exige a elevação da oferta de alimentos, mesmo que se observem, em alguns períodos, a queda da taxa média de salário real da economia.

Para Elias (2011), as transformações ocorridas na atividade agropecuária brasileira, nos últimos cinquenta anos,

[...] têm profundos impactos sobre a (re)organização do território brasileiro, resultando em novos arranjos territoriais. Entre esses, o que tenho chamado, nos últimos anos, de Regiões Produtivas Agrícolas (RPAs). As RPAs são os novos arranjos territoriais produtivos agrícolas, os territórios das redes agroindustriais, escolhidos para receber os mais expressivos investimentos produtivos inerentes ao agronegócio globalizado, representando suas áreas mais competitivas. Nelas encontram-se partes dos circuitos espaciais da produção e círculos de cooperação de importantes *commodities* agrícolas, evidenciando a dinâmica territorial do agronegócio. (ELIAS, 2011, p. 153, grifos da autora).

Nas Regiões Agrícolas Produtivas (RPAs), de acordo com Elias (2011), os grandes grupos relativos às redes agroindustriais

[...] são os maiores agentes produtores do espaço agrário e urbano. Como consequência de tais processos, intensificam-se as relações campo-cidade e a urbanização, uma vez que as redes agroindustriais necessitam também de processos que se dão no espaço urbano próximo às áreas de produção agrícola e agroindustrial; incrementando o crescimento de cidades totalmente funcionais ao agronegócio, as quais passam a ter novas funções, tal como a de gestão desse agronegócio globalizado. Processa-se, em última instância, a produção de territórios especializados e corporativos inerentes a esse agronegócio. (ELIAS, 2011, p. 153-154).

No que diz respeito aos Cerrados, a economia agropecuária instalada nessa região começou a tomar forma, entre as décadas de 1950 e 1970. Além da criação de infraestrutura e de um mercado consumidor, a introdução de alta tecnologia, amparada em planos nacionais de desenvolvimento acelerou esse processo (FERREIRA et al., 2016).

De acordo com Matos e Pessoa (2014), a participação do Estado brasileiro foi significativa, especialmente para o Cerrado. Dessa forma,

[...] para consolidar a agricultura moderna, houve incentivos fiscais, crédito agrícola, subsídios à exportação e investimentos em infraestrutura, como eletrificação rural, construção de rodovias pavimentadas e não pavimentadas, implantação de sistemas de beneficiamento e armazenamento de produtos agrícolas. Todos esses fatores possibilitaram o avanço do setor agrícola não somente para a região do Cerrado, mas também pelo estado de Goiás, sem, no entanto, ter uma preocupação com a degradação ambiental deste bioma. (MATOS; PESSOA, 2014, p. 10).

Até os meados do século XX, como aponta Matos (2007), as áreas de Cerrado permaneceram com certa desvalorização econômica, ocorrida, especialmente, pela ausência de fixos e fluxos³. Especificamente na região Centro-Oeste, a partir da década de 1970, o Cerrado adquiriu nova valoração, devido à introdução de inovações técnico-científicas no processo produtivo agrícola, bem como das políticas agrícolas implantadas pelo Estado.

Nesse contexto, de acordo com Bernardes (2007),

[...] os fixos multiplicam-se, diversificam-se, renovam-se, os fluxos se intensificam, os lugares são valorizados e especializados e a circulação se acelera. Muda a divisão do trabalho em função da extensão do mercado. Se a regularidade e a uniformidade precisam ser explicadas, a novidade é essencial, cabendo averiguar o que permitiu em determinado momento mudar o rumo. O que orienta a compreensão do território é o horizonte de expectativas do presente com um olhar para o futuro, entendendo esse presente como o entrelaçamento entre continuação da tradição e a inovação. (BERNARDES, 2007, p. 2).

Quanto à indústria de transformação, conforme afirmativa de Arrais (2013) concentrava-se em alguns setores:

[...] na parte meridional de Goiás, em cidades como Goiânia, Anápolis, Itumbiara, Morrinhos, Jataí, Goiás e Rio Verde. Na porção setentrional, que incluía o atual território tocantinense, destacavam-se Porto Nacional, Araguaína e Jaraguá. A distribuição espacial prova a relação entre urbanização e industrialização, já que a primeira estimulou três demandas, a

³ Fixos são as estruturas fixas e imóveis, tais como, casa, prédios, dentre outras. Fluxos são os caminhos de produtos, serviços ou informações entre os fixos, como estradas, rotas marinhas, rotas aéreas, internet (DINIZ et al., 2014).

saber: 1) para a cadeia da indústria da construção civil, especialmente a metalurgia (laminados, serralheria, funilaria etc.) e a fabricação de produtos a partir do processamento de minerais não-metálicos; 2) para a cadeia da indústria da alimentação, pois as cidades consumiam uma quantidade cada vez maior de bens perecíveis, especialmente, arroz, feijão, café, doces e produtos originários da panificação; 3) para a cadeia de vestuário, calçados e tecidos que abastecia o mercado urbano com a oferta de manufaturados no varejo local e regional. (ARRAIS, 2013, p. 51).

Além da concentração da indústria de transformação em alguns setores, também concentrava espacialmente em alguns municípios goianos e tocantinenses (após 1989). Com foco para a produção de alimentos, Mazzali (2000) assegura que, a garantia da resposta da produção agrícola a essa pressão da demanda interna emergiu como um objetivo fundamental, para assegurar a estabilidade salarial e de outros custos primários, pois a medida que aumentava-se a população e a renda média do brasileiro, mais produtos transformados ele consumia, como por exemplo alimentos industrializados.

Isso não se configura em um problema alimentar, ao contrário, eleva a produção e aumenta a produtividade, mas por outro lado concentra-se esta, bem como suas condições técnicas em torno de poucos grupos empresariais ou de agricultores. Aqui, vem de encontro à afirmativa de Arrais (2013), ao mencionar que, a oferta de terras foi elemento determinante para o arranjo regional de Goiás,

[...] quando se iniciaram processos conjugados que mudaram a base técnica e o perfil de exploração econômica das regiões goianas. A chamada modernização da agricultura deve ser compreendida na relação espaço-tempo, não sendo aconselhável, portanto, restringi-la às mudanças na base técnica e ao aumento da produtividade. A redução do volume de cultivos tradicionais, como o arroz, é um indicativo dos reveses da modernização da agricultura, que prejudica o mercado interno. (ARRAIS, 2013, p. 44).

Ainda nessa direção, além da questão de que precisa considerar a modernização da agricultura dentro de um processo que envolve o espaço-tempo, ou seja, que envolve transformações espaciais em um determinado tempo, no sentido cronológico, mas também no sentido de mudanças do ritmo da produção. Sobre isso, Arrais (2013) ressalta ainda que é preciso levar em conta outros elementos, tais como, a celeridade

[...] mudança das condições de trabalho no campo, com a ampliação da concentração fundiária e do assalariamento, além da perda da biodiversidade, uma vez que as culturas e pastagens passaram a substituir os diversos estratos de vegetação arbórea dos cerrados (ARRAIS, 2013, p. 44).

Por isso, Mendonça (2004) afirma que, enquanto representação social, a modernização da agricultura,

[...] elaborou discursos de que o arranjo espacial precisava ser modificado para assegurar a comodidade e conforto do sertanejo e, para tanto, não havia dúvida quanto à necessidade de introduzir as novas técnicas e o modo de vida urbano e industrial no “sertão”. (MENDONÇA, 2004, p. 151, grifos do autor).

A inserção da agricultura no comércio exterior, corroborou-se, de um lado, a diversificação das exportações em várias direções, com a introdução, em sua pauta, de novos produtos, principalmente de produtos agrícolas elaborados e; de outro, a substituição da importação de alguns produtos agrícolas e, em especial, dos meios de produção e de alguns instrumentos de produção para a agricultura.

A fundação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) em 1973 foi essencial para o desenvolvimento científico destinado ao campo, uma vez que, foi possível fazer o melhoramento genético de plantas e animais e a correção da fertilidade e acidez dos solos no Cerrado, e ainda realizar o treinamento e a formação de profissionais envolvidos nesse tipo de pesquisas (FERREIRA et al., 2016).

No entendimento de Matos (2007, p. 97), “a implementação de políticas agrícolas e a criação de programas redundaram na melhoria das infraestruturas e criaram condições para a expansão da agricultura moderna”, ou seja, foi a expansão da fronteira agrícola que dinamizou o desenvolvimento do Centro-Oeste.

Ferreira et al. (2016), enfatizam ainda que, a tecnologia chegou à região dos Cerrados como uma espécie de onda de transformação, delimitando o que se chama de “fronteira agrícola”, que partiu do oeste paulista e seguiu pelo Sul de Goiás, Oeste do Mato Grosso do Sul e Oeste de Minas Gerais.

Assim, pode-se dizer que todas essas medidas foram consolidando a ocupação capitalista do território do Cerrado. Entretanto, houve uma ocupação com fins econômicos, sem uma preocupação social e/ou ambiental de preservação do Cerrado. Diversos problemas de ordem socioambiental têm suscitado o debate acerca da forma que esse bioma vem sendo explorado economicamente, nos últimos cinquenta anos.

Quanto à questão ambiental, pode-se dizer que o Cerrado é representativo para o meio ambiente, por ser o segundo maior bioma brasileiro, atrás apenas da Amazônia; e conforme afirmativa de Abramovay (1999, p. 2), “no que se refere à flora, é considerada a mais rica dentre as savanas existentes no mundo”. É preciso enfatizar que o Cerrado ocupa posição estratégica, tanto do ponto de vista hidrográfico quanto das análises de cunho econômico.

O Cerrado, de acordo com Ribeiro e Walter (2008),

[...] detém 5% da biodiversidade do planeta, sendo considerado a savana mais rica do mundo, porém um dos biomas mais ameaçados do País. Compreende um mosaico de vários tipos de vegetação, desde fisionomias campestres, savânicas e até florestais, como as matas secas e as matas de galeria. (RIBEIRO; WALTER, 2008, p. 128).

Ribeiro e Walter (2008, p. 129) “descreveram 11 tipos fitofisionômicos entre as formações florestais, savânicas e campestres do bioma”. Alguns estudos, dentre eles, os de Eiten (1993), Miranda et al. (2002), Oliveira-Filho e Ratter (2002) citados por Ribeiro e Walter (2008), mencionam que os fatores “ambientais que podem influenciar na distribuição fitofisionômica e florística do Cerrado, compreendendo regime de fogo, clima, tipo de solo (fertilidade e drenagem), relevo, herbivoria, flutuações climáticas do Quaternário e distúrbios antrópicos” (RIBEIRO; WALTER, 2008, p. 161).

Nessa direção, Scariot e Sevilha (2000, p. 185) asseguram que o Cerrado é uma das regiões de maior biodiversidade do planeta,

[...] com mais de 6.600 de plantas vasculares listadas. Além da alta diversidade de animais e de plantas, no Cerrado ocorrem espécies com elevada taxa de endemismo, sendo que 40% das espécies lenhosas e 50% das espécies de abelhas são endêmicas. No bioma ocorrem diversas fitofisionomias únicas, como matas de galeria, veredas, afloramentos calcários e matas decíduais. (SCARIOT; SEVILHA, 2000, p. 185).

Assim, pode-se dizer, que o Cerrado foi um dos principais biomas tropicais da Terra, e um dos centros fundamentais para a preservação da biodiversidade planetária. No entanto, esse bioma sofre alterações, provocadas, segundo Santos (2005), por inúmeros elementos, dentre eles: a pressão urbana e o rápido estabelecimento de atividades agrícolas na região, ações que provocam uma acelerada redução de sua biodiversidade.

No entanto, apesar de toda a riqueza presente no que restou do Cerrado brasileiro, o padrão de ocupação dessa região, pautado na exploração intensiva dos recursos naturais e, por conseguinte, eliminação da vegetação nativa, é ainda desprovido de ações efetivas do dito “desenvolvimento sustentável”. Nessa direção, Moysés e Silva (2008, p. 197, grifos dos autores) asseguram que: “a produção de *commodities* substituiu a vegetação natural por soja, milho, sorgo, e pastagens e estas não alimentam os lençóis freáticos dos Cerrados, afetando mais de 300 cursos d’água”.

Em vista disso, com a ocupação intensiva dos chapadões e, conseqüentemente, a retirada da cobertura vegetal e sua substituição por vegetações temporárias de raiz superficial, a água da chuva não infiltra o suficiente para reabastecer os aquíferos. Assim, o nível dos mesmos vai diminuindo ao longo do tempo, o que gera a migração de nascentes das partes

mais altas para as mais baixas e redução do volume das águas até que todo o curso d'água desapareça, sendo este um processo irreversível, sem volta (ABRAMOVAY, 1999).

Nessa direção, especialmente a partir da década de 1970, conforme afirmativa de Matos (2007) com a implantação da agricultura moderna, os espaços prioritários para investimentos de capital no Cerrado do estado de Goiás foram as áreas de chapada ou chapadões, devido à planura de seu relevo. As chapadas também são possuidoras de excelentes recursos hídricos, que possibilitam a irrigação de culturas no período seco, geralmente de maio a setembro.

Dessa forma, Matos (2007) enfatiza ainda que os fatores físicos foram essenciais para a expansão da fronteira agrícola goiana, pois, o capital ao se apropriar, não tem interesse apenas na terra, mas também no que ela contém de outros recursos naturais, tais como: água, relevo, clima, que podem proporcionar maior agregação de valor à produção.

Nessa direção, Elias (2011), ressalta que as RPAs são os novos arranjos territoriais produtivos totalmente associados ao agronegócio globalizado,

[...] e, assim, inerentes às redes agroindustriais. Dessa forma, são compostas tanto pelos espaços agrícolas como pelos urbanos escolhidos para receber os mais sólidos investimentos privados, formando os focos dinâmicos da economia agrária, ou seja, são áreas de difusão de vários ramos do agronegócio, palco de circuitos superiores do agronegócio globalizado. (ELIAS, 2011, p. 155).

Considerando-se que todos esses elementos naturais possibilitaram a captura das áreas de Cerrado na e para a dinâmica da expansão capitalista de produção, ou seja, as políticas de planejamento abrem caminho para o capital nas áreas de Cerrado (MATOS; PESSÔA, 2011).

Mazzali (2000) assevera que, a presença de uma conjuntura internacional bastante favorável abriu espaço para uma nova estratégia de integração às correntes múltiplas de comércio internacional de produtos agrícolas e agroindustriais, transformando de forma radical o quadro anterior aos anos de 1960, marcado pela estagnação das exportações e dependência de um único produto, o café. A partir daí, produtos como soja, óleos vegetais, sucos e frutas, carne bovina e de aves, sobressaíram como produtos destinados ao mercado externo.

Numa outra vertente, percebem-se mudanças representativas na composição e na procedência dos meios de produção para a agricultura, provenientes da transformação na base técnica da produção rural, ligada à diversificação dos insumos, adveio a internalização de sua produção, reforçando o processo de substituição de importações (MAZZALI, 2000).

Imbuído de alcançar o mercado externo mediante a exportação de produtos alimentícios, o Brasil reforça durante os governos militares o desenvolvimento da indústria de bens de consumo, levando uma redução da importação destes, mas induzindo a produção para o mercado externo. Tal lógica, faz do País um grande produtor de produtos alimentícios, como soja, milho e carnes, estabelecendo o complexo grãos-carne.

Porém, tudo isso é possível graças às condições naturais do solo e do clima brasileiro, aos avanços científicos e técnicos e à circulação acelerada de informações, que geraram as condições materiais e imateriais necessárias para aumentar a especialização do trabalho nos lugares. Assim, cada ponto do território que é modernizado é convocado a oferecer aptidões específicas à produção (SANTOS, 2001).

Nesse sentido, os territórios do Sul Goiano e de Itumbiara não ficam alheios à tal processo, inserem-se nessa lógica, equipamentos são instalados, que por sua vez, são capturados pelo capital como meio de aumentar a acumulação de riquezas.

Essa modernização do território, trata-se, de acordo com Santos e Silveira (2008), de uma nova divisão territorial, fundada na ocupação de áreas até então periféricas e na remodelação de regiões já ocupadas. Aumenta-se a descentralização industrial, bem como a desconcentração espacial da indústria, despontam cinturões modernos e novas frentes na agricultura e especializações comerciais e de serviços se desenvolvem nas áreas de Cerrado, que passa a abrigar vetores da modernidade.

Entretanto, para Arrais (2013), se a modernização da agricultura for compreendida a partir das transformações na base técnica,

[...] uma tendência comum é quantificar o consumo de tratores, implementos e insumos agrícolas, o que no Brasil e em Goiás aumentou significativamente a partir da década de 1950. Nos anos 70, registravam-se 5.692 tratores nas propriedades goianas. Desse total, 1.407 encontravam-se em propriedade de Mato Grosso de Goiás e 1.971, na Vertente Goiana do Paranaíba. Os municípios de Itumbiara e Rio Verde concentravam o maior número de tratores – 514 e 446, respectivamente. Em relação ao crédito de entidades governamentais, Mato Grosso de Goiás registrou 43.690 contratos, a Vertente Goiana do Paranaíba, 43.613 e a Serra do Caiapó, 33.322. Os municípios com maior número de contratos foram Rio Verde, Santa Helena e Itumbiara, com 19.971, 12.750 e 7.429 contratos, respectivamente. (ARRAIS, 2013, p. 44-45).

Arrais (2013), entende que a positividade da modernização da agricultura brasileira encontra-se entrelaçada

[...] às necessidades econômicas nacionais, como o equilíbrio das contas públicas a partir da ampliação da pauta de exportações primárias. Tal

perspectiva está presente no II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), documento que qualifica o Centro-Oeste como celeiro nacional – uma velha função que, na divisão internacional do trabalho, era reservada aos países periféricos. A partir da década de 1970, especialmente com a lógica dos chamados Complexos Agroindustriais (CAI), tornou-se mais difícil separar a agricultura da indústria. (ARRAIS, 2013, p. 45).

Assim, ao mesmo tempo em que o território goiano ampliou e diversificou a produção, também reforçou, os vínculos com a região Sudeste do Brasil, visto que, tanto insumos quanto máquinas e implementos agrícolas, além da cadeia química (com ênfase nos fertilizantes), estão se estabelecendo a todo o momento no território *Cerradeiro*⁴

[...] eram e ainda são importados. A produtividade do estado, portanto, colaborou com a industrialização do Sudeste pelo viés do consumo. A simbiose é completa quando as terras dos chapadões são definitivamente incorporadas, fato comprovado pelo aumento da produção e do consumo de calcário no Brasil e em Goiás, o que favoreceu o ciclo das oleaginosas. Em Goiás, foram produzidas 731.957 toneladas de calcário em 1975, número que passou para 879.937 toneladas em 1977. Parte da produção era oriunda dos moinhos da Metais de Goiás S.A. (Metago), localizados em Caldas Novas, Ipameri, Goianésia, Palmeiras de Goiás e Itaberaí, além daqueles particulares em Jataí e Rio Verde. Em 2009, o total da produção de calcário no território goiano subiu para 2.109,4 toneladas, o que nos dá uma ideia da expansão da fronteira agrícola, uma vez que o calcário é imprescindível para a correção da acidez do solo. (ARRAIS, 2013, p. 46).

Dessa forma, é relevante ressaltar que a expansão da produção e produtividade agrícola não se concretizou sem a correspondente ampliação das importações de fertilizantes, realidade tanto regional quanto nacional, conforme assegura Arrais (2013).

No entendimento de Elias (2013, p. 15) o agronegócio tornou-se “crescentemente dependente do processo científico-técnico de base industrial”. Nessa direção,

[...] um dos principais signos da atividade no Brasil é uma crescente interdependência com os demais setores da economia. As relações com o setor industrial merecem destaque, por propiciarem o desenvolvimento de muitos ramos industriais, notadamente dos que fornecem os insumos e bens de capital para a agropecuária, assim como das indústrias que processam os produtos agropecuários, com destaque para as indústrias de alimentos. (ELIAS, 2013, p. 15).

⁴ Cerradeiro refere-se às classes sociais que historicamente viveram nas áreas de Cerrados constituindo formas de uso e exploração da terra a partir das diferenciações naturais-sociais, experienciando formas materiais e imateriais de trabalho, denotando relações sociais de produção e de trabalho muito próprias e em acordo com as condições ambientais, resultando em múltiplas expressões culturais. Atualmente se configuram nos trabalhadores da terra, camponeses e demais trabalhadores que lutam pela terra e pela reforma agrária, territorializando ações políticas contra o capital (MENDONÇA, 2004, p. 29).

Nesse viés, como a cadeia do agronegócio globalizada se concretiza em sua totalidade a partir da lógica entre a ordem global e a ordem local e vice-versa, Elias (2011), compreende que,

[...] as RPAs estão conectadas diretamente aos centros de poder e consumo em nível mundial e, assim, as escalas locais e regionais articulam-se permanentemente com a internacional e o território organiza-se com base em imposições do mercado, comandado por grandes empresas nacionais e multinacionais. Isso significa que nas RPAs temos novos espaços de fluxos rápidos inerentes às redes agroindustriais, nas quais as verticalidades têm predominância sobre as horizontalidades. Mas, em contrapartida, as horizontalidades são extremamente difundidas, como evidenciado pela expansão das atividades econômicas, pelo aumento da população e do mercado de trabalho, pela chegada dos novos agentes econômicos representativos das atividades modernas etc. (ELIAS, 2011, p. 55).

Conforme afirmado por Matos (2007) e Abramovay (1999), é preciso recorrer às análises recentes de Thomaz Júnior (2010, p. 95), sobre o “Polígono do Agrohidronegócio”, cuja demarcação territorial engloba o Sul de Goiás, em que há o uso intenso das riquezas naturais do Cerrado, principalmente do solo e da água para a produção de *commodities* (soja, milho e recentemente de cana) para exportação, ou seja, o capital usa essas riquezas para efetivar sua consolidação em Goiás, bem como aumentar sua acumulação.

Nesse contexto, a partir do início do século XXI, evidencia que o interesse do capital modificou-se e não apenas os chapadões, que encontram-se capturados pelo capital, pois, outros lugares do Cerrado também são alvos da produção do agronegócio que, necessariamente, não precisa ser totalmente mecanizada. É o caso, por exemplo, da cana-de-açúcar que vem se difundindo para diversas áreas do Cerrado, para atender à demanda do setor sucroalcooleiro, que também tem feito desse território arena para sua estabilização (MATOS, 2007).

Sobre a cana, em meados da década de 2000, as plantações para a produção de biocombustíveis, entre eles, o etanol, tiveram maior destaque no mercado nacional, foram expandidas para o interior do Cerrado (FERREIRA et al., 2016), inclusive ampliando a força do agronegócio na região do Sul de Goiás, especialmente em Itumbiara/Goiás.

Levando-se em conta a área original de Cerrado existente em cada estado brasileiro até 2010, conforme apontam Ferreira et al. (2016, p. 26), mais ao centro e sul do bioma, estão os estados nos quais “o Cerrado foi mais desmatado até aquele momento: São Paulo (com apenas 13% de seu Cerrado), Mato Grosso do Sul (32%), Goiás (44%), Minas Gerais (53%) e Mato Grosso (66%)”.

Posto como esse capital tem atuado na transformação do Cerrado nas últimas décadas, porém, as ações implantadas a partir da ação dos Governos Militares, principalmente na década de 1970, começam-se a redefinir as características das terras de baixa fertilidade, as quais marcaram os Cerrados por muitos anos. No que diz respeito ao Cerrado, Smith (1971, p. 231), destaca que “por toda essa região a terra parece demasiado pobre para qualquer coisa, exceto a criação de gado. As fazendas são grandes e a população esparsa”.

Nesse sentido, a afirmação de Santos (2008, p. 99): “a baixa produtividade da pecuária extensiva e das roças de subsistência definia, também, o modo de ver e conceber o Cerrado; mesmo a ocupação dessas áreas, pela sua gente, era dispersa”, confirma que historicamente, até a década de 1970, o Cerrado era visto como área de baixa fertilidade e produtividade.

Entretanto, a redefinição e a reocupação do Cerrado brasileiro, segundo asseguram Santos e Silveira (2008, p. 99-100), a partir da década de 1970, “são marcadas por projetos de desenvolvimento, que destacaram a agricultura como fonte de divisas e de equilíbrio, na balança de pagamentos”. Fato que demonstra que o Cerrado não é uma área de baixa fertilidade e produtividade; se assim o fosse, o agronegócio não teria expandido com toda força na região após 1970. Nos planos de desenvolvimento, preocupações em atrair capital estrangeiro, estão constantemente presentes, nesse processo.

Para a região Centro-Oeste, o objetivo desses projetos é modernizar a produção agrícola e obter produtividade no Cerrado. As políticas governamentais direcionadas a esta região objetivavam transformar, de maneira radical, as formas tradicionais de ocupação dessas terras.

Em relação à estrutura fundiária e aos movimentos sociais de luta pela terra, num primeiro momento, o Estado militar agiu criando:

[...] facilidades na aquisição e posse de grandes extensões de terras devolutas, em litígio ou de índio, não legalizadas; administração de focos de tensão social de luta pela terra; desestruturação das bases de poder camponês e na criação de condições vantajosas para a expansão do capital no campo, sem que o Estado se responsabilize pela elaboração de políticas de sustentação à pequena produção e muito menos pela criação de condições de acesso à terra para crescente número de pequenos produtores e trabalhadores rurais sem terra. (SANTOS; SILVEIRA, 2008, p. 100).

No período compreendido entre 1970 e 1980, no Cerrado do Brasil Central as pequenas unidades de produção familiar, sem o título da terra, foram sendo reduzidas, pois, segundo afirmativa de Santos e Mendonça (2008, p. 100), essas pequenas propriedades foram absorvidas “por médios e grandes proprietários”.

Num segundo momento, o Estado criou programas de desenvolvimento que garantiram linhas de créditos, possibilitando a aplicação de tecnologia para garantir a viabilização do Cerrado aos investimentos de capitais, principalmente de origem estrangeira.

Santos e Silveira (2008) ressaltam que com o aprofundamento das pesquisas, expansão da infraestrutura para o escoamento da produção, comunicação e atrativos para incentivar a migração, o Estado foi realizando e implementando projetos de colonização no Cerrado.

Dessa forma, ainda segundo Santos e Silveira (2008), estabelece

[...] uma intrincada composição de agentes estatais e locais que se encarregam de fomentar o deslocamento de produtores do Sul do Brasil. A partir dessas modernas iniciativas de reocupação, maquinando uma uniformidade que atendia pelo apelo do desenvolvimento do interior do país, em busca de seu futuro no mercado internacional, atribuindo ao Cerrado um lugar de destaque na produção de alimentos. (SANTOS; SILVEIRA, 2008, p. 152).

Cabe destacar que não foram apenas produtores do Sul do Brasil que deslocaram para o Cerrado, mas empresas agrícolas de origem estrangeira também foram atraídas, que atuam tanto no setor de insumos, como de processadoras de alimentos.

A década de 1970 é também um marco na modernização da agricultura, no desenvolvimento baseado nos pressupostos da ideologia do capitalismo agrário, na expansão das fronteiras agrícolas e na intensificação dos movimentos dos trabalhadores volantes – os boias-frias. O volante, conforme Santos e Silveira (2008, p. 49-50, grifos dos autores) “é parcialmente liberado pela agricultura, convidado a participar das atividades principalmente nos momentos de ‘pico’ dos trabalhos agrícolas enquanto o resto do ano se refugia no trabalho do setor terciário”.

No entanto, Santos e Silveira (2008, p. 50), enfatizam que haveria certa tendência a transformar o trabalhador rural em volante,

[...] com a expansão da área plantada, a modernização da agricultura, o desejo de ampliar a margem de lucro no setor agroindustrial, o que gera uma massa de camponeses volantes, desapegados da terra, subassalariados, desorganizados, sobreexplorados e vendendo partículas de sua vida dia a dia. (SANTOS; SILVEIRA, 2008, p. 50).

Tais mudanças no campo, acarretam em transformações na dinâmica urbana do Centro-Oeste, intensificando o processo de urbanização a partir da década de 1970:

O Centro-Oeste (e mesmo, a Amazônia), apresenta-se como extremamente receptivo aos novos fenômenos da urbanização, já que era praticamente virgem, não possuindo infraestrutura de monta, nem outros investimentos

fixos vindos do passado e que pudessem dificultar a implantação de inovações. Pôde, assim, receber uma infraestrutura nova, totalmente a serviço de uma economia moderna, já que em seu território eram praticamente ausentes as marcas dos precedentes sistemas técnicos. (SANTOS, 1996, p. 61).

Nesse sentido, cada vez mais, de acordo com Diniz (2000), a ação do Estado na função de indutor do desenvolvimento por meio de incentivos fiscais, programas e obras de infraestrutura torna-se indispensável. Entretanto, por outro lado, ao promover o desenvolvimento capitalista no campo, o Estado provoca, segundo Diniz (2000), a exclusão de milhares de camponeses e marginalizam trabalhadores rurais, cujos impactos são sentidos nas cidades, que tem um crescimento demográfico elevado, promovendo a expansão das cidades e consequentes transformações espaciais e desiguais no espaço urbano.

O Estado é percebido como agente político e econômico apto a conduzir projetos de desenvolvimento que resultem, não somente na expansão do produto e do emprego, mas que também, busquem superar desequilíbrios espaciais. Furtado (2007) assegura que,

[...] um Estado investidor, regulador e, ainda, protetor do mercado interno e da indústria nacional. Nesse contexto, sobressaem as teorias sobre desenvolvimento, nas quais as políticas públicas de base keynesiana são vistas como capazes de compensar as fases recessivas dos ciclos econômicos e, de maneira complementar, de diminuir desequilíbrios sociais e setoriais, derivados da estrita lógica do mercado. Dessa forma, o desenvolvimento se associava à industrialização e a uma metodologia de como planejar. (FURTADO, 2007, p. 18).

Nessa mesma direção, Santos e Silveira (2008), destacam também que:

[...] o capital se difunde mais depressa no campo do que na cidade e a força do mercado regula a atividade a despeito do Estado. E na cidade é apenas o subsistema ligado às novas racionalidades que merece a atenção dos governos, das multinacionais e dos organismos internacionais. O Estado é chamado a adequar o meio ambiente construído para possibilitar a ação global das forças mundializadoras do mercado. (SANTOS; SILVEIRA, 2008, p. 78).

Nessa perspectiva, trata-se de um processo que se desenvolve em harmonia com os interesses capitalistas de expansão das áreas produtivas que coadunam; também, com a política de integração nacional priorizada na década de 1970, objetivando o desenvolvimento da atividade agrícola e a expansão da exploração mineral, ao mesmo tempo em que estabelecia as bases que resultaram na modernização conservadora do país, segundo apontam Santos e Silveira (2008).

Santos (1997, p. 106), ressalta que “o crescimento urbano se dá ao mesmo tempo em que a industrialização se desenvolve e a modernização da cidade se impõe”. Nessa direção, reafirma-se a concepção de que a organização espacial se torna cada vez mais complexa, ampliando e redefinindo os papéis urbanos e a relevância exercida pelas cidades, especialmente as grandes e médias sobre o território. Não cabe aqui, realizar de forma detalhada e aprofundada uma análise sobre os efeitos da modernização da agricultura nas cidades do Centro-Oeste, muito menos sobre Itumbiara/Goiás, mas apontar como esta transforma o território goiano, compreendido ao mesmo tempo em sua totalidade e em sua singularidade.

Nesse viés, o território goiano é dinamizado no pós-1970, devido ao processo de modernização da agricultura, que atrai o agronegócio representado por diversas empresas agroindustriais e processadoras de alimentos, induzidos pela produção de alimentos em Goiás e nas regiões onde estavam e ainda estão alocadas. Além disso, muitas empresas são de capitais de empresários do próprio estado de Goiás, que também contribuíram para esse processo que envolve o campo e a cidade. Entretanto, as maiores em volume de capitais e no poder de mobilização de negócios, são de capitais externo ao território goiano, em alguns casos até estrangeiras.

Esse processo de implementação de capitais em diversas cidades goianas, entre elas Itumbiara, possibilitou novas estruturas urbanas com o processo do êxodo rural, assim como a chegada de capital externo, demandando cada vez mais de comércios e serviços modernos e mão de obra qualificada. Ainda, conforme afirmativa de Luz (2009), a extensão dos sistemas de engenharia que são fundamentais para estruturar o território e que contribuem de forma decisiva para a diversificação das estruturas produtivas internas com o desenvolvimento industrial, tal condição corrobora para que empresas expandam seu capital e seu leque de atuação em Goiás.

Em termos pontuais, ater-se-á na sequência sobre o processo de modernização agrícola no Sul Goiano, bem como ao processo de instalação de agroindústrias no município de Itumbiara/Goiás.

2.2 O papel da modernização agrícola no Sul Goiano e em Itumbiara/GO

Em toda a sua trajetória, em nenhum momento, a economia brasileira se desvinculou da agricultura. Esta atividade sempre interferiu na economia – seja na produção de alimentos,

ou seja, na ocupação do território nacional, com a ampliação da fronteira para a expansão da exploração capitalista, ou na industrialização, com a implantação de agroindústrias.

Quando se analisa as regiões brasileiras torna-se perceptível que as regiões Norte e Centro-Oeste são áreas que, conforme Costa, Moreira e Silva Nery (2012) se mantêm praticamente pré-mecânicas até as décadas de 1960 e 1970 do século XX. E assim a inexistência de infraestrutura montada e de investimentos na área industrial facilitaram a implantação das novas técnicas, sendo que estas aceleraram o processo de urbanização e rentabilidade das atividades. Durante o século XX, o número de núcleos urbanos proliferou nessas regiões.

As primeiras ações sistematizadas com o objetivo de promover a efetiva apropriação do território goiano referem-se, conforme Luz (2009), à abertura, a partir do final do século XIX e início do XX, das frentes pioneiras com a consequente interiorização do povoamento que anexaram novas áreas produtivas ao mercado nacional, implementando e dinamizando as estruturas técnicas e produtivas regionais. Nesse processo, o território goiano tornou-se atrativo, pois, apresentava a disponibilidade de terras a um custo relativamente baixo, além das terras devolutas passíveis de serem apropriadas e exploradas.

O estado de Goiás é um caso a parte, sendo visto, até pouco tempo, como espaço de produção natural. Entretanto, o novo urbano que se instalou é fruto da revolução científico-técnica que ao redescobrir o Cerrado, abre as portas para uma agricultura moderna, um consumo diversificado e ao mesmo tempo uma nova fase da urbanização (COSTA; MOREIRA; SILVA NERY, 2012).

Por isso, com a modernização dos processos produtivos, é necessário pensar no espaço agrário no Cerrado, e mais especificamente no estado de Goiás, o qual passou por modificações expressivas, depois da década de 1970.

Com a agricultura no centro da economia nacional, as regiões mais beneficiadas foram aquelas que, no passado (décadas de 1960 e 1970), receberam apoio institucional através das políticas desenvolvidas para a ocupação e integração do território nacional.

Na ampliação da fronteira agrícola, o estado de Goiás foi uns dos primeiros a se favorecer, e pode ser considerado um bom exemplo de como a economia evoluiu neste período. Mesmo que tenha recebido diversas indústrias, nas últimas décadas, a base dessa diversificação está na transformação de produtos agrícolas em alimentos e insumos. Ou seja, torna-se dependente da agricultura.

A localização central e as qualidades naturais de seu território fazem de Goiás um dos estados que, ao longo da ocupação do Planalto Central brasileiro, mais recebeu imigrantes. As

correntes migratórias se intensificaram na década de 1940, no contexto da Marcha para o Oeste e acentuaram-se com a construção de Brasília (1955 a 1960). Essas correntes foram favorecidas, em grande parte, pelo surgimento dos eixos rodoviários (HADDAD, 2016).

Com o passar do tempo, essa crescente migração não diminuiu e, segundo afirmativa de Haddad (2016),

[...] nos últimos censos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Goiás tem apresentado crescimento populacional acima da média nacional. Em 1991, a população de Goiás cresceu 49,6%, enquanto a do Brasil aumentou apenas 29,9%. No ano de 1991, a população goiana correspondia a 2,7% da população brasileira; em 2000, a 2,9%; e; em 2010, correspondia a 3,1%. Além disso, o estado concentra 43% da população do Centro-Oeste. (HADDAD, 2016, p. 3).

A economia goiana passou por transformações em sua estrutura produtiva nos últimos trinta anos. As principais atividades econômicas, a agricultura e a pecuária perderam em participação para a indústria na composição do Produto Interno Bruto (PIB) goiano.

Conforme Haddad (2016), enquanto estados brasileiros representativos perderam participação do setor industrial, Goiás apresentou crescimento. No entanto, na composição da economia estadual, a agricultura não pode, de forma alguma, ser desconsiderada. Foi ela, conforme afirmativa de Haddad (2016),

[...] que promoveu o aparecimento da indústria, sobretudo, a agroalimentar e sucroenergética. Além disso, é ela que mantém em expansão, o processo de industrialização. A cadeia do agronegócio internacional levou agroindústrias, principalmente de processamento de soja, para o interior do país. Este processo fez surgir novas atividades industriais em territórios antes dominados por atividades primárias. O crescimento industrial de Goiás ocorre em função de sua pujante produção agrícola. Mesmo com menor participação na composição do PIB goiano, a agricultura continua a ser a base desta economia. (HADDAD, 2016, p. 3).

As mudanças de localização de atividades industriais são às vezes precedidas de uma acirrada competição entre Estados e municípios pela instalação de novas fábricas e, mesmo, pela transferência das já existentes (SANTOS; SILVEIRA, 2008). Entretanto, tal situação é bastante comum em Goiás tendo em vista os incentivos fiscais à industrialização concedidos pelo Fundo de Participação e Fomento à Industrialização do Estado de Goiás (FOMENTAR) criado em 1982 e pelo Programa de Desenvolvimento Industrial de Goiás (PRODUZIR), em 2001.

Outro fator que impulsionou o surgimento de indústrias em Goiás, conforme Haddad (2016), foi a entrada do estado na “Guerra Fiscal”. Isso aconteceu a partir da década de 1980, período que os governos goianos implantaram leis concedendo incentivos fiscais generosos às

indústrias e empresas que migrassem suas atividades para o Estado. Atualmente, Goiás pode ser considerado um dos estados brasileiros mais agressivos neste processo. Ao promover os incentivos fiscais para ampliar sua produção industrial, o Governo estadual busca agregar valor aos produtos agrícolas e evitar que o estado torne-se apenas produtor de *commodities*, mas também um estado industrializado.

Símbolo da denominada da agricultura globalizada e tecnificada, a soja penetra no Brasil, depois de 1964, a partir de uma frente pioneira no Rio Grande do Sul. Já nos anos de 1970, o estado do Paraná havia sido transformado em nova fronteira agrícola. Depois de 1980, o ritmo de crescimento foi marcado, sobretudo, pela expansão da fronteira agrícola para Mato Grosso do Sul, Goiás e Mato Grosso (SANTOS; SILVEIRA, 2008).

A divisão do trabalho agropecuário que imperava na região Centro-Oeste até os anos de 1960, circunscrevia as lavouras, as terras de mata nos vales dos rios e a criação de gado, dominavam o Cerrado. O Sul Goiano, já na década de 1970, mostrava acréscimos técnicos, semoventes, insumos e linhas de crédito rural que confluíam para gerar altos rendimentos na cultura de algodão, soja, milho e arroz (SANTOS; SILVEIRA, 2008).

Enquanto adubo químico, trator, colheitadeira e capim braquiária foram introduzidos nos anos de 1960, inovações como herbicida, calcário, silo forrageiro e terraceamento, conforme afirmativa de Santos e Silveira (2008), difundiram-se na década de 1970. Essa é a ordem temporal e a ordem espacial das inovações em Goiás e no Centro-Oeste.

A utilização do tempo como um aliado à reprodução do capital foi uma novidade, pois com a introdução de um calendário agrícola, ou seja, alternância, num mesmo campo, do milho e da soja, do milho e do algodão, do algodão e da soja e, recentemente da cana de açúcar.

Por outro lado, de acordo com Santos e Silveira (2008), o “calendário” pecuário também mudou com a formação de pastos, o que permitiu enraizar o rebanho bovino, suíno e de aves no lugar desde a cria, engorda e até o abate, através dos confinamentos e/ou da produção de carnes para exportação.

A ocupação e o uso do solo no estado de Goiás, ao longo dos últimos quarenta anos, alicerçam-se na expansão da fronteira agrícola para a produção de grãos destinados à exportação (sobretudo da cultura da soja), implementada através do desmatamento generalizado, da mecanização intensiva, do uso em grande quantidade de insumos químicos e da baixa utilização de mão de obra. Apresentando atualmente vários problemas na questão social e econômica (GONÇALES; CLEPS JÚNIOR, 2006).

Segundo Santos (1997, 1998) e Santos e Silveira (2008), a análise do processo de modernização das estruturas técnicas e produtivas de Goiás, se desenvolve a partir das

transformações que produziram a presente configuração territorial goiana que ocorreu sem grandes resistências às inovações, que propiciam a articulação econômica e integração territorial.

Entretanto, Santos (1998, p. 158), ressalta que “esse processo de integração se tem dado à custa de enormes distorções do ponto de vista territorial, econômico, social e político”. Por conseguinte, o uso da expressão modernização envolve a compreensão de que o espaço, em tese, e o território, por princípio, são transformados continuamente mediante a organização técnica e social do trabalho que se territorializa a partir da ação humana.

No que diz respeito à ocupação de áreas em Goiás em 2007, estudos de Castro et al. (2010) mostram que muitas áreas ocupadas com outras cultivares perderam lugar para o cultivo da cana-de-açúcar. Especificamente, a agricultura aparece em primeiro lugar com 14,38% em perda de área; seguida pelo Cerrado (possível desmatamento) com 7,69%; e mata (áreas de não Cerrado situadas na porção Sul do estado) com 4,81% e; por fim, área de pecuária com 3,67%.

A área plantada, assim como a colhida e a produção de cana em Goiás (Tabela 1) tem um crescimento mais acentuado pós-2008, induzida especialmente pela instalação das usinas sucroalcooleira e sucroenergética no Sul Goiano, pautadas, respectivamente, na produção de açúcar e etanol e; de açúcar e energia de biomassa (MACHADO; SILVA, 2016).

Tabela 1 – Produção de cana-de-açúcar em Goiás: área colhida (ha) e quantidade produzida (t) (2000-2016).

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Cana-de-açúcar - Área Colhida (ha)	139.186	129.921	145.069	164.861	176.328	196.596	232.577	273.870
Cana-de-açúcar - Quantidade Produzida (t)	10.162.959	10.253.497	11.674.140	12.907.592	14.001.079	15.642.125	19.049.550	22.063.677
	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Cana-de-açúcar - Área Colhida (ha)	404.670	518.768	578.666	697.541	732.870	860.482	882.216	911.847
Cana-de-açúcar - Quantidade Produzida (t)	33.401.559	44.064.470	48.000.163	54.903.085	58.348.797	69.376.714	69.377.930	70.412.725

Fonte: IMB (2016).

A Tabela 1 apresenta que há um crescimento na área colhida de cana-de-açúcar em Goiás entre 2002 e 2015, assim como também há um aumento na quantidade produzida. Entretanto, a área plantada, assim como a colhida e a produção de cana em Goiás tem um crescimento mais acentuado pós-2008, induzida especialmente pela instalação das usinas sucroalcooleira e sucroenergética, pautadas, respectivamente, na produção de açúcar e etanol e; de açúcar e energia de biomassa.

Considerando apenas as áreas onde o cultivo da cana foi efetivado, pode-se confirmar, segundo afirmativa de Castro et al. (2010) a ideia de substituição de culturas praticadas em 2002, uma vez que 67% destas áreas, atualmente ocupadas por cana, eram então destinadas à agricultura antes da expansão recente do setor sucroalcooleiro, conforme resultados apresentados na Tabela 1.

De acordo com o Plano de Agroenergia, a agricultura é uma opção viável, do ponto de vista econômico, social e ambiental para a geração de energia renovável. “A produção brasileira de álcool (ou etanol) de cana-de-açúcar é um exemplo mundial de sucesso na substituição de parte substancial de gasolina no transporte” (MAPA, 2010, p. 22).

Segundo Silva (2011), o fácil acesso a terras é outro fator que torna viável a realização de investimentos por parte do setor sucroenergético no Cerrado goiano, principalmente para a produção de etanol e a cogeração de energia. Nessa direção, a expansão de área plantada, a ampliação de unidades industriais já existentes e a abertura de novas unidades se aceleram diante da demanda instalada e das projeções do mercado sucroenergético. A Tabela 2 apresenta as destilarias em operação e produção de cana-de-açúcar, etanol e açúcar (2005-2015), no Estado de Goiás.

Tabela 2 – Estado de Goiás: destilarias em operação e produção de cana-de-açúcar, etanol e açúcar (2005-2015).

Ano	Destilarias	Produção		
		<i>Cana-de-açúcar (t)</i>	<i>Etanol (mil litros)</i>	<i>Açúcar (t)</i>
2005	14	15.642.125	728.979	749.838
2006	15	19.049.550	821.616	766.322
2007	18	22.063.677	1.213.733	952.312
2008	28	33.041.559	1.922.414	1.247.039
2009	35	43.666.585	2.196.179	1.384.081
2010	36	47.733.283	2.895.998	1.798.457
2011	34	54.903.085	2.675.292	1.752.398
2012	37 ⁽¹⁾	58.348.797	3.130.577	1.875.260
2013	37	69.307.411	3.887.830	1.890.648
2014	37	69.377.930	4.226.854	1.997.114
2015 ⁽²⁾	37 ⁽³⁾	69.124.015	4.276.607	2.062.339

Fonte: SIFAEG/PRODUZIR/ÚNICA/CONAB (2013); SIFAEG para etanol e açúcar e IBGE para cana-de-açúcar (2014; 2016).

Organização: Adaptado de Instituto Mauro Borges/Segplan-GO/Gerência de Sistematização e Disseminação de Informações Socioeconômicas (2013; 2014; 2016) por SILVA, M. V. da (2016).

(1) Posição: agosto de 2013. (2) Posição: janeiro de 2016. (3) Preliminar.

Os resultados da Tabela 2 apresentam que entre 2005 e 2011 houve a chegada de 20 novas destilarias em Goiás, impactando no aumento da quantidade de cana colhida, assim como na produção de açúcar e etanol. Nesta, observa-se ainda que não houve implantação de destilarias no estado, entre 2012 e 2014. No entanto, de 2012 para 2013, houve expansão de 11,88% na produção de cana-de-açúcar; um aumento de 24,2% na fabricação de etanol e; um acréscimo de 0,82% fabricação de açúcar.

De acordo com Castro et al. (2010) o que parece estar havendo é um grande rearranjo ou reordenamento de usos dos solos no Centro-Sul do Cerrado, em particular na mesorregião Sul de Goiás, em função da demanda expansiva e acelerada do setor sucroalcooleiro.

O Mapa 2 contém as unidades do setor sucroalcooleiro e os respectivos municípios em que se encontram instaladas, no estado de Goiás, em 2016.



Mapa 2 – Localização das unidades do setor sucroalcooleiro e os respectivos municípios em que se encontram instaladas, no estado de Goiás, em 2016.

Fonte: SIFAEG (2016).

Conforme o Mapa 2, no estado de Goiás, em 2016, são 36 unidades produtoras em operação e três estão com seus processos de implantação suspensos, evidencia, portanto, a concentração das unidades produtoras na mesorregião Sul de Goiás, corroborando com os estudos de Castro et al. (2010). Ainda, conforme mostra o Mapa 2, em 2016 havia duas unidades em fase de implementação, sendo: Nardini Agroindustrial em Aporé e a SMBJ Agroindustrial em Bom Jesus. Essas duas usinas já se encontram em funcionamento, no ano 2017. Das 36 unidades produtoras em operação no estado de Goiás em 2017, 26 estão no Sul Goiano, destas, 8 (oito) estão instaladas na Microrregião Meia Ponte, sendo que duas estão sediadas no município de Itumbiara.

Assim como a sociedade vai se modificando de acordo com as influências econômicas, sociais e culturais, o meio ambiente reage as variadas influências que está sujeito. Todas as ações feitas sobre o meio ambiente geram alterações, conhecidas como impactos ambientais.

Para Artaxo (2012) os dados relativos aos últimos anos de produção de alimentos por regiões do país destacam o crescimento e diminuição de colheita nos anos de 2009 e 2010.

Sendo que a colheita de soja cresceu em todo o país, assim como a expansão da cana-de-açúcar, pois, “está se trocando a monocultura da soja pela monocultura da cana” (ARTAXO 2012, p. 1). Tal situação é confirmada pelos estudos de Castro et al. (2010), quando alertou que a agricultura goiana perdeu 14,38% de área plantada para o plantio de cana-de-açúcar no ano de 2002.

Portanto, a exploração do Cerrado adentra em nova fase com a produção sucroenergética produzida em Goiás, segundo afirmativas de Cavalcante (2014). Entretanto, essa é uma questão que não faz parte das análises deste trabalho.

O Sul Goiano tornou-se a frente de expansão das oleaginosas, dos cereais e mais recentemente da cana-de-açúcar. Nessa direção, é preciso ressaltar que a Microrregião Meia Ponte, assim como o município de Itumbiara não ficam alheios a esse processo em curso em Goiás.

Como afirmado, a produção sucroenergética não é foco deste trabalho, mas cabe destacar que os aspectos econômicos Itumbiara foi recentemente avaliada pelo Instituto Mauro Borges (IMB, 2015), órgão de pesquisas e estatísticas vinculado à Secretaria de Gestão e Planejamento do Governo do Estado de Goiás, como um dos principais municípios em captação de investimentos produtivos⁵.

Nesse viés, Itumbiara insere-se em um espaço que traz materializado as divisões sociais do trabalho, assim como se dá também a organização e a estrutura da sociedade brasileira, inserida no sistema capitalista, que também apresentam como características o desenvolvimento desigual de suas estruturas econômicas, relações sociais pautadas na luta de classes, devido aos interesses antagônicos e divergentes, e ainda, a segregação socioespacial como produto e meio de produção para novas contradições no espaço urbano (SIQUEIRA, 2016).

Assim, o espaço urbano de Itumbiara evidencia as desigualdades sociais, assim como o campo, que é formado por lavouras de produção agrícola modernizada e por práticas agrícolas não modernas e que ainda usam sistemas tradicionais para produção agrícola e pecuária.

As especificidades que as cidades brasileiras guardam em relação a sua origem histórica e desenvolvimento, bem como o papel desempenhado por cada um dos agentes produtores/consumidores do espaço (re)produção do urbano, tornam-se pontos de análise relevantes para a compreensão da realidade socioespacial.

⁵ Conferir estudo em Ranking dos Municípios Goianos/2014. Disponível em: <<http://www.imb.go.gov.br/>>.

O município de Itumbiara se enquadra nesse contexto, no qual o meio geográfico foi um fator muito importante para a ocupação do Sul Goiano, tanto pelo aspecto natural (vegetação, relevo, solos etc.), quanto pela localização, divisa entre os estados de Goiás e Minas Gerais, às margens da BR-153, que corta o estado, de norte a sul.

Conforme dados do IBGE, em 1970, a população do município de Itumbiara era de 64.272 mil habitantes; em 2010, era de 92.942 mil habitantes; e a população estimada em 2017 é de 102.513 mil habitantes (IBGE, 2017), com densidade demográfica em 2010 de 37,71 (hab./km²) (IBGE, 2012). A Tabela 3 apresenta a evolução da população total em Itumbiara a partir de 1970, assim como o aumento da população urbana e declínio da rural.

Tabela 3 – Itumbiara/Goiás: evolução da população de 1970 a 2010.

	População	%	Urbana	%	Rural	%
1970	64.272	100	34.011	52,9	30.261	47,1
1980	78.111	100	62.060	79,4	16.051	20,6
1991	79.533	100	72.335	90,9	7.198	9,10
2000	78.669	100	73.971	94,0	4.698	5,95
2008	83.541	100	79.411	95,0	4.130	4,95
2010	92.883	100	88.942	95,8	3.941	4,25

Fonte: IBGE (2012).

Org.: MACHADO (2017).

Entretanto, é preciso analisar essa dinâmica populacional, a partir da chegada do Grupo Caramuru Alimentos no município (1975), pois, alguns elementos são importantes para compreender a migração interna neste município.

Analisando os dados da Tabela 3, há que se considerar o próprio esvaziamento demográfico da área rural do município de Itumbiara. Na década de 1970, 47,1% da população viviam no meio rural. A partir dessa década, que culmina com a chegada da agricultura moderna e implantação do agronegócio, nota-se um aumento da população urbana e redução da população rural, houve, portanto, o êxodo rural. No que diz respeito ao aumento da população, no decorrer de 1970 a 2010, é preciso observar também que parte do crescimento total da população pode ter sido influenciado por migrantes que chegaram e ainda chegam nesta localidade.

Dessa forma, pode-se afirmar, conforme Cavalcante (2014), que esse esvaziamento rural obedece também a uma dinâmica econômica própria. Dinâmica que se realiza, sobretudo, tendo em vista as possibilidades de remuneração dos investimentos implantados no território dado. Esse aspecto é efetivamente central para o próprio nível de organização do capitalismo no campo brasileiro.

Com foco para o perfil produtivo agrícola de Itumbiara, há um destaque para a produção de cana em termos de quantidade colhida, mas é preciso destacar que, em termos recentes que a produção agrícola das principais *commodities* produzidas localmente coincidem com as que são utilizadas na fábrica da Caramuru Alimentos S.A. (girassol, milho, soja e sorgo), Tabela 4, Figura 1. A exceção é a produção de cana-de-açúcar que destina-se a produção de etanol e açúcar das usinas locais: Central Itumbiara Bioenergia – *British Petroleum* (BP) e Usina Panorama.

Tabela 4 – Itumbiara/GO: quantidade produzida (t) de girassol, milho, soja, sorgo e cana de açúcar entre 2000 e 2015.

Quantidade produzida (t)								
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Girassol	-	-	-	-	-	416	-	-
Milho	41.070	53.080	21.030	13.590	16.640	19.460	21.680	38.960
Soja	75.890	72.450	116.000	130.000	98.360	105.090	95.000	87.600
Sorgo	2.080	1.080	480	2.600	10.200	3.500	12.100	11.130
Cana-de-açúcar	418.390	311.220	264.960	302.820	359.904	489.800	679.400	908.500
	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Girassol	825	438	231	50	69	168	600	1.104
Milho	55.620	41.050	36.000	28.630	38.855	26.300	41.270	42.520
Soja	78.090	93.080	121.520	79.800	89.900	84.680	53.940	62.500
Sorgo	8.400	12.320	14.000	21.300	15.910	11.400	9.300	13.950
Cana-de-açúcar	1.212.800	1.835.000	1.814.000	2.380.440	3.096.830	3.071.060	3.552.300	3.939.120

Fonte: IMB (2017).

Org.: MACHADO (2017).

Analisando os dados da tabela 4, nota-se a queda nas produções de girassol, de milho e de soja, entre 2011 e 2014, pode ser explicada pelo avanço da cultura da cana-de-açúcar no município, assim como pela crise econômica nos países industrializados e que importam tais *commodities* do Brasil. Os dados apresentados mostram também, que do ano de 2000 (418.390 t) ao ano de 2015 (3.939.120 t), a quantidade de cana-de-açúcar produzida em tonelada, no município de Itumbiara expandiu 841,5%. Esse crescimento da produção deve-se inicialmente, à implantação da usina Central Itumbiara Bioenergia – *British Petroleum* (BP),. Essa usina entrou em atividade no ano de 2008.

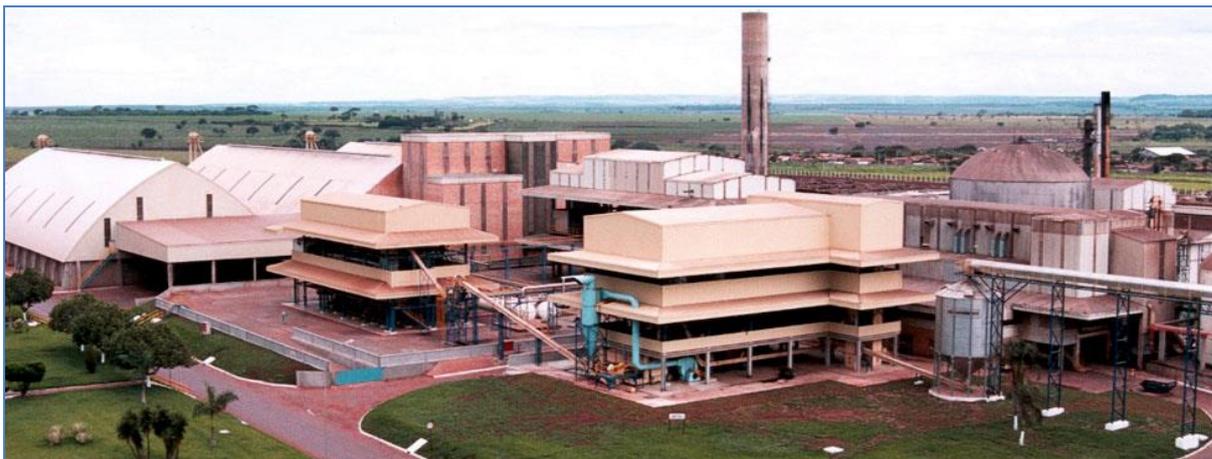


Figura 1. Vista aérea da indústria da Caramuru Alimentos S.A., unidade de Itumbiara, Goiás.

Fonte: Caramuru Alimentos (2015a).

Em busca de aprofundamento analítico sobre o setor industrial, abordará a seguir a chegada do Grupo Caramuru Alimentos em Itumbiara, objeto de estudo deste trabalho.

2.3 A inserção do Grupo Caramuru Alimentos S.A. em Itumbiara/Goiás

A modernização da agricultura possibilitou condições competitivas para a produção de *commodities*. Esse processo, por um lado, modificou as relações de trabalho no campo, substituindo o modelo de produção voltado para a subsistência por um padrão que contemplava essencialmente a produção de mercadorias destinadas à exportação; por outro lado, arruinou a rudimentar produção agrícola calcada na agricultura familiar.

O processo de modernização em Goiás, após 1950, de acordo com Oliveira (2016), passou por três fases: 1) 1950-1970 a mecanização restrita que proporcionou os desmatamentos e ampliação de áreas de pastagens e de produção, ainda voltada para o abastecimento do mercado interno; 2) 1970-1995 a mecanização intensiva, voltada principalmente, para a produção em larga escala de soja e milho para o mercado externo, entra em cena os armazéns gerais, como a Caramuru, que além de guardar a produção, beneficia e se encarrega de colocar o produto no mercado nacional e internacional; 3) 1995 em diante, o uso de novas tecnologias de insumos, aliado à utilização de produtos geneticamente modificados tornam a produção em larga escala por hectare como característica produtiva no campo.

Além disso, além dos armazéns gerais típicos, passa a ter destaque as indústrias de biotecnologias e fornecimento de insumos (Monsato, Bayer, Syngenta e outros segmentos ligados a grandes corporações multinacionais), a produção ganhou o formato que conhecemos atualmente, de agrobusiness (agronegócio), que procura conciliar produção de matérias-primas para a agroindústria.

Abrindo fronteiras, a soja liderou a implantação de um crescimento econômico na região Centro-Oeste, levando o progresso e o desenvolvimento para uma região despovoada e desvalorizada, o Cerrado.

A região do Cerrado é um local com solos planos, férteis e de fácil manejo. O fator geográfico, facilitou a entrada das máquinas pesadas, tais como os tratores para desmatar; as adubadoras, responsáveis em corrigir o solo; as colheitadeiras para a colheita; os aviões para a pulverização com agrotóxicos para combater às pragas.

Assim, a região do Cerrado e mesorregião Sul Goiano, tornaram-se um local atrativo para a implantação de grandes lavouras e atração de agroindústrias processadoras de alimentos. Esse fator, bem como a localização estratégica do município de Itumbiara, localizado no extremo sul do estado de Goiás, atraíram o empreendimento Caramuru Alimentos S.A., em 1975, que instalou uma indústria de processamento de grãos no município.

É uma empresa de capital nacional, pertencente à família Borges de Souza, foi fundado em 1964 na cidade de Maringá-PR. As principais mudanças ocorreram no começo dos anos 1970. À época, a empresa optou pelo interior brasileiro como ponto de expansão das fronteiras agrícolas. Inaugurou uma planta de processamento de milho em Itumbiara-GO e outra, voltada à extração de óleo bruto do gérmen de milho, em Apucarana-PR (CARAMURU ALIMENTOS, 2015a).

As décadas de 1980 e 1990 foram decisivas para a empresa firmar sua presença em Goiás e consolidar-se como um Grupo empresarial, diversificando suas atividades e setores de atuação, bem como com a abertura de novos empreendimentos em diversas localidades de Goiás e em outros estados brasileiros. Nesse período, o Grupo,

[...] aproximando-se do setor rural, com 50 armazéns gerais distribuídos em Goiás, Mato Grosso e Paraná, com capacidade total de 1.809.200 toneladas. E, em 1986, a Caramuru instala uma unidade de óleos vegetais, em Itumbiara, com capacidade para processar 1.000 t./dia de soja, hoje com capacidade para 1.700 t./dia e uma fábrica de pré-cozido de milho. Outra planta foi instalada em Apucarana, desta vez para produzir floculados. (CARAMURU ALIMENTOS, 2015a, p. 1).

Em dezembro de 1999, a empresa adquiriu um *software* de tecnologia avançada, denominado Sistema de Gestão Integrado (SGI), o qual oferece uma solução integrada de toda a cadeia de valores (CARAMURU ALIMENTOS, 2015a). Os gestores da empresa criaram um programa de orientação e distribuição de sementes aos produtores,

[...] demonstrando uma preocupação com a qualidade final de seus produtos, ou seja, essa atitude significa a garantia de futura de compra de *commodities*. Esse sistema chama-se integração, é uma espécie de amarrar o produtor à empresa⁶.

O programa fornece orientação agrônoma para a escolha e aquisição de sementes, preparo da terra, adubação, plantio, colheita e entrega dos grãos. Dentro do programa de relacionamento, desenvolve uma política de crédito e plano de permuta, com o fornecimento de sementes e insumos agrícolas – fertilizantes e defensivos – adequados e necessários para cada tipo de agricultor e contratos antecipados de garantia de preços futuros. (CARAMURU ALIMENTOS, 2015a, p. 1).

Em 1992, foi inaugurado um complexo industrial em Itumbiara, com a abertura da refinaria de óleos vegetais (de soja, milho e canola), com “avançados recursos tecnológicos que tem capacidade para envasamento de 400 latas por minuto e 400 garrafas em pet/minuto” (PESQUISA DE CAMPO, 2017a, p. 1).

Em 1995, a empresa investiu US\$ 27 milhões em uma fábrica para processamento de soja, em São Simão, estado de Goiás; e uma unidade armazenadora foi inaugurada em Chapadão do Céu/Goiás, no mesmo ano (CARAMURU ALIMENTOS, 2015a, p. 1). Dessa forma,

A fábrica de São Simão está voltada para a produção de farelo de soja Hipro (alta proteína) e a pioneira na região em capacidade de co-geração de energia. Esta planta está localizada às margens do Rio Paranaíba, com capacidade de processamento de 1.800 toneladas/dia de soja, 400 t/mês de lecitina de soja e 3.000 Kw de geração de energia elétrica. A sua produção de farelo é distribuída diretamente de São Simão, através de escoamento pela hidrovia Paranaíba-Tietê-Paraná, para diversos países europeus e asiáticos e a produção de óleo bruto segue para Itumbiara pelo modal rodoviário, onde é refinado (CARAMURU ALIMENTOS, 2015a, p. 1).

No ano de 2001, o Grupo Caramuru Alimentos S.A., inaugurou uma unidade para extração e refino de óleos especiais, sobretudo de girassol. Essa fábrica, instalada no

⁶ Existem várias formas de relações interfirmas que beneficiam as empresas detentoras dessa estratégia. Uma delas é a integração vertical ou “quase-integração” que pode ser interpretada como um instrumento de garantia da oferta de insumos e/ou da demanda por produtos, na medida em que há redução do custo de produção interna e dos custos de transação. Alguns autores preferem adotar o termo “quase-integração”, que ocorrem quando uma empresa possui os equipamentos ou insumos específicos, tecnologias ou marcas, operados por outra pertencente a segmentos que são correlatos. Entre as formas chamadas de “quase-integração” encontram-se as franquias, as “joint-ventures”, as alianças estratégicas, licenciamento de marcas ou produtos, investimentos minoritários em empresas, arrendamentos, entre outros (NEVES; ZYLBERSTAJN, 1995, p. 4, grifos dos autores).

complexo industrial de Itumbiara, em Goiás, “é a única no país a utilizar girassol 100% nacional”. A empresa comercializa o óleo desde 1997 e foi uma das primeiras a incentivar a produção de girassol no Brasil. A fábrica teve investimento total de R\$ 17 milhões (CARAMURU ALIMENTOS, 2015a, p. 1).

A partir do ano de 1999, o Grupo,

[...] intensificou os investimentos em logística de exportação, direcionados ao Porto de Santos, em São Paulo. Aplicou US\$ 1 milhão na construção de um terminal hidro-ferroviário, em Pederneiras-SP, com capacidade para armazenar 30.000 t. de produtos. Em 2000, investiu no Porto de Santos US\$ 4 milhões nesse armazém, com capacidade de 65.000 toneladas, após acordo operacional com a Citrosuco, aprovado pelo Controle de Segurança dos Portos (CODESP) (CARAMURU ALIMENTOS, 2015b, p. 1).

No final de 2000 realizou uma parceria com a empresa Ferrovias Norte Brasil S.A. (FERRONORTE), tendo a participação com 50% nos investimentos. Na primeira etapa foram investidos R\$ 16 milhões no Terminal portuário, com capacidade de armazenamento de 135.000 toneladas (CARAMURU ALIMENTOS, 2015b).

Em agosto de 2003, um marco na história da logística de transporte brasileira e da Caramuru Alimentos S.A., que investe cerca de R\$ 30 milhões na aquisição de dez locomotivas “GE C-30” e 300 vagões graneleiros “Hopper”, com 100 m³ e 125 m³ de capacidade, para operar no trecho ferroviário entre o terminal da Caramuru em Pederneiras e o Porto de Santos. A operação, assim, não somente confere maior competitividade operacional à Caramuru, como concorre para reafirmar sua posição de liderança dentre as empresas de capital nacional no mercado de processamento de grãos (CARAMURU ALIMENTOS, 2015b).

Esses empreendimentos contribuíram para que o Grupo Caramuru se consolidasse como maior processador de soja, milho, girassol e canola, de capital brasileiro, com crescimento médio de 20% ao ano. O Grupo possui capacidade anual para processar 1 milhão e 591 mil toneladas de soja; 677 mil toneladas de milho e refinar 230 mil toneladas de óleos de soja, milho, girassol e canola. Com faturamento de R\$ 1,8 bilhões em 2004, dos quais exportou US\$ 290 milhões e com faturamento previsto para 2005 de R\$ 1,8 bilhões (CARAMURU ALIMENTOS, 2015a).

Com a finalidade de cuidar da qualidade do alimento e da segurança do trabalho na empresa; adequar à legislação nacional e as exigências do mercado externo e interno, protegendo o meio ambiente, em 2005, o Grupo implantou na unidade de soja de Itumbiara o

Sistema de Gestão Integrada, conferido pela SGS ICS: ISO 9001:2000⁷, ISO 14001:2004⁸ e OHSAS 18001:1999⁹ (Qualidade, Gestão Ambiental, Saúde Ocupacional e Segurança). Essas certificações concretizam a participação da Caramuru no cenário nacional e internacional (CARAMURU ALIMENTOS, 2015c).

Dentre as ações para mitigar os impactos ambientais,

[...] foram investidos R\$ 2 milhões na Estação de Tratamento de Efluentes (ETE), projetada para tratar todos os efluentes líquidos do complexo industrial de Itumbiara, com capacidade para processar 25.000 litros de água industrial reutilizável por hora. Com o reaproveitamento dessa água, deixa de lançar na natureza 25.000 litros de água por hora. (CARAMURU ALIMENTOS, 2015d, p. 1).

Com o mesmo objetivo, o Grupo investe também na profissionalização e na valorização humana dos funcionários, oferecendo: treinamentos, estudos, convênios com farmácias, planos de saúde e assistência odontológica, contando, atualmente, com mais de 2.282 pessoas, construindo uma parceria de respeito e confiança (CARAMURU ALIMENTOS, 2017a).

Quanto à questão educacional de seus funcionários, em 1991, a Caramuru Alimentos S.A. implantou um programa de alfabetização e erradicação do analfabetismo, encerrado em 1998 com a participação de 142 empregados (CARAMURU ALIMENTOS, 2015a).

Entre 1998 a 2000, adotou escolas públicas colaborando com recursos para o desenvolvimento cultural, a recuperação física e funcional. Participou também do projeto Sesi Educação do Trabalhador/Telecurso 2000, que permitiu que parte de seus funcionários concluíssem o ensino fundamental e o ensino médio, dando oportunidade para que eles cresçam e desenvolvam profissionalmente (CARAMURU ALIMENTOS, 2015a).

⁷ A ISO 9001:2000 é uma norma internacional que fornece requisitos para o Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ) das organizações. Faz parte de uma série de normas publicadas pela ISO (*International Organisation for Standardisation* – Organização Internacional de Normalização). A referência à ISO 9001:2000 indica que o fornecedor possui um sistema de gestão da qualidade que atende aos requisitos dessa Norma (CICCO, 2005, p. 1).

⁸ A Norma ISO 14001:2004 especifica os requisitos que diem respeito a um sistema da gestão ambiental, permitindo a uma empresa desenvolver e implementar uma política e objetivos que levem em conta os requisitos legais e outros requisitos por ela subscritos e informações referentes aos aspectos ambientais significativos (ABNT, 2004, p. 9).

⁹ Esta especificação da Série de Avaliação da Segurança e Saúde Ocupacional (OHSAS) fornece os requisitos para um Sistema de Gestão da Segurança e Saúde Ocupacional (SSO), permitindo a uma organização controlar seus riscos de acidentes e doenças ocupacionais e melhorar seu desempenho. Ela não prescreve critérios específicos de desempenho da Segurança e Saúde Ocupacional, nem fornece especificações detalhadas para o projeto de um sistema de gestão (OHSAS 18001, 1999).

O Grupo é reconhecido nacionalmente como líder no segmento de empacotados de milho e uma das cinco maiores marcas de óleo vegetais para consumo doméstico do país: soja, girassol, milho e canola. A marca Sinhá também está em um segmento muito sofisticado com sua linha de azeites importados e óleos saborizados (CARAMURU ALIMENTOS, 2017b).

A história do Grupo é marcada pela expansão no mercado, assim como pela ampliação de seu capital e capacidade de reproduzi-lo. Tais condições levaram ao Grupo a ser indicado, em 2004, pelo 6º ano consecutivo para receber o Prêmio Imagem Empresarial da Gazeta Mercantil. Ainda, o Grupo passou de 8º para 3º lugar na área de alimentos em nível de Brasil; a 4ª posição em rentabilidade, a 10ª em investimentos em capital imobilizado e a 6ª em riqueza criada por empregados, em nível estadual, ou seja, em geração de lucros oriundos das atividades e trabalho executados por seus trabalhadores (CARAMURU ALIMENTOS, 2015a).

Esse conjunto de ações voltadas para o aumento do capital do Grupo, possibilitou-o exportar para países da Comunidade Econômica Europeia, da Ásia e da África. O principal produto exportado é soja. A Caramuru está há 42 anos em Itumbiara e com capital 100% brasileiro.

A exportação já representa 40% do seu negócio (CARAMURU ALIMENTOS, 2017c). Sua gestão comercial está centralizada em Itumbiara-GO, mas suas fábricas, unidades de processamento e armazenamento estão distribuídas por vários estados, o que a transformou na administradora de um complexo sistema logístico.

Além de produtos agrícolas básicos, o Grupo está crescentemente envolvido com produtos de maior valor agregado, derivados, por exemplo, da soja, do milho e pioneiramente, do girassol. É proprietário da marca Sinhá, de produtos alimentícios destinados ao consumidor final.

Com foco para 2018, o Grupo tem investido na atualização contínua dos seus processos de gestão, na capacitação e no desenvolvimento de seus funcionários. Um planejamento que também inclui operar *commodities* diferenciadas, ter logística forte e atuar nacional e internacionalmente a partir de princípios de sustentabilidade (CARAMURU ALIMENTOS, 2017c).

Conforme informações colhidas na *homepage* oficial do Grupo, sua missão é: “Fornecer alimentos, insumos e serviços com qualidade antecipando as necessidades de Clientes e Fornecedores atendendo as expectativas de Acionistas, Colaboradores e Comunidade” (CARAMURU ALIMENTOS, 2016, p. 1).

Constata-se que o Grupo possui atuação em diversas localidades do país e até do exterior, mediante relações com fornecedores de insumos, grãos e produtos diversos e clientes de seus produtos industrializados. A partir dessas relações estabelecidas espacialmente, que envolvem a produção de *commodities*, seu escoamento e processamento em alimentos industrializados, distribuídos pelo país, que escolhe metodologicamente para análise na próxima seção as relações e articulações espaciais realizadas pelas unidades produtivas (fábricas) sediadas no município de Itumbiara.

Portanto, as análises na sequência primam por tratar sobre as redes e articulações espaciais firmadas a partir dessa empresa com a globalidade, almejando realizar uma reflexão sobre como estas impactam na dinâmica econômica, social e ambiental deste município.

3 A REDE PRODUTIVA DO GRUPO CARAMURU ALIMENTOS S.A

3.1 O Grupo Caramuru Alimentos S.A.: estratégias para inserção no mercado nacional e internacional

A modernização da agricultura disponibilizou condições competitivas para a produção de *commodities*. Essa tecnologia alterou o sistema produtivo e as relações de trabalho no campo, substituindo o padrão de produção direcionado para a subsistência por um modelo que contempla basicamente a produção de mercadorias designadas à exportação.

É nesse contexto, que Goiás pós-1970 passa a sediar agroindústrias, especialmente processadoras de alimentos e carnes, estas aproveitam das condições propícias de produção agrícola do estado, e atuam em diversos municípios, processamento produtos in natura em produtos industrializados, que são vendidos para o território brasileiro e até o exterior.

No limiar desse processo, é que a Caramuru Alimentos S.A. transfere sua processadora de milho de Maringá/PR para Itumbiara/GO, consolidando anos depois em um grande conglomerado agroindustrial, processador e exportador de *commodities*.

Para realizar sua produção industrial, o grupo Caramuru Alimentos S.A. adquire e processa as *commodities* de soja, milho, sorgo, girassol e canola. Quanto à sua importância econômica, nota-se que a produção de soja é relevante, uma vez que produz e/ou participa na elaboração de uma infinidade de produtos industriais (comestíveis ou não). O uso da soja como alimento, garante do trato de animais e à alimentação humana uma rica e saudável dieta em proteínas, cuja circulação de produtos *in natura* e industrializados não restringe a escala regional.

Nessa direção, Arrais (2013) afirma que,

Na década de 1980, com a incorporação definitiva da soja, deu-se início à transformação e agregação de valor, por um lado, e à ampliação e diversificação da cadeia produtiva (produção láctea, farelo de soja, fertilizantes, rações, sementes etc.), por outro, algo comum no setor agroindustrial. A dinâmica da industrialização da agricultura também se agregou uma rede de insumo, tais como embalagens (papel e plásticos), que dinamizam as economias municipais. Aqui o padrão de organização seguiu, como em outros segmentos, dois princípios: organização em rede e diversificação das áreas de atuação, com base no conhecimento acumulado nas áreas de armazenagem e transporte. Com isso, abriu-se o setor logístico e a indústria de transformação de base primária. (ARRAIS, 2013, p. 50).

Dessa forma, Arrais (2007), considera que, em sua gênese, a industrialização do território goiano,

[...] teve como base a produção de bens de consumo não duráveis, com a cadeia da alimentação e da transformação de grãos em primeiro lugar. Por conseguinte, não deve estranhar o fato de que a intervenção estatal/estadual pauta-se, em um primeiro momento, na expansão da infraestrutura de transformar a matéria-prima para agregar valor, caso específico da soja. (ARRAIS, 2007, p. 30).

O cultivo e transporte da soja, da maneira que se dá na atualidade, requerem também, que seja considerada toda a cadeia produtiva e seu elevado consumo de energia, inclusive na fabricação de fertilizantes e agrotóxicos, no maquinário utilizado diretamente na produção e no transporte (EMBRAPA SOJA, 2016).

Além disso, Oliveira (2016) chama a atenção para o valor do consumo de água pluvial embutido na soja de sequeiro plantada no município de Itumbiara, entretanto, em um olhar crítico observa-se que milhares de litros de água fluvial também são utilizados na produção de soja, assim como de outros grãos destinados à exportação.

Roessing e Guedes (2013) apontam um número de características da soja, as quais têm feito desta oleaginosa uma cultura agrícola atrativa no contexto globalizado. Dentre essas características encontram-se, o fato de a soja ter baixo conteúdo de água (que não significa que para ser cultivada não necessite apenas de água pluvial, ao contrário, usa-se irrigação mecânica (fluvial) para que possa ter boa produtividade por hectare); alto valor nutritivo e a capacidade de produzir uma grande variedade de produtos para alimentação humana e animal, assim como óleo e derivados industriais.

No entendimento de Roessing e Guedes (2013), estas características reduzem sua vulnerabilidade às flutuações de mercado, reduz os custos de estocagem e transporte, o que tem contribuído para sua rápida expansão nas áreas do Cerrado. Além disso, o aumento na demanda mundial por soja tem resultado em aumento no investimento em pesquisa científica e desenvolvimento de tecnologias e novos produtos.

Conforme dados da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB, 2017, p. 1), o consumo interno de soja em grãos é 42,500 milhões de toneladas.

Em 2016, a exportação do grão pelo Brasil foi de 54,3 milhões de toneladas, que equivale a U\$ 21,0 bilhões; a exportação de farelo foi de 14,8 milhões de toneladas, gerando U\$ 5,8 bilhões; exportação de óleo foi de 1,7 milhões de toneladas, cujo rendimento foi de U\$ 1,2 bilhões; o valor total exportado foi de U\$ 28,0 bilhões. (AGROSTAT, 2017, p. 1).

O complexo soja é o principal item de pauta de exportações brasileiras do agronegócio, com participação 22,64% do total exportado em janeiro de 2017 (AGROSTAT, 2017). A soja é uma *commodity* importante para o grupo Caramuru Alimentos, além da exportação do grão *in natura*, este pode ser processado e dá origem à diversos produtos para alimentação humana ou animal.

Dentre os derivados de soja produzidos e exportados pelo grupo Caramuru Alimentos, destaca-se o farelo Hipro, que é vendido para o mercado asiático e a lecitina de soja não transgênica, que é exportada para o mercado europeu (CARAMURU ALIMENTOS, 2017b).

Apesar de esses produtos terem margem adicional, têm riscos maiores, exigindo uma logística mais especializada, tais como espaços próprios para embarque e desembarque nos portos (Figura 2). Sem esses espaço é impossível comercializar esses produtos (CARAMURU ALIMENTOS, 2017d).



Figura 2. Terminal do Grupo Caramuru Alimentos S.A. no Porto de Santos/SP.

Fonte: Caramuru Alimentos (2017d).

Nesse sentido, a hidrovía Tietê-Paraná é um dos principais meios de escoamento dos produtos do Grupo Caramuru Alimentos para exportação, cuja conexão com o mercado internacional se dá mediante estrutura própria no Porto de Santos/SP.

A logística brasileira, segundo afirmativa de Dalmás, Lobo e Rocha Junior (2009, p. 155-156), passa por um período de transformações pela busca de eficiência. Esse procedimento está ligado principalmente a termos burocráticos e de infraestrutura. Nessa vertente, os custos logísticos “são apontados como fator-chave no desempenho do comércio, e

o transporte é a atividade logística que envolve a maior parte desses custos, sendo essa atividade a responsável por 64% dos custos logísticos organizacionais”.

Possuir uma infraestrutura portuária para a Caramuru Alimentos é algo que torna-se vantajoso e lucrativo, pois o Grupo não depende de infraestrutura de terceiros para realizar os trâmites burocráticos para exportação de seus produtos, ou seja, a empresa buscou otimizar o tempo, reduzir os custos e ainda manter eficiência e controlar a logística que envolve a movimentação de suas mercadorias.

Os problemas de transporte, conforme ressaltam Dalmás, Lobo e Rocha Junior (2009), advêm, com frequência,

[...] da escolha de objetivos econômicos e os não-econômicos. Como exemplo do primeiro, tem-se o aumento da produtividade e do segundo, a elevação dos padrões sociais. Esses objetivos podem ser concorrentes entre si, ou mesmo incompatíveis, mas a busca pelo equilíbrio entre ambos é fundamental para a especialização de uma região. A possibilidade de arranjo multimodal no sistema de transporte é uma opção válida para o alcance da eficiência logística, pois essa estratégia tem a característica de movimentar mercadorias por mais de um modal de transporte. Essa característica também está presente na intermodalidade, entretanto, a principal diferença entre ambas é que na multimodalidade a mercadoria transportada fica sob a responsabilidade de um único operador ou transportador, que utiliza documento de transporte único. (DALMÁS; LOBO; ROCHA JUNIOR, 2009, p. 159).

No Brasil, o transporte rodoviário é o mais usado, pois apresenta um sistema mais estruturado que os demais modais. No entanto, Dalmás, Lobo e Rocha Junior (2009, p. 160), ressaltam que “o transporte hidroviário, seguido do ferroviário, é mais indicado para o transporte de grãos agrícolas, caracterizado como de grandes volumes e baixo valor agregado”, como é o caso de parte das *commodities* transportadas pelo Grupo Caramuru; apesar de que, o modal ferroviário proporciona, conforme Dalmás, Lobo e Rocha Junior (2009, p. 160), “maior estímulo para investimentos, por apresentar maior disponibilidade de utilização no curto prazo”.

Observa-se que a Caramuru adota principalmente os modais de transporte rodoviários, mas em certa medida usa-se do ferroviário e do hidroviário.

A área comercial do Grupo Caramuru conquistou crescimento em 2015, principalmente no mercado interno, tanto com produtos para consumo humano quanto nos segmentos animal e industrial. Na categoria de óleos especiais (canola, milho e girassol), teve um crescimento de 5% e aumentou sua rentabilidade. Com sua marca, a Caramuru manteve

sua participação no mercado e ampliou suas vendas principalmente no Nordeste (CARAMURU ALIMENTOS, 2017c).

O ano de 2015 foi rentável para a marca pertencente ao Grupo, cujos principais produtos são: óleos vegetais (milho, girassol, canola e soja), azeites de oliva, pipocas de microondas, farofas, proteínas texturizadas de soja e derivados de milho, entre outros. Ao comparar a comercialização dos produtos de 2014 com as vendas de 2015, nota-se que houve um equilíbrio. As vendas do azeite aumentaram 20%, já outros produtos que ampliaram as vendas foram os óleos especiais, como os de milho, canola e girassol (CARAMURU ALIMENTOS, 2017c).

Ainda no ano de 2015, entrou em funcionamento uma nova planta de esmagamento de soja em Ipameri, em Goiás; teve início a operação de cogeração de energia em Sorriso, no Mato Grosso; a circulação dos produtos de Sorriso (MT), fará o escoamento de SPC pelos rios Tapajós e Amazonas. Um novo terminal de transbordo foi adquirido, e a Saída Norte (produtos dirigidos para o Norte do Brasil) será feita pelo Porto de Itaituba (PA). Destaca-se que outros projetos estão em fase de implantação, tais como: a planta de biodiesel em Sorriso e o de cogeração de energia em Itumbiara (CARAMURU ALIMENTOS, 2015a).

Com o desenvolvimento técnico e a conseqüente mudança do meio geográfico, Pereira e Kahil (2010), apontam que,

[...] a produção baseada na tecnologia da informação não mais se restringe aos sistemas locais ou regionais, mas, dada a nova natureza dos objetos e ações que compõem o espaço geográfico atual, configura verdadeiros circuitos globais de produção. É a partir deste alargamento dos contextos que surgem as possibilidades dos sistemas produtivos mais complexos distribuírem territorialmente as suas distintas etapas produtivas, graças, sobretudo, às facilidades de transporte e informação comuns deste período. (PEREIRA: KAHIL, 2010, p. 220).

Portanto, o sistema de transporte adotado pelo grupo configura-se em um tipo de rede, que contribui para entender como se dá o processo de estruturação organizacional e técnica; ainda, de acordo com Pereira e Kahil (2010, p. 219), a rede torna-se como ferramenta de organização política e social, constituída de maneira distinta “pelos agentes para o estabelecimento de fluxos tangíveis ou intangíveis, materiais ou de informação, produzindo um controle vertical da produção e dos territórios em que ela se distribui”.

Portanto, a discussão a seguir busca compreender o papel das redes na organização e consolidação do grupo Caramuru Alimentos, as quais possibilitam um entrelaçamento de Itumbiara com localidades longínquas ou vice-versa.

3.2 Conceito de Redes: o caso do Grupo Caramuru Alimentos S.A.

O termo rede tem origem do latim *retis*. Surgiu no século XII para indicar o conjunto de fios entrelaçados, linhas e nós (SILVA, 2011).

Fundamentado em Santos (1999), pode-se dizer que o conceito de redes não é atual. A expressão rede teria vindo da Química, com Lavoisier, na passagem do século XVIII para o XIX. Nesse contexto, enfatizava-se o caráter de articulação e interdependência dos elementos (SANTOS, 1999).

Dessa forma, a partir dos meados do século XX, momento em que houve uma revolução intensa e rápida nos meios de transporte e de comunicação, aumento de intercâmbio entre locais, difusão e uma maior integração entre o setor financeiro global, tal conceito passa a ser utilizado com mais frequência, conforme assegura Braga (2010).

Essa condição vem de encontro às afirmativas de Silva (2011):

[...] para entender como o conceito de rede pode ser abordado no contexto histórico-geográfico, recorre-se a uma literatura pautada nas bases do desenvolvimento capitalista com ênfase em leituras sobre a geografia da realidade espacial posta para compreender a essência e importância das redes no contexto atual. No que se refere às bases do sistema capitalista, lhe é inerente a tendência à expansão. (SILVA, 2011, p. 166).

No século XXI, esses processos vêm sendo intensificados, mais se falam e se pesquisam sobre as redes, que vão desde as redes materiais às redes virtuais, respectivamente, como as de fluxos de produtos e transporte, e as financeiras e de comandos. A rede, conforme Dias (2001), implica fluxos, conectividade. O termo conectividade já estava presente na obra do geógrafo francês Jean Brunhes. A rede é “um conjunto de nós interconectados”, conforme Castells (2003, p. 566).

As redes não estão relacionadas apenas às conexões e aos fluxos. Para que tenha fluxos, são necessários fixos, afinal, os fluxos possuem origem e destino. Nesta dinâmica, os fixos são constantemente refuncionalizados. Tais termos são complementares e interdependentes. Fluxos geram fixos que, por sua vez, geram novos fluxos, de acordo com Santos (1999).

Pode-se perceber que as redes de transporte e de comunicação possibilitam a conexão aos distintos modais de transporte, quais sejam, rodoviário, portuário, aéreo, ferroviário, hidroviário, dutoviário, que têm influências no preço final dos produtos, bem como na decisão de grupos econômicos de investir em determinadas cadeias de produção.

Santana (2004), entende que ao mesmo tempo em que a rede faz parte do espaço e serve de suporte a este, a rede faz parte e serve também de suporte ao circuito espacial de produção ou a cadeia produtiva de uma determinada empresa ou grupo.

Braga (2010), concorda com Santos (1999) sobre a necessidade do estudo do tempo das ações que animam os objetos, ou seja, sua temporalidade. Como as redes são dinâmicas e alteram constantemente seus fixos, é preciso estabelecer períodos com características predominantes. É nesse sentido, que em determinados momentos da história as redes podem ser mais ou menos intensas, isso depende da capacidade de fluidez, que por sua vez, pode ter relação com a dinâmica da economia local, nacional e global. Deduz-se que em tempos de crises econômicas, as redes podem sofrer retração no volume e velocidade de seus fluxos, conforme a dinâmica da oferta e demanda do consumo.

A rede tem a capacidade de articular distintos espaços e atua como a nova maneira de arranjo geográfico, espacial e, sobretudo econômico das sociedades, dispondo de conexões que dão suporte às relações avançadas da produção e do mercado.

Ribeiro (2001), fundamentado na obra do geógrafo francês Miossec datada de 1976 aponta três tipos de redes, que as denominam de *redes geográficas* (interdependentes entre si e superpostas):

- a) Rede de distribuição: voltada para a distribuição de bens e serviços, foi calcada na teoria das localidades centrais de Walter Christaller (1933). São determinados centros com funções centrais aptas para a distribuição de bens e serviços.
- b) Rede de produção: composta de fluxos de matérias-primas, bens intermediários e/ou produtos finais. Está relacionada aos lugares com vantagens de produção visando atender à demanda de necessidades humanas e divisão do trabalho.
- c) Rede de gestão ou decisão: papel gestor desenvolvido pelo Estado ou pelo setor privado (empresas), formando redes estratégicas onde circulam informações e ordens. (RIBEIRO, 2001, p. 37).

A rede geográfica, conforme afirmativa de Corrêa (2011, p. 200), “é o conjunto de localizações humanas articuladas entre si por meio de vias e fluxos. Nesse sentido, ela constitui caso particular de rede em geral, esta forma que advém da topologia”.

Ainda, as redes só são consideradas geográficas, pois “[...] são redes sociais espacializadas. São sociais em virtude de serem construções humanas, elaboradas no âmbito de relações sociais de toda ordem, envolvendo poder e cooperação, além daquelas de outras esferas da vida”. (CORRÊA, 2011, p. 200). Em outras palavras a condição que a rede tem de especializar suas ações e relações, de atingir e alcançar lugares, seja por meio de fluxos materiais ou imateriais, é que lhe garante sua condição social e geográfica.

As redes no contexto atual atingem e alcançam todos os lugares, envolvem todas as atividades econômicas, a sua intensidade depende da infraestrutura e condições do espaço em reter ou dispersar informações. Nesse caso, o agronegócio é um setor que está totalmente em volta nas redes e na sua capacidade de dominação territorial e de fluidez.

Um dos momentos das transformações na agropecuária se concretiza quando as grandes corporações se apropriam da produção da agricultura e da pecuária brasileira e, segundo Elias (2013):

Configura-se, então, ampla implantação de indústrias, muitas delas multinacionais, dos ramos fornecedores de insumos modernos para a agropecuária, assim como dos ramos transformadores dos produtos agropecuários, com a instalação de indústrias, que assumem o comando das transformações no setor. (ELIAS, 2013, p. 15).

Nesse contexto, uma nova organização econômica e social da agropecuária é caracterizada, e segundo afirma Silva (1997), a qual segue a unificação da economia pelo movimento do capital industrial e financeiro. Acontece diante da “substituição da economia natural por atividades agrícolas integradas à indústria, pela intensificação da divisão do trabalho e das trocas intersetoriais e com a especialização da produção agropecuária”, de acordo com Silva (1999, p. 53).

Portanto, é essa interação espacial entre atividades agrícolas, indústria, mercado financeiro e mercado consumidor, que o Grupo Caramuru se constitui e passa a atuar conforme a dinâmica da economia nacional e de outras condições; formando um processo articulatório em redes, que agem simbioticamente no aumento da produção, da circulação e distribuição de produtos *in natura* e industrializados para o mercado nacional e internacional.

A dinâmica da agropecuária passa, então, a ser determinada pelo desenvolvimento do que alguns autores Silveira (2005) e Elias (2013) chamaram de redes agroindustriais. Assim, as redes agroindustriais,

[...] associam todas as atividades e empresas inerentes ao agronegócio globalizado: empresas agropecuárias, indústrias de sementes selecionadas, de insumos químicos e implementos mecânicos, laboratórios de pesquisa biotecnológica, prestadores de serviços, agroindústrias, empresas de distribuição comercial, de pesquisa agropecuária, de marketing, de *fast-food*, de logística, cadeias de supermercados etc. Para conseguirmos compreender seus respectivos funcionamentos, faz-se necessário estudos de caráter multiescalar e intersetorial. (ELIAS, 2013, p. 16, grifos da autora).

Diante das demandas da produção agropecuária globalizada, as Regiões Produtivas Agrícolas (RPAs) são compostas, de acordo com Elias (2011, p. 154), “tanto por modernos

espaços agrícolas, extremamente racionalizados, quanto por espaços urbanos não metropolitanos”, de maneira especial cidades pequenas, mas também cidades de porte médio. Esses espaços, conforme Elias (2011),

[...] formam nós, pontos ou manchas de redes agroindustriais e são perpassados pelos circuitos espaciais locais e regionais daquelas. Isso ocorre seja nos lugares de reserva, inseridos mais recentemente à agropecuária globalizada, passíveis de serem exemplificados, principalmente, a partir de casos nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, seja nas regiões agrícolas que há mais tempo participam do circuito superior da economia agrária, fortemente concentradas nas Regiões Sudeste e Sul. (ELIAS, 2011, p. 156).

Portanto, a rede implica, conforme Moreira (2007), um espaço móvel e integrado, fluido e liso, com densidade variável em função da rapidez dos fluxos e das trocas. A mobilidade é a marca fundamental do atual estágio da produção do espaço globalizado, pois desde os anos de 1970 se depara com redes de diversos tipos e intensidades organizando o espaço.

Portanto, tal questão não está alheia ao processo de organização do Grupo Caramuru Alimentos S.A. no espaço brasileiro, sendo assim, propõe a seguir compreender quais são as principais redes organizadas e formadas pelo Grupo no espaço regional, nacional e global, as quais contribuem para mudanças na dinâmica de Itumbiara.

3.3 As redes firmadas pelo Grupo Caramuru Alimentos S.A.

As redes, ao promover relações, intercâmbios, alterando ou podendo alterar determinada situação, também muda. Assim, toda rede é mutável, exerce controle sobre o território.

Raffestin (1993, p. 213) destaca esta característica das redes, o controle cada vez maior das redes de circulação (de seres e bens *lato sensu*) e das redes de comunicação (de informações): “Controlar as redes é controlar os homens e é impor-lhes uma nova ordem que substituirá a antiga”. De acordo com Raffestin (1993, p. 213), o estudo das redes de circulação permite conceber a natureza das redes geográficas.

As redes, conforme Braga (2010), podem ser materiais ou imateriais. As primeiras seriam compostas de pessoas, mercadorias, matérias-primas. As segundas estão relacionadas aos fluxos de informações e/ou ordens.

Na década 1970 já não se podia mais desconhecer a relação em rede, que então “surge, articula os diferentes lugares e age como a forma nova de organização geográfica das sociedades, montando a arquitetura das conexões que dão suporte às relações avançadas da produção e do mercado”. (MOREIRA, 2007, p. 57).

Assim, considera-se a abordagem das redes como importante escopo analítico para o estudo das corporações, isso porque, conforme Santos (1999), a rede é uma realidade material e um dado social.

Uma empresa para ser considerada como uma corporação em rede tem que apresentar por dois motivos principais: multifuncionalidade e multilocalização (CORRÊA, 2001). Em outros termos, ela precisa apresentar e possuir diversas funções e ainda está localizada em diversos lugares. Essas, em geral, estabelecem articulações em redes horizontais (ligadas à produção propriamente dita) e verticais (pelas novas necessidades de intercâmbio e aos outros segmentos da produção ligados à circulação, distribuição e consumo) (SILVA, 2002).

Logo, Braga (2010) assegura que uma rede corporativa é um arranjo de localizações geográficas de pontos e áreas interconectados entre si e animados por um sistema de ações que respondem pela reprodução do capital da empresa.

Nesse sentido, a Caramuru Alimentos é uma empresa que desempenha múltiplas funções e está localizada em diversos lugares do território nacional, portanto, analisá-la como uma corporação que se organiza em redes, que estabelece articulações no espaço, que conecta-se à pontos, que ao se espacializar realiza ações, circulação, distribuição e consumo, não é algo estranho, mas sim compreendê-la em sua realidade.

Assim, o Grupo Caramuru Alimentos vai criando suas redes, com tipos e intensidades variadas e com localizações diversas, mediante os setores que a compõe: fazendas produtoras de *commodities*, fornecedores de grãos e outros insumos, armazéns, indústrias, fornecedores de embalagens e produtos que ela não produz, empresas terceirizadas (limpeza, manutenção, recursos humanos), empresas transportadoras, terminais portuários, empresas consumidoras (supermercados, padarias, lojas etc.). Essas redes podem ser organizadas no âmbito regional, nacional e internacional.

3.3.1 As relações do Grupo Caramuru Alimentos S.A. com os fornecedores de insumos e de *commodities*

As redes firmadas pelo Grupo Caramuru Alimentos no espaço não se dão apenas no âmbito administrativo, da relação entre a matriz, com filiais ou com armazéns. Essas estão antes da matriz, pois são firmadas direta ou indiretamente com outros setores, como é o caso das relações firmadas a realização da produção de *commodities* (CORRÊA, 2011).

No que se refere às etapas que envolve a atividade agrícola, como preparo do solo, plantio, acompanhamento técnico e agrônômico da plantação, colheita, de um modo geral, faz-se o uso de tecnologias e equipamentos modernos. No caso da Caramuru, estas etapas baseiam no uso de máquinas e equipamentos agrícolas, uso de calagem, melhoramento genético de sementes, tratamento destas com inseticidas e fungicidas, aplicação de nitrogênio, além de outros, de conformidade com a disponibilidade de renda do produtor (CARAMURU ALIMENTOS, 2017e).

O Grupo mantém um programa de relacionamento e parceria com o setor produtor de *commodities*, mediante apoio e suporte técnico, através de técnicos agrícolas e agrônomos, possibilitando ao produtor conhecer os mecanismos necessários para o desenvolvimento da produção e se posicionar melhor no mercado agrícola.

No território brasileiro, a Caramuru possui as seguintes fábricas processadoras de soja:

- Em Goiás são três fábricas processadoras, sendo uma em São Simão, que faz o processamento de soja não transgênica, e duas fábricas, respectivamente, em Itumbiara e Ipameri, que processam soja transgênica.
- No estado de Mato Grosso, na cidade de Sorriso há uma fábrica que faz o processamento de soja não transgênica. (PESQUISA DE CAMPO, 2017b, p. 2).

Ainda, constatou-se por meio do Roteiro de Entrevista Semiestruturado (Anexo 2) aplicado no dia 14 de julho de 2017, o senhor Davi Eduardo Depiné – Diretor de Originação, respondeu que “os 10 (dez) maiores fornecedores de *commodities* de Goiás entregam em média 7.758 toneladas cada. Já na fábrica de Sorriso-MT, os 10 (dez) maiores produtores de soja entregam uma média de 5.753 toneladas cada”. Os dados destas empresas não podem ser compartilhados devido a normas internas. (PESQUISA DE CAMPO, 2017b, p. 3).

No ano de 2016, a Caramuru Alimentos S.A. possuía “4.870 fornecedores ativos no Setor de Suprimentos” (PESQUISA DE CAMPO, 2017b, p. 1).

Os 10 (dez) maiores agricultores fornecedores de produtos *in natura* (soja, milho, sorgo etc.) da Caramuru Alimentos S.A. adquirem os insumos para produção destas *commodities* nos seguintes percentuais (PESQUISA DE CAMPO, 2017b, p. 2):

- 60% deles, são bastante capitalizados, utilizam seus próprios recursos;
- 20% estão reunidos em forma de cooperativa ou central de compra, de grandes produtores;
- 20% fazem *barter* (troca) com revendas.

Observou-se através de informações obtidas por meio de Roteiro de Entrevista Semiestruturado (Anexo 2) aplicado ao Gerente de Suprimentos do Setor de Compras, senhor Leandro Silva Campos, no dia 14 de julho de 2017, que a Caramuru Alimentos S.A. faz uma divisão dos seus fornecedores (locais, regionais e nacionais) para o controle da cadeia produtiva. No caso do Setor de Suprimentos¹⁰ há preferência por fornecedores de materiais que possam atender corporativamente. Quando não é possível, contrata-se regionalmente.

Os critérios usados para a seleção/escolha de fornecedores pela Caramuru Alimentos S.A. são: no caso de fornecedores de materiais não-críticos (peças, materiais de escritório, Equipamento de Proteção Individual – EPI etc.): a empresa deve regular e apresentar referências comerciais (PESQUISA DE CAMPO, 2017b, p. 1).

Para ser fornecedor de materiais críticos (embalagens, produtos químicos, lenha, serviços na planta etc.) da Caramuru Alimentos S.A., o fornecedor passa por um processo de homologação, no qual deve apresentar certificados ISO (de qualidade, meio ambiente, segurança de alimentos, segurança e saúde ocupacional, conforme o caso), além de documentos técnicos e legais específicos do ramo de atividade (PESQUISA DE CAMPO, 2017b, p. 1).

Os fornecedores de materiais críticos também passam por processo de avaliação semestral, no qual são pontuados conforme as falhas apresentadas no período, podendo ser descredenciados em caso de descumprimento das normas contratuais (PESQUISA DE CAMPO, 2017b, p. 2).

Quanto às dificuldades encontradas pela Caramuru Alimentos S.A. no relacionamento com os fornecedores, pode-se dizer que, atualmente, o grande impacto no setor de compras está relacionado ao cumprimento dos requisitos de conformidade fiscal, devido ao advento da

¹⁰ O Setor de Suprimentos da Caramuru é responsável pela aquisição de insumos industriais, embalagens, combustíveis, materiais (industriais e administrativos), ativo imobilizado e serviços (PESQUISA DE CAMPO, 2017b, p. 1).

Nota Fiscal Eletrônica. Os sistemas das empresas não se comunicam, por não estarem integrados, gerando um processo manual de controle (PESQUISA DE CAMPO, 2017b, p. 2).

Outra dificuldade está em conseguir fornecedores qualificados em todas nas regiões de atuação da Caramuru, nos estados de Goiás, Mato Grosso, Paraná e Minas Gerais devido à amplitude geográfica. São diversas plantas industriais e dezenas de armazéns em seis estados da federação. De forma geral, não se tem outro tipo de dificuldade digna de nota. Apenas situações corriqueiras de processos, comuns a qualquer ambiente de negócio (PESQUISA DE CAMPO, 2017b, p. 2).

No que diz respeito ao sistema de troca de informações entre a indústria de processamento e seus fornecedores, o Setor de Compras centraliza toda a demanda corporativa, em cada filial, sendo, portanto, o principal meio de contato entre a indústria e os fornecedores. O contato direto da indústria com fornecedores ocorre apenas nos momentos de interação técnica, seja na especificação dos materiais, instalações de equipamentos.

3.3.2 As filiais e representações comerciais do Grupo Caramuru Alimentos S.A.

Em 1986, a Caramuru Alimentos instalou uma unidade de óleos vegetais, em Itumbiara, com capacidade para processar 1.000 toneladas/dia de soja. A capacidade da indústria de processamento de soja só na unidade de Itumbiara é de 1.700 toneladas/dia e a produção de óleo refinado, chega a 600 toneladas/dia (CARAMURU ALIMENTOS, 2015a).

Pode-se afirmar, que a partir das informações sobre a indústria de processamento do grupo Caramuru Alimentos S.A., unidade de Itumbiara que a soja é a principal *commodity* processada nessa unidade fabril (PESQUISA DE CAMPO, 2017c, p. 1).

De acordo com Roessing e Guedes (2013), a cultura deste grão nos Cerrados, inexpressiva há quarenta anos, apresenta hoje rendimentos superiores aos das regiões tradicionais e contribui com mais de 40% da produção brasileira, pois a soja é a mais importante oleaginosa cultivada no mundo. Seu teor de proteínas proporcionou múltiplas utilizações e formações de um complexo industrial destinado ao seu processamento.

Um aspecto que chama a atenção em relação à produção brasileira de soja é sua participação no complexo agroindustrial e nas receitas das exportações brasileiras. Assim, levando em consideração a grande participação dessa cultura e seus derivados (óleo e farelo)

na receita das exportações, torna-se transparente a contribuição econômica desse setor produtivo.

O Grupo detém a marca *premium* Sinhá, que produz uma a linha de farináceos de milho. As empresas do Grupo atendem, consumidores de vários estados, fabricantes de massas, biscoitos, *snacks*, *corn flakes* e outros, além de produzir matérias-primas para outros segmentos, como cervejarias e mineração e também a indústria de ração.

O cenário depois da implantação do Plano Real nos anos de 1990, mudou completamente o setor atacadista no Brasil, devido a estabilidade econômica oferecida, entretanto, a adoção de grandes estoques por parte das empresas já não fazem diferença em termos de circulação de produtos, os estoques enxutos passam a ser usados tanto no atacado distribuidor quanto no próprio comércio varejista.

Considerando que a gestão da produção e da distribuição da produção pós-1990 passa a ser realizada baseada no sistema *Just in time*¹¹ e *Kanban*¹², que tem sustentação das inovações tecnológicas e de comunicação, a logística passar a ser usada como aliada no processo de circulação de mercadorias tanto a montante, quanto a jusante das fábricas/indústrias.

As relações que o grupo Caramuru Alimentos S.A. estabelece com setores a montante das fábricas, assim como com os a jusante formam as redes deste Grupo. Estas entrelaçam o espaço, nesse caso, o uso das bases do *Just in time* e do *Kanban* contribuem para que essa empresa controle uma fração do território e da produção que é realizada nele.

Nesse sentido, no moderno conceito de logística integrada, conforme Fleury, Wanke e Figueiredo (2000), está a compreensão de que a logística deve ser vista como um instrumento

¹¹ *Just in time* significa no momento exato, é uma abordagem empresarial que diz não ao desperdício e ao retrabalho, e sim para qualidade perfeita e estoque zero, ou seja, produzir (bens e serviços) no exato momento em que são necessitados, evitando estoques parados ou clientes esperando; o que caracteriza um sistema puxado de produção. Para o alcance efetivo de seus objetivos, o JIT possui uma coleção de ferramentas e técnicas que fornecem condições operacionais (SLACK et al., 2002), sendo uma delas a técnica Kanban. De acordo com Ganesi e Corrêa (1993) o JIT se trata não apenas de uma técnica ou conjuntos de técnicas de administração, mas sim uma filosofia completa de trabalho, incluindo aspectos ligados à administração de materiais, gestão da qualidade, arranjo físico, projeto de produto e gestão de pessoas.

¹² Kanban é um dos pilares do sistema *Just in Time*. O Kanban é uma palavra japonesa que significa sinal. Usa cartões para sinalizar que há necessidade de se produzir mais. Na forma mais simples, seu funcionamento consiste no uso de cartões por um estágio de produção para avisar ao seu estágio de produção antecessor (também chamado como fornecedor) que está precisando de mais material. Cada estágio de produção mantém um contentor de estoque com a quantidade necessária de material para ser processados. Cada um desses contentores possui um cartão com a descrição do material, a quantidade e localização exata. Quando um estágio de produção requer mais material, ele envia o contentor de estoque para o seu fornecedor. A chegada de um contentor vazio é o sinal para o início da produção naquele estágio fornecedor. Terminada a produção, o contentor é encaminhado para o estágio de produção que solicitou também chamado de cliente (SLACK et al., 2002).

de *marketing*, uma ferramenta gerencial, com capacidade de agregar valor por meio dos serviços.

Por isso, Dornier et al. (2000), ressaltam que logística e operações nunca desempenharam um papel tão relevante nas empresas. Mudanças nas expectativas dos clientes ou na localização geográfica continuamente transformam a natureza dos mercados, que por sua vez, provocam restrições que modificam o fluxo de mercadorias dentro das empresas.

Dessa forma, transformações tecnológicas e mercados emergentes abrem novas formas de reorganizar, adaptar e otimizar o fluxo de matérias-primas, produtos semi-acabados, produtos acabados, peças de reposição e materiais reciclados.

Sendo a logística a gestão de fluxos entre funções de negócio, de acordo com Dornier et al. (2000), a definição atual de logística engloba maior amplitude de fluxos do que no passado. De forma tradicional, as empresas incluíam a simples entrada de matérias-primas ou o fluxo de saída de produtos acabados em sua definição de logística.

Entretanto, hoje, na segunda metade da segunda década do século XXI, essa definição expandiu-se e inclui todas as formas de movimentos de produtos e informações, tais como: fluxos globais na organização de um negócio; direções dos fluxos e relações de fluxos; não refere-se apenas aos fluxos materiais, mas aos imateriais também (ordens, valores) e utilizam-se da infraestrutura do território e das comunicações para promover rapidez e agilidade nos negócios, conforme Bernardes (2007).

Com o objetivo de satisfazer à demanda de seus mercados, Dornier et al. (2000), ressaltam que uma empresa deve estruturar os produtos ou serviços que oferece, conforme os seguintes fluxos físicos:

Matérias-primas, do ponto de estocagem da fonte original até a entrega para o cliente.

Produtos semi-acabados, vindos de unidades de manufatura próprias ou de fábricas ou armazéns dos fornecedores.

Ferramentas ou máquinas, de uma unidade de manufatura para outra.

Produtos acabados entre plantas, armazéns próprios, armazéns dos clientes, ou armazéns pertencentes a empresas de serviços logísticos.

Itens consumíveis e peças de reposição, de armazéns para os veículos dos técnicos de reparos, ou para as unidades dos clientes onde os equipamentos estão instalados.

Produtos e peças a serem reparados, da unidade do cliente para o local de reparo/recuperação.

Equipamentos de suporte de vendas, como estandes e displays, quadros de propaganda, literatura, e outros, das empresas para os agentes apropriados.

Embalagens vazias retornadas, dos pontos de entrega para os pontos de carregamento.

Produtos vendidos ou componentes devolvidos, dos pontos de entrega para o ponto inicial de armazenagem ou manufatura (fluxo reverso).

Produtos usados ou postos à disposição (fluxo reverso). (DORNIER et al. 2000, p. 39-40).

Os dizeres de Pedreira (2006) está de encontro com a afirmativa de Dornier et al. (2000) ao reforçarem que a concorrência crescente e o desejo de agradar os clientes geraram também significativo fluxo de produtos retornados.

A satisfação do cliente envolve, de acordo com Pedreira (2006), a maximização da utilização de lugar e momento para fornecedores, intermediários e consumidores finais. A capacidade da logística em proporcionar serviço ao cliente, junto à capacidade de *marketing* em criar e complementar o ciclo de vendas, cria um nível aceitável de satisfação deste, que leve à empresa uma vantagem diferenciada no mercado.

A maximização da utilização de lugar, equipamento e mão-de-obra, de acordo com Pedreira (2006),

[...] sempre foi o primeiro objectivo da armazenagem. Isto implica que a produtividade não está apenas relacionada com o desempenho da mão-de-obra, mas também com o espaço, equipamento e uma combinação de factores que contribuem para aumentar a produtividade. (PEDREIRA, 2006, p. 45).

Um esforço integrado exige que a empresa coordene suas atividades de *marketing* (produto, preço, promoção e distribuição) com o objetivo de atingir resultados sinérgicos onde o total se torna maior que a soma das partes. A chave da verdadeira integração é o “conceito de custo total”, que examina as compensações de custos que ocorrem entre e dentro das atividades de *marketing* e logística, segundo Pedreira (2006).

Sob a perspectiva financeira, o meio ótimo para maximizar a lucratividade pode ser minimizar os custos totais da logística, no limite que permita proporcionar o nível de atendimento ao cliente especificado pela estratégia de *marketing* e pelas expectativas dos clientes (PEDREIRA, 2006, p. 24).

No entanto, Fleury, Wanke e Figueiredo (2000) alertam que a logística não é somente mais uma ferramenta gerencial moderna. Ela é também uma relevante atividade econômica, contribuindo de maneira representativa para a estrutura de custos das empresas, assim como para o Produto Interno Bruto (PIB) das nações.

A logística dentro das estruturas empresariais tem a missão de prover o melhor nível de rentabilidade nos serviços de distribuição aos clientes e consumidores através de planejamento, organização e controle efetivos para as atividades de movimentação e armazenagem que visam facilitar o fluxo de produtos.

A logística é singular. Poucas áreas de operações envolvem a complexidade ou abrangem o escopo geográfico característicos da logística. O objetivo da logística é tornar disponíveis produtos e serviços no local onde são necessários, no momento em que são desejados, conforme afirmam Fleury, Wanke e Figueiredo (2000).

A logística moderna também, de acordo com Fleury, Wanke e Figueiredo (2000) é um paradoxo. Existe desde o início da civilização: não constitui de modo algum uma novidade. No entanto, a implementação das melhores práticas logística tornou-se uma das áreas operacionais mais desafiadoras e interessantes da administração nos setores privado e público.

O Departamento de Logística do Grupo Caramuru Alimentos S.A. envolve a integração de informações entre a área comercial (*commodities*), o produtor rural, os armazéns, as fábricas e os portos. Todas essas áreas que envolvem o trabalho logístico oferecem ampla variedade de tarefas estimulantes. Combinadas, essas tarefas tornam o gerenciamento integrado da logística uma profissão desafiante e compensadora. Devido à importância estratégica do desempenho logístico, crescente número de executivos bem-sucedidos na área de logística está sendo promovido para posições de alta gerência. Esse Departamento fica na sede, em Itumbiara (PESQUISA DE CAMPO, 2017a).

A responsabilidade operacional da logística está diretamente relacionada com a disponibilidade de matérias-primas, produtos semiacabados e estoque de produtos acabados, no local onde são requisitados, ao menor custo possível. É por meio dos processos logísticos que os materiais fluem pelos sistemas de produção de uma nação industrial e os produtos são distribuídos para os consumidores pelos canais de *marketing*.

O Grupo Caramuru Alimentos S.A. ao longo da sua história, ao expandir sua estrutura foi segmentando-se, criando setores que subsidie na produção, compra e venda de *commodities*; na transformação destas em produtos industrializados para alimentação humana e animal. Dentre esses setores, destacam-se a Caramuru Transportes, a Caramuru Armazéns Gerais, a marca Sinhá, de Insumos Industriais e de Alimentação Animal, tratadas a seguir.

Para auxiliar a movimentação dos produtos e grãos, a Caramuru Alimentos criou a Caramuru Transportes, empresa com uma estrutura de logística voltada para movimentação de *commodities* e produtos industrializados, que por sua vez, também apoia os produtores e oferece soluções integradas aos clientes e parceiros (CARAMURU ALIMENTOS, 2015b).

Fruto de grandes investimentos em estrutura e com foco na elaboração de uma rota multimodal, o fluxo do Grupo Caramuru se tornou uma referência nacional, com grande capacidade de operações, interligando nossas fábricas, produtores, terminais e armazéns por meio de um sistema que engloba

hidrovias, rodovias, ferrovias, portos e vias marítimas. (CARAMURU ALIMENTOS, 2015b, p. 1).

Ainda integra a rede organizada pela Caramuru Alimentos S.A., a Caramuru Armazéns Gerais, sendo responsável pelo gerenciamento da rede de armazéns que fornece matéria-prima para as indústrias de processamento do Grupo. Os armazéns gerais são instalados nos estados de Goiás, Mato Grosso, Paraná e Minas Gerais, totalizando uma capacidade de armazenagem de 1,83 milhão de toneladas de grãos (CARAMURU ALIMENTOS, 2017e).

Em 2015, o Grupo possuía 73 armazéns gerais, com capacidade total de armazenagem de 2.424.800 toneladas. Dos 73 armazéns, 53 estão no estado de Goiás, 18 no Mato Grosso, um em Apucarana, Paraná e um, em Uberlândia, Minas Gerais (Mapa 3) (CARAMURU ALIMENTOS, 2015c; 2017e) (Mapa 3). Destes 73 armazéns, que o Grupo possuía em 2015, 25 são próprios; 12 são alugados e 36 contratados. Em 2017 são 64 armazéns, ou seja, de 2015 a 2017, 9 armazéns foram fechados, porém não obtemos informações sobre os motivos que levaram a tais fechamentos.

Ainda como forma ilustrativa, as figuras 3, 4 e 5 trazem imagens de três desses armazéns, localizados no estado de Goiás: Chapadão do Céu, Ipameri e Pensão Velha.



Figura 3. Armazém em Chapadão do Céu.

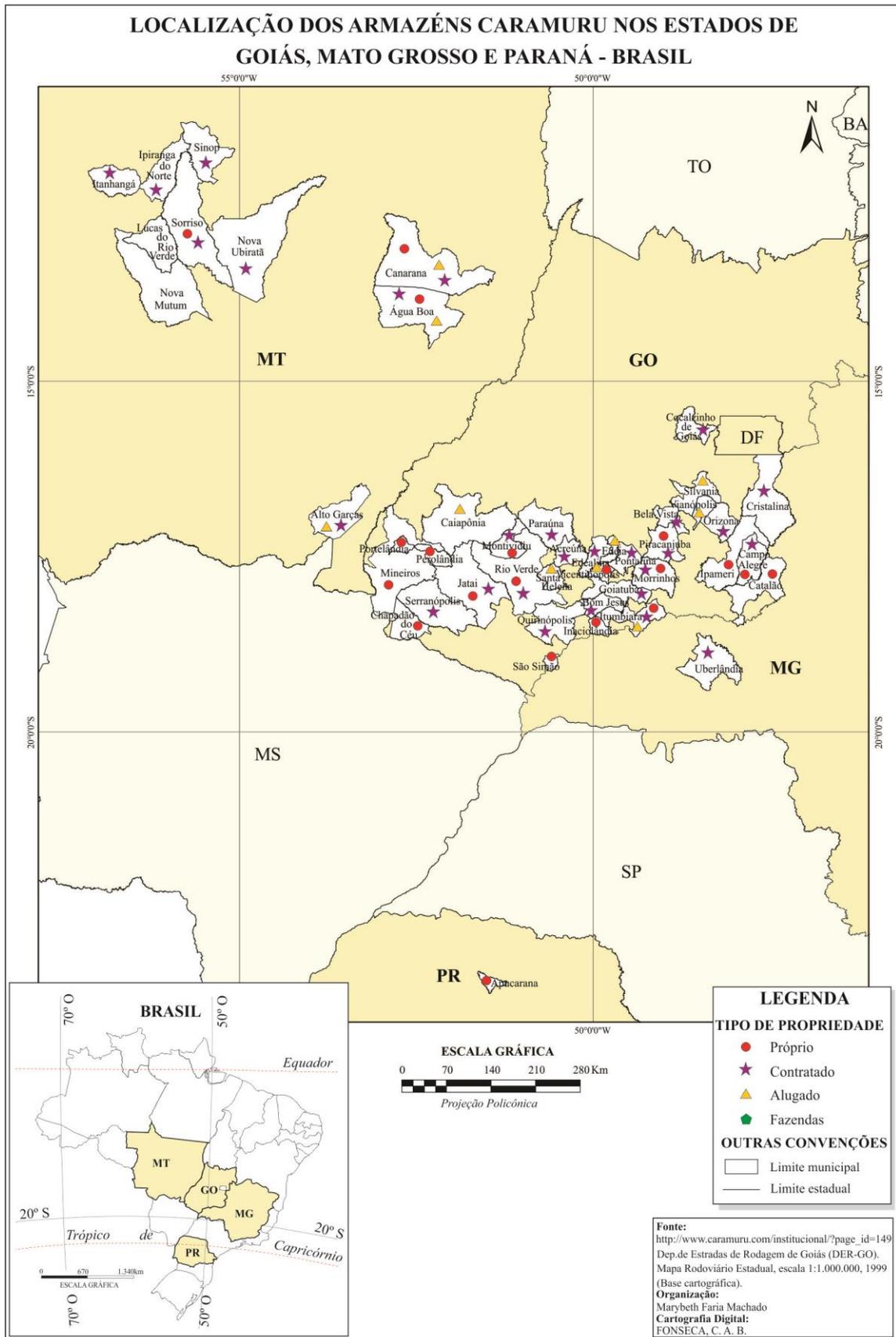
Fonte: Caramuru Alimentos (2017e).



Figura 4. Armazém em Ipameri (GO).
Fonte: Caramuru Alimentos (2017e).



Figura 5. Armazém em Pensão Velha (GO).
Fonte: Caramuru Alimentos (2017e).



Mapa 3. Localização dos Armazéns Caramuru nos estados de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais e Paraná (Brasil).

Fonte: Caramuru Alimentos (2015c; 2017e).

Ainda sobre os armazéns do Grupo Caramuru Alimentos, verificou-se que são dotados de alta tecnologia, com equipamentos de última geração e processos modernos em todas as fases do armazenamento. As equipes de técnicos envolvidos na operação são treinadas para garantir a qualidade do processo (CARAMURU ALIMENTOS, 2017e).

Os pontos de armazenagem estão estrategicamente distribuídos no território brasileiro, e contribuem para o estreitamento no relacionamento do Grupo com o produtor rural e, ainda, permitem otimizar a logística de abastecimento das fábricas dedicadas ao Programa Não-OGM, direcionando armazéns específicos para atender estas unidades (CARAMURU ALIMENTOS, 2017e).

Além dos segmentos de transporte e armazenamento de grãos, o Grupo dedica-se ao fabrico de produtos alimentícios humano destinados ao mercado de consumo, especialmente nacional, como é o caso dos produtos da marca Sinhá.

Os produtos dirigidos ao consumidor final agregam um significativo valor aos produtos originados do agronegócio de base da Caramuru, nesse sentido, a empresa começou a produzir uma crescente variedade de produtos de consumo.

Todavia, o Grupo iniciou suas atividades no setor alimentício com produtos sob a marca Inca, escolhida por mera afinidade com o nome “nativo” Caramuru. Mas como os negócios não prosperaram muito, a empresa comprou a marca Sinhá, de uma padaria no Espírito Santo, e rapidamente expandiu sua linha de produtos, sendo distribuídos para parte do território nacional (CARAMURU ALIMENTOS, 2017b).

Dentre os produtos da marca Sinhá, inclui uma variedade de produtos à base de milho, tais como: óleo, canjica, farinha e farinha biju, fubá pré-cozido e mimoso, polenta, creme, amido, semolina, cuscuz, cuscuz enriquecido com ferro, cuscuz floção, misturas para bolos, milho para pipoca tradicional e de microondas (CARAMURU ALIMENTOS, 2017b). Ver quadro 1.

Linha de Produtos Sinhá	Tipos e variedades
Azeites	2
Óleos	3
Farináceos	16
Pipocas	11
Farofas	5
Cereais	7

Condimentos	7
Proteínas texturizada de soja	2
Alimento para animal (aves)	3
Farinha de mandioca	2
Sopão	2
Derivados de coco	2
Macarrão instantâneo	6

Quadro 1 – Produtos Sinhá (2017).
Fonte: Sinhá Alimentos (2017).

Os produtos Sinhá são vendidos para o mercado do Rio de Janeiro e tornaram-se conhecidos nas regiões Nordeste e no Centro-Oeste. Nota-se que a marca atinge várias regiões do país. Em abril de 2004, os produtos da marca Sinhá já representavam 20% do negócio da Caramuru (CARAMURU ALIMENTOS, 2017b).

Além dos produtos alimentícios, o Grupo produz produtos para consumo industrial, dentre eles: lecitinas de soja, farelo de soja Hi-Pro, farelo de soja peletizado, farelo Hi-Fiber, óleo degomado de soja, óleo refinado de soja, Destilado de Óleo de Soja (DDOS) (CARAMURU ALIMENTOS, 2017b).

A Caramuru Alimentos S.A. ramificou suas atividades e atua na produção de insumos industriais, que são comprados por outras empresas ou indústrias alimentícias, de bebidas e mineração. Dentre as marcas que fabricam tem-se: a própria Caramuru, Nekmil, Flocomil, Hi-Fiber, Fecomil, Cermil, Colormil, FlotaMil e Lécet, sendo vendidos no território brasileiro (CARAMURU ALIMENTOS, 2017b).

Devido à consolidação da empresa no mercado alimentício e industrial, esta possui algumas certificações importantes, tais como: originação de matéria-prima, Boas Práticas de Fabricação (BPF), Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle (APPCC), continuidade de fornecimento, controles microbiológicos, rastreabilidade, tecnologia de processo, recursos humanos com capacidade técnica, qualidade processada – *Quality of Feed* Ingredientes (OHSAS 18001), Certificação de Segurança Alimentar (HACCP), ISO 9001 e 14001 e certificação de não modificado geneticamente (CARAMURU ALIMENTOS, 2017f).

Especificamente, sobre a alimentação humana, a Caramuru Alimentos possui certificados em APPCC, pautado na segurança alimentar de seus produtos, que envolve um programa que permite a rastreabilidade de alimentos não modificados geneticamente (CARAMURU ALIMENTOS, 2017f).

O Grupo Caramuru Alimentos possui o Programa de Rastreabilidade Não-OGM – Sistema Hard IP (*Hard Identity Prederved System*)¹³, que consiste em fabricar produto não-transgênico. As plantas de São Simão e Itumbiara são dedicadas ao processamento de soja Não-OGM, e produzem farelo de soja Hi-Pro, farelo de soja peletizado, farelo Hi-Fiber, óleos bruto e refinado de soja e lecitinas de soja. Este programa consiste, na verificação da origem das sementes, acompanhando o plantio, o desenvolvimento vegetativo das plantas de soja, colheita, armazenagem, logística, passando pelo processamento nas indústrias, embarque portuário e finalmente, a logística internacional (CARAMURU ALIMENTOS, 2017f; 2017g).

A seguir, são apresentadas as certificações de cada unidade fabril do Grupo Caramuru Alimentos (Quadro 2).

UNIDADES	CERTIFICAÇÕES
Itumbiara (GO)	<ul style="list-style-type: none"> - SGI – Sistema de gestão Integrada - ISO 9001: 2000 – Qualidade - ISO 14001: 2004 – Gestão Ambiental - OHSAS 18001: 1999 – Saúde Ocupacional e Segurança - PDV 1102/927476 e em HACCP HC-003/02 em sua linha de produção de farelo de soja, girassol, farelo desengordurado de milho, óleo bruto de girassol, soja e milho e HACCP HC 005/02 nas linhas de refino e envase de óleo de soja, milho e girassol. E expedição de produtos acabados. PDV 1102/928663 – Comércio de farelo de soja para o mercado exterior. - Certificado do sistema de produção como fornecedora de produtos NO GMO.
São Simão (GO)	<ul style="list-style-type: none"> - PDV 1102/927474 e em HACCP HC-004/02 NA linha de produção de farelo de soja e óleo degomado e HC 013/02 linha de produção, envase e embarque de Lecitina de Soja. - Processo de implantação do SGI – ISO 9001, ISO 14001 e OHSAS 18001. - Certificado do sistema de produção como fornecedora de produtos NO GMO.
Apucarana (PR)	<p>Certificada em HACCP HC-008/02 em sua linha de fabricação de farinhas de milho, gritz, canjição, canjicas, fubás, creme de milho, flocos e fubá pré-cozido, do recebimento de matérias-primas à expedição de produtos acabados e, certificado I.640/2002 em ISO 9001:2000 em sua linha de fabricação e comercialização de farinhas de milho, gritz, canjição, canjicas, fubás, creme de milho, flocos e fubá pré-cozido.</p>
Armazém XL – Porto de Santos (SP)	<p>PDV 1102/927475, HACCP BR HC-02/0007, BR 02/0632 ISO 9001: 2000, BR 03/1015 ISO 14001:96 e BR 03/1016 E OHSAS 18001:99 em sua linha de recepção, armazenamento, embarque de soja em</p>

¹³ Os produtos obtidos cumprem com os padrões de Não-OGM negativos no limite de quantificação de 0,1% (PCR *Polymerase Chain Reaction* – limite de detecção de 0,01%), inclusive na matéria-prima. Para isto, o programa de preservação de identidade Não-OGM com rastreabilidade é independentemente certificado e envolve auditorias, inspeções, testes, controles e análises em diferentes estágios do processo de produção e beneficiamento, logística, armazenagem e embarque (CARAMURU ALIMENTOS, 2017g).

	grãos, de farelo de soja hipro e farelo de polpa cítrica.
Terminal – Porto de Santos (SP)	PDV 1102/927335, HACCP BR HC-024, BR 03/1029 ISO 9001:00, BR 03/1030 ISO 14001:96 e BR 03/1031 OHSAS 18001:99 em sua linha de recebimento armazenamento e expedição de produtos de origem vegetal a granel.
Anhembi (SP)	PDV 1102/928371 em sua linha de recepção, armazenamento e expedição de farelo de soja.
Pederneiras (SP)	PDV 1102/ 928626 em sua linha de recepção, armazenamento e expedição de farelo de soja. PDV (<i>Quality of Feed Ingredientes</i>) SGI (Sistema de Gestão Integrada) ISO 9000 (Sistema de Qualidade) /ISO 14000 (Gestão Ambiental) OHSAS 18000 (Saúde Segurança Ocupacional).

Quadro 2. Certificações das Unidades da Caramuru Alimentos S.A. em 2017.

Fonte: Caramuru Alimentos (2015c; 2017h). **Org.:** MACHADO (2017).

Atualmente, duas empresas certificadoras controlam o programa de certificação Não-OGM, do Grupo Caramuru Alimentos: Cert ID¹⁴ e SGS do Brasil¹⁵. A Cert ID também demonstra a rastreabilidade através do fornecimento de Certificados de Transação (TCC) para cada entrega aos clientes da empresa Caramuru Alimentos (CARAMURU ALIMENTOS, 2015c; 2017h).

Ainda, a empresa faz a utilização de novas tecnologias de informação, como, por exemplo, os códigos de barra ou a automação dos PDV (pontos de venda), que contribuiram para o maior grau de precisão e pontualidade nas informações; além de reduzirem a incerteza com relação à demanda futura através do compartilhamento das informações por todas as empresas da cadeia produtiva deste Grupo.

O Grupo Caramuru Alimentos, com a sua diversificação de atuação para várias áreas de alimentação humana, animal e de *commodities* potencializou seu complexo industrial, inserindo o município de Itumbiara na economia globalizada. Tal questão será tratada a seguir.

¹⁴ Cert ID – Porto Alegre/RS. A Cert ID certifica produtos Não-OGM (não-transgênicos), de acordo com as leis da União Europeia e do Brasil. Para que o produto não-transgênico pudesse ser facilmente identificado no mercado, a Cert ID criou o Programa de Certificação Não-OGM e o selo Cert ID Não-OGM, que estabelece a condição não-OGM do produto de forma facilmente identificável. (CERT ID, 2017).

¹⁵ SGS do Brasil – Barueri/SP. É uma norma que certifica desde a semente, passando pelo processo de crescimento e colheita, transporte, coleta, armazenamento e processamento, até a comercialização, oferecemos certificação independente dos sistemas de gestão da qualidade. A certificação também inclui a verificação de exigências legais relacionadas à identificação e rastreabilidade de OGMs. (SGS, 2017).

4 A DINÂMICA SOCIOECONÔMICA DO GRUPO CARAMURU ALIMENTOS S.A. EM ITUMBIARA/GO

4.1 A importância do Grupo Caramuru Alimentos S.A. na inserção de Itumbiara/GO na economia globalizada

Em um período mais recente, o território brasileiro conheceu um processo de avanço na integração a partir da instalação de um novo conjunto de infraestruturas de transporte que servem aos grandes grupos econômicos estrangeiros e nacionais que produzem *commodities* agrícolas, que sustentam o agronegócio.

Nessa direção, Castillo (2005) aponta que como uma parte considerável das exportações é constituída de produtos muito volumosos e de baixo valor agregado, como os produtos primários, a produção destinada ao mercado externo é exigente de sistemas de transporte baratos que garantam a competitividade do que é produzido.

A demanda externa por alguns gêneros agrícolas, o avanço das técnicas e a extensão de sistemas de engenharia que garantem o movimento da produção foi responsável pelo surgimento, no final do século XX, de novos *fronts* agrícolas no interior do país, como é o caso de áreas onde predominava o Cerrado (SANTOS; SILVEIRA, 2008).

Assim, a modernização da agricultura, possibilitou condições competitivas para a produção de *commodities* e fomentou o agronegócio no país. Esse processo, por um lado, modificou as relações de trabalho no campo, substituindo o modelo de produção voltado para a subsistência por um padrão que contemplava essencialmente a produção de mercadorias destinadas à exportação; por outro lado, arruinou a rudimentar produção agrícola calcada na agricultura familiar.

Os investimentos são direcionados para os setores onde há possibilidades de exportação, isto é, produção de bens para os quais existem compradores estrangeiros potenciais. De acordo com Santos e Silveira (2008), essa orientação exige uma constante modernização do equipamento industrial a fim de poder concorrer internacionalmente. Esse fato, por sua vez, agrava a dependência frente aos centros mais avançados do sistema mundial. Por outro lado, a necessidade de importação exige uma política de exportação agressiva.

A instalação de grandes infraestruturas (armazenagem, processamento e escoamento), define novos corredores de exportação no território e toda a produção agrícola realizada no

Brasil Central é transportada por longas extensões territoriais através de rodovias, ferrovias e hidrovias, ou seja, infraestruturas instaladas quase que exclusivamente para esta atividade (CASTILLO, 2005). As novas redes de transporte instaladas no território para viabilizar a produção e o seu escoamento estruturaram novos eixos produtivos e induziram novos dinamismos regionais.

Dessa forma, seja por meio do modal de transporte rodoviário, ferroviário ou hidroviário, e em grande parte usando mais de um destes modais, as redes de infraestrutura logística e os movimentos no território que elas engendram, denunciam uma lógica de regiões voltadas para uso quase que exclusivo das atividades do agronegócio de exportação (SANTOS; SILVEIRA, 2008).

Dentre outros elementos estratégicos da modernização e avanço das redes de transporte no Brasil, é preciso enfatizar os arranjos normativos, novidades jurídicas (e territoriais) que viabilizam a instalação e a extensão dos novos sistemas de engenharia no território.

Considerando as questões postas anteriormente, para a Caramuru Alimentos S.A. a localização de Itumbiara influencia na relação com os fornecedores de insumos para o processamento (preço final, transporte, distância etc.), apenas em termos de custos logísticos, devido as principais indústrias deste Grupo se encontrarem na região Centro-Oeste.

Todavia, ressalta-se que os principais fornecedores de insumos são, em sua grande maioria, grandes indústrias químicas da região Sudeste, já preparadas para distribuição nacional. Tem-se ainda um setor de logística *in bound*¹⁶ com muita experiência na coleta de insumos e materiais diversos, no caso em que esta modalidade (Frete FOB – *Free on Board*)¹⁷ se apresente mais vantajosa, ou que o fornecedor não ofereça a entrega do material na planta industrial (Frete CIF)¹⁸. No caso do frete CIF a Caramuru não tem controle do produto em trânsito, ou seja, caso de alguma eventualidade no transporte ou mesmo com o fornecedor, especialmente, se o Grupo operar nos padrões de estoque enxuto, corre o risco de baixar em demasia o estoque na fábrica, ou mesmo comprometer a produção final.

¹⁶ A logística *in bound* é parte da logística empresarial que corresponde ao conjunto de operações associadas ao fluxo de materiais e informações, desde a fonte de matérias-primas até a entrada na fábrica (DIAS, 2001).

¹⁷ A sigla FOB significa *Free on Board* e em português pode ser traduzida por “Livre a bordo”. Neste tipo de frete, o comprador assume todos os riscos e custos com o transporte da mercadoria, assim que ela é colocada no modal de transporte. Por conta e risco do fornecedor fica a obrigação de colocar a mercadoria a bordo, no modal.

¹⁸ CIF é a sigla para *Cost, Insurance and Freight*, que em português, significa “Custo, Seguros e Frete”. Neste tipo de frete, o fornecedor é responsável por todos os custos e riscos com a entrega da mercadoria, incluindo o seguro e frete. Esta responsabilidade finda quando a mercadoria chega ao destino designado pelo comprador.

Na relação com os clientes de produtos processados (preço final, transporte, distância etc.), a localização geográfica de Itumbiara é fundamental para a empresa e respectivas marcas, pois encontra-se sediada próxima dos principais produtores-fornecedores de milho, soja e girassol, localizados em Goiás e Mato Grosso. Tal condição é *sine qua non*, pois a maior parte os produtos alimentícios, de uso animal e industrial da Caramuru derivam dessas matérias-primas, por isso a importância de se estar próximo.

É importante frisar que a Caramuru Alimentos localiza-se em um município que é cortado pela BR-153, que faz conexões com o Norte do país, assim como com o Sul e Sudeste, possibilitando o escoamento de produção não apenas no âmbito nacional, mas também internacional.

Desse modo, a rodovia torna-se uma rede técnica que contribui para a inserção desta localidade, através de seus empreendimentos capitalista, na aldeia global. O sistema rodoviário brasileiro em associação ao modal de transporte marítimo, contribui para impulsionar as relações de comércio internacional, devido as condições de fluxos de *commodities* nacionais sejam agrícolas ou não para outros países.

Para que tal questão seja viável, o Estado tem papel primordial, seja na conservação, manutenção e ampliação do sistema rodoviário e ferroviário brasileiro, ou seja na melhoria da infraestrutura portuária. Nesse sentido, a chamada Lei de Modernização dos Portos, de 1993, permitiu a instalação de terminais privados, operados por grandes corporações do agronegócio, que investem na infraestrutura de escoamento da produção, como é o caso, do Grupo Caramuru Alimentos, que possui terminal no Porto de Santos (SP), desde 1998, assim como nos Portos de Tubarão (Vitória/ES) e Saída Norte em Santana/AP. (Figuras 6, 7 e 8).



Figura 6 – Armazém XL da Caramuru Alimentos no Porto de Santos/SP.

Fonte: http://www.caramuru.com/institucional/?page_id=155



Figura 7 – Armazéns da Caramuru Alimentos no Porto de Tubarão – Vitória/ES.

Fonte:

http://www.caramuru.com/institucional/?page_id=155



Figura 8 – Armazém e Terminal da Caramuru no Porto Saída Norte em Santana/AP.

Fonte:

http://www.caramuru.com/institucional/?page_id=155.

A localização estratégica de Itumbiara e até mesmo dos armazéns da Caramuru Alimentos, conforme apresentado no Mapa 3 são condições propícias para que a empresa atuem tão fortemente na exportação de commodities, tal fato se comprova com a presença de terminais e armazéns da empresa nos Portos de Santos, Tubarão e Saída Norte. Desse modo, constata-se que a localização de Itumbiara influencia na relação com os clientes de produtos *in natura* (preço final, transporte, distância etc.).

Observa-se que nas duas últimas décadas principalmente, o Grupo tem expandido seu capital não só em Itumbiara, mas para o Centro-Sul do Brasil. Constata-se inicialmente que o Grupo atua na comercialização de *commodities* tanto no mercado nacional, como internacional, mas também atua no processamento de alimentos, que ainda abastece o mercado nacional. Nesse sentido, destaca-se que todo o Brasil faz consumo de alimentos

humano e animal; o Flocomil é usado por mineradoras; já produtos semiacabados, como produtos de milho são exportados para a África, o farelo de soja para países europeus e a lecitina destina-se aos Estados Unidos, Europa e China (CARAMURU ALIMENTOS, 2017i).

A Caramuru Alimentos S.A. não faz uma divisão dos seus clientes de produtos *in natura* (locais, regionais, nacionais e internacionais) para o controle da cadeia produtiva. Basicamente exporta-se para a China. Os 20 (vinte) maiores clientes de produtos *in natura* da empresa, compram soja e se localizam na China (PESQUISA DE CAMPO, 2017c).

Conforme tratado nesta seção constata-se que uma quantidade de redes estabelecidas e firmadas pelo Grupo e como estas são tecidas pelo território do Brasil e até no exterior, não tem como negar a importância deste na inserção de Itumbiara em uma teia de relações globais, algumas apresentam maior proximidade geográfica, por serem firmadas regionalmente, porém, outras são longínquas, pois o ponto de chegada ou partida está em outro país ou continente. No caso dessas últimas, o uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) se fazem cada vez mais presente e forte no ordenamento das ações de cunho econômico.

Portanto, é a partir do estabelecimento dessas relações espaciais no que se refere a produção de grãos, ao escoamento de *commodities* destinadas ao mercado nacional ou à exportação, assim como as redes estabelecidas a partir do processamento, industrialização e distribuição de alimentos, que diversas articulações espaciais são organizadas pelo Grupo Caramuru, cujos efeitos reverberam na dinâmica econômica, urbana, social e ambiental em Itumbiara.

4.2 A importância do Grupo Caramuru Alimentos S.A. na dinâmica local

Com o objetivo de estabelecer uma compreensão da representatividade que envolve o estabelecimento do grupo Caramuru na dinâmica local, esta seção tem como finalidade expor uma abordagem das dinâmicas socioeconômica e ambiental que envolve esse empreendimento capitalista. Apresentar-se-á, também, uma discussão a respeito dos novos condicionantes que redirecionaram o comportamento dos agentes envolvidos direta ou indiretamente com a atividade agroindustrial, a partir dos meados dos anos de 1980 e com maior magnitude, a partir da década de 1990, segundo afirmativa de Mazzali (2000).

Em Itumbiara, a primeira planta de processamento de milho do Grupo Caramuru Alimentos foi inaugurada no ano de 1975. Nesse contexto, Matos e Pessôa (2011), afirmam que, fatores como incentivos fiscais, crédito agrícola, investimentos em infraestrutura, dentre outros,

[...] possibilitaram a captura das áreas de Cerrado *na e para* a dinâmica da expansão capitalista de produção. Com a consolidação d agricultura moderna no espaço agrário do Cerrado, a ciência e as tecnologias aparecem e impõem-se como essência da modernidade. Desse modo, a inovação da agricultura, com a expansão do agronegócio, constituiu um projeto de modernidade do Estado para as áreas de Cerrado (MATOS; PÊSSOA, 2011, p. 200).

Foi nesse contexto que o Grupo Caramuru Alimentos implantou a primeira indústria para processar milho em Itumbiara, o que reforça o entendimento de Matos e Pessôa (2011, p. 203), ao afirmarem que “com a ideologia de que o agronegócio é o modelo de produção ideal para o país, seu alastramento é revigorado por todas as regiões brasileiras, dominando novos territórios, tecnologias e políticas públicas”. A chegada dessa empresa em Itumbiara é um marco no processo de captura desse território pela ideologia do agronegócio, sendo que a partir dessa empresa várias outras passam a alocar neste município, fato que modifica e transforma paulatinamente o processo produtivo no campo.

Em termos espaciais, na década de 1980, levando-se em conta os setores da indústria, Arrais (2013), afirma que

[...] o destaque continuou sendo a produção de alimentos, seguida de vestuário, calçados e artefatos de tecidos. Todos esses setores se concentraram nas grandes aglomerações, a exemplo de Goiânia e Anápolis, e abrangem produtos como confecções, enlatados, bolachas, açúcar, atomatados etc., que, por sua vez, congregam frigoríficos, laticínios e usinas de açúcar e álcool. (ARRAIS, 2013, p. 52-53).

Analisando a economia frágil dos anos de 1990, vincada pela incipiente participação dos setores químico, metal-mecânico, farmacêutico e de combustíveis, conforme relata Silva (2007), analisando sobre a reverberação desse processo,

Em 1990, a queda na variação do PIB goiano não foi tão brusca quanto a nacional, porque o setor agropecuário possuía alta participação na composição do PIB. Os efeitos perversos da abertura comercial, em primeira instância, foram menos pujantes nesse segmento. Desse modo, a agricultura cresceu 2,5%, compensando a redução do setor industrial, que caiu 2,9%. (SILVA, 2007, p. 149).

Dessa forma, o estado de Goiás entrou no século XXI, segundo afirmativa de Arrais (2013, p. 54-55), com uma base econômica diferente da década de 1990, última do século XX, de maneira especial “em relação à transformação da matéria-prima – com reforço da indústria de alimentação e do setor mineral – e ao complexo de fármacos, localizado em Anápolis”. Nessa direção, o Grupo Caramuru Alimentos implantou uma nova fábrica de extração e refino de óleos especiais, em Itumbiara (CARAMURU ALIMENTOS, 2017).

O que se nota, a partir de 2000, segundo afirmativa de Salgado (2010, p. 61), “é que as ações estatais reforçaram o padrão de concentração regional, pois a maior parte dos investimentos concentrou-se em municípios como Anápolis, Goiânia, Alexânia, Aparecida de Goiânia, Itumbiara e Rio Verde, além de ter privilegiado empresas de grande porte”.

Todas essas ações estatais corroboram para uma integração do território goiano ao corpo da Pátria. No que diz respeito à integração ao mercado nacional, de acordo com Arrais (2013, p. 60), “o discurso sobre o território goiano, sempre com um olhar para o futuro, lança como ponto de partida o pressuposto de que a integração ao mercado nacional não ocorrerá sem passar por Goiás”.

Nessa direção, o município de Itumbiara encontra-se em posição estratégica e o Grupo Caramuru Alimentos beneficia-se dessa localização e está no seio do território nacional, sendo articulado por modais de transportes, que reverberam no escoamento de sua produção tanto por meio do modal rodoviário, quanto do hidroviário. De acordo com Arrais (2013), a ligação rodoviária,

[...] com o modal hidroviário ocorre a partir do Porto de São Simão, no rio Paranaíba, que integra a Hidrovia Tietê-Paraná, por onde é escoada, em maior volume, a produção de soja de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás. De São Simão, abaixo da hidrelétrica homônima, são transportados grãos e farelo de soja, com destino, especialmente, para o Porto de Santos (SP). Os produtos goianos exportados acionam quatro modais assim conectados: o rodoviário, (rede de circulação do Sudoeste Goiano e do Sul Goiano a partir dos diversos armazéns ou diretamente das propriedades agrícolas, especialmente no período de colheita); o hidroviário (Hidrovia Tietê-Paraná, passando por Três Lagoas-MS, Presidente Epitáfio-SP, e Mendes-PR, entre outros municípios); o ferroviário (Ferrovia Bandeirantes) e o naval (transporte marítimo com destino a países europeus e asiáticos, assim como aos Estados Unidos). As operações nos terminais são de ordem privada, a exemplo do terminal hidroviário da Caramuru, que escoar a produção de soja e farelo de armazéns localizados em Mato Grosso e Goiás para o Porto de Santos. (ARRAIS, 2013, p. 62-63).

Considerando a importância da Caramuru para a dinâmica local, mediante a aplicação de um questionário (Anexo 3), ao Senhor Leandro Silva Campos, que exerce a função de Gerente de Suprimentos, na matriz do Grupo Caramuru, obteve-se a informação de que no

ano de 2016, a Caramuru Alimentos S.A. possuía 4.870 fornecedores ligados a linha de produção de óleos, farelo, farinhas e demais produtos processados, ativos no Setor de Suprimentos (PESQUISA DE CAMPO, 2017b).

No que diz respeito à geração de empregos diretos, atualmente a empresa possui 2.768 funcionários. Só no estado de Goiás são 1.990. Quanto aos empregos indiretos o Grupo não tem um número exato da geração de empregos indiretos, pois as unidades estão muito pulverizadas no país, pois este número pode variar de região para região, por tipo de produção e por período de produção; mas é comum, no mercado, utilizar uma média de 3 (três) vezes o número de funcionários. Segundo informações, obtidas junto ao Senhor Anderson Miranda (Anexo 1), que exerce a função de Diretor Comercial, as “informações de salário e funções da empresa, não são públicas e por questões estratégicas, não são compartilhadas” (PESQUISA DE CAMPO, 2017b).

Considerando que a informação sobre a média salarial do trabalhador da Caramuru por cargo e função não pode ser divulgada, recorreu-se aos dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) a fim de verificar, que esta média não deve ser muito diferenciada em relação à média dos demais trabalhadores itumbiarienses. Sobre tal questão, a Tabela 5 apresenta dados de emprego e de rendimento médio salarial, informados para o período de 1999 a 2015.

Tabela 5 – Itumbiara/Goiás: Emprego – MTE/RAIS de 1999 a 2015.

	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Empregos – total (número)	11.596	12.483	14.364	14.933	16.452	17.565	16.650	17.477	18.873
Rendimento médio (R\$)	421,93	441,59	478,08	523,95	598,01	668,01	750,48	802,82	875,60
	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	–
Empregos – total (número)	20.027	21.328	22.536	26.466	26.134	28.611	28.864	28.349	–
Rendimento médio (R\$)	996,29	1.042,83	1.135,38	1.237,61	1.436,71	1.625,62	1.769,60	1.901,53	–

Fonte: IMB (2017).

Org.: MACHADO (2017).

Ainda, o número de empregos (postos de trabalho), de acordo com o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e com a RAIS,

[...] corresponde ao total de vínculos empregatícios ativos, é diferente do número de pessoas empregadas, pois um mesmo indivíduo pode estar ocupando mais de um posto de trabalho na data de referência. Como vínculo empregatício entende-se a relação de emprego mantida com o empregador durante o ano-base e que se estabelece sempre que ocorrer trabalho remunerado com submissão hierárquica ao empregador e horário pré-estabelecido por este. Esta relação pode ser regida pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) ou pelo Regime Jurídico Único, no caso de empregado estatutário. Adicionalmente a RAIS levanta dados sobre vínculos de trabalhador avulso, trabalhador temporário (Lei nº 6.019, de 03/01/74), menor aprendiz, diretor sem vínculo que tenha optado por recolhimento do FGTS e trabalhador com contrato de trabalho por prazo determinado (Lei nº 9.601, de 21/01/98). É a soma dos sub-setores: Indústria de Extração de Minerais; Indústria de Transformação; Serviços Industriais de Utilidade Pública; Construção Civil; Comércio; Serviços; Administração Pública Direta e Indireta; Agricultura, Silvicultura, Criação de Animais, Extração Vegetal e Pesca; e Atividade não Especificada ou Classificada. (BRASIL, 2017, p. 1).

Continuando a analisar dos resultados da Tabela 5, se tem as seguintes quantidades e percentuais, na geração de empregos de 1999 a 2015, conforme a Tabela 6:

Tabela 6 – Itumbiara/Goiás: Emprego – MTE/RAIS de 1999 a 2015.

	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Quantidade empregos (número)	-	887	1.881	569	1.519	1.113	- 915	827	1.396
Percentual (aumento + ou queda –) %	-	7,65	15,08	3,95	10,15	6,77	- 5,21	4,96	7,99
996,29	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	–
Quantidade empregos (número)	1.154	1.301	1.208	3.930	- 332	2.477	253	- 515	–
Percentual (aumento + ou queda –) %	6,12	6,50	5,66	17,44	- 1,25	9,48	0,88	- 1,78	–

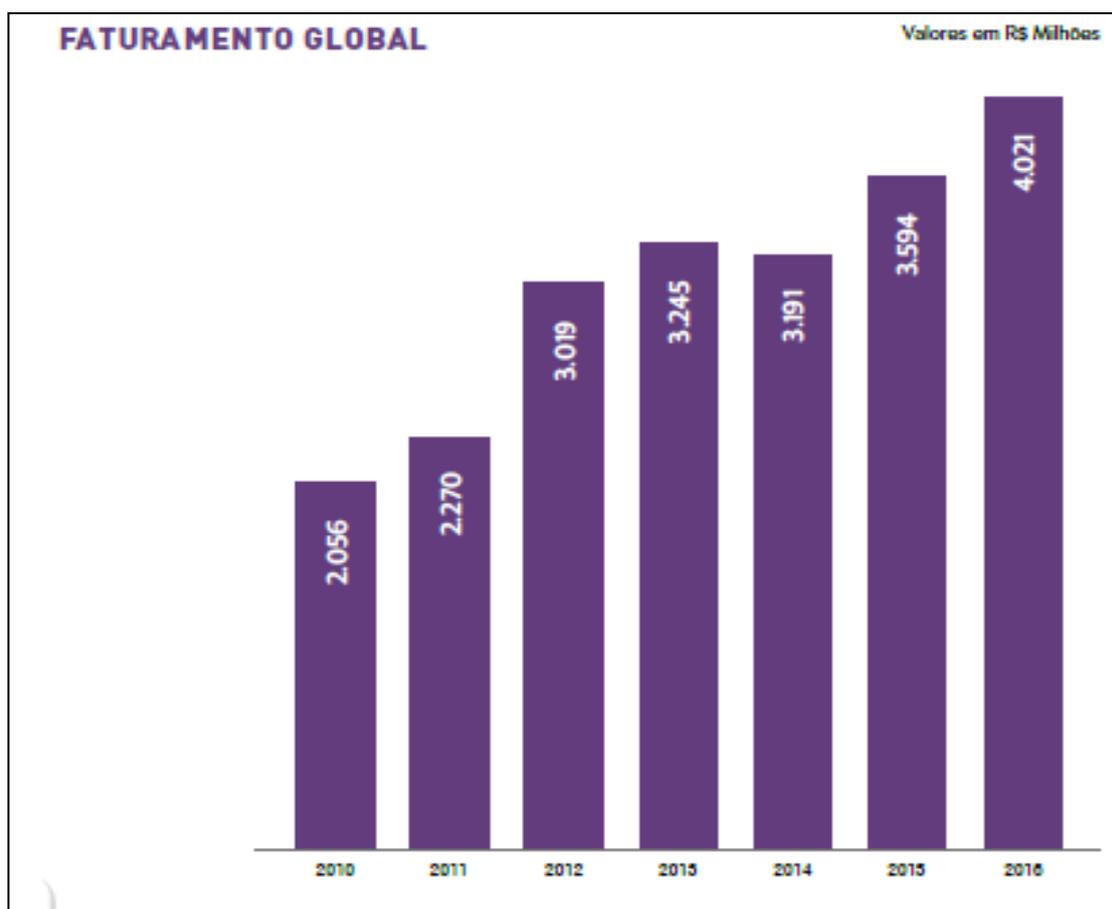
Fonte: IMB (2017); MTE/RAIS (2017).

Org.: MACHADO (2017).

Analisando os dados das tabelas 5 e 6, é possível observar que do ano de 1999 ao de 2015, houve aumento na geração de empregos na cidade de Itumbiara, na maioria dos anos analisados. Identificou que houve queda nos anos de 2004 para 2005 (5,21%); de 2011 para 2012 (1,25%); de 2014 para 2015 (1,78%). É possível notar também que essas quedas foram baixas, portanto, conforme os dados apresentados pelo MTE e pela RAIS, houve ascensão na geração de empregos, na cidade de Itumbiara, sede do grupo Caramuru Alimentos.

Segundo informações obtidas via pesquisa (Anexo 3) quanto ao faturamento anual (2010 a 2016) da empresa com a venda de produtos processados para o mercado externo e para o mercado interno, este “nos últimos anos estamos evoluindo em faturamento cerca de 10% a 15%”. O gráfico 1 apresenta o faturamento global da Caramuru Alimentos, com a venda de produtos, de 2010 a 2016 (PESQUISA DE CAMPO, 2017c).

Gráfico 1 – Faturamento global da empresa com a venda de produtos 2010 a 2016 (em milhões de R\$).



Fonte: Pesquisa de Campo (2017c).

Os resultados apresentados no gráfico 1 demonstram que o faturamento global da Caramuru Alimentos teve ascensão de 10,41%, de 2010 para 2011; de 32,99%, período 2011 – 2012; de 7,48%, 2012 – 2013; 12,63%, 2014 – 2015; 11,88%, de 2015 – 2016. Entretanto, houve queda no faturamento apenas entre os anos de 2013 e 2014, que foi de 1,67%. Esses resultados corroboram com a afirmativa anterior da Pesquisa de Campo (2017c). Portanto, a partir dos resultados apresentados nesse gráfico1, pode-se afirmar que as vendas dos produtos

processados do grupo Caramuru foram afetadas pela crise econômica brasileira somente entre os anos de 2013 e 2014.

Atualmente a Caramuru Alimentos S.A., possui “cerca de 8.000 clientes” que compram produtos processados, segundo afirmativa do Senhor Anderson Miranda, Diretor Comercial (PESQUISA DE CAMPO, 2017c) Os critérios usados para a seleção/escolha dos clientes desses produtos são os seguintes, de acordo com Senhor Anderson Miranda, Diretor Comercial (PESQUISA DE CAMPO, 2017c):

- modelo de distribuição: autosserviço (super e hipermercados/varejo alimentar), atacados, distribuidores e *cash carry* (atacarejo);
- indústrias de processamentos de produtos, segmento industrial;
- raio de atuação geográfica;
- liquidez financeira; e
- regiões de maiores margem de contribuição.

As dificuldades encontradas pela Caramuru Alimentos no relacionamento com os clientes de produtos processados são os “concorrentes que atuam de forma regional agressivos em preços, o que dificulta a atuação da Caramuru e empresas que trabalham de maneira informal e não atendem os requisitos básicos fiscais”, de acordo com o Senhor Anderson Miranda, Diretor Comercial (PESQUISA DE CAMPO, 2017c).

A respeito da relação da Caramuru Alimentos com os clientes, o Grupo faz uma divisão dos seus clientes de produtos processados (locais, regionais, nacionais e internacionais) para o controle da cadeia produtiva. Assim, “o faturamento é dividido em 55% mercado interno¹⁹ e 45% mercado externo, sendo que os 55% do mercado interno são distribuídos em produtos de consumo, segmentos industrial e nutrição animal” (PESQUISA DE CAMPO, 2017c).

O sistema de troca de informações entre o setor comercial e os clientes de produtos processados se dá por meio de representantes, venda direta, corretores e gerente de vendas, (PESQUISA DE CAMPO, 2017c).

A questão 10 do Anexo 1 versou sobre como se dá o controle de vendas de produtos processados da Caramuru Alimentos. De acordo com Pesquisa de Campo (2017c), é direcionado pelas Diretrizes da Empresa, através de indicadores de resultado, tais como:

- Curva ABC
- Positivização de clientes

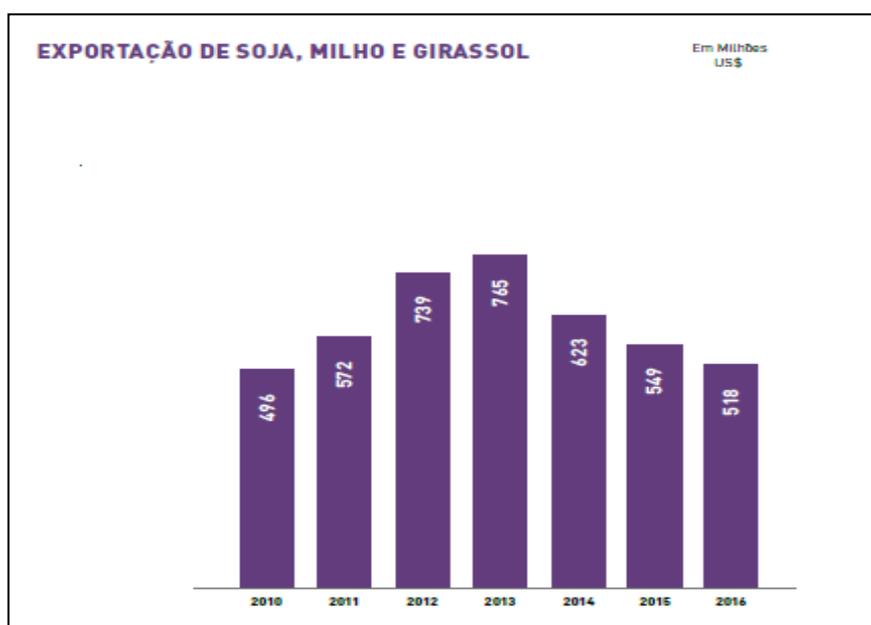
¹⁹ Ao questionar quais/nomes são os 20 maiores clientes de produtos processados da empresa, especificando o que eles compram e onde se localizam, o Senhor Anderson Miranda, Diretor Comercial (PESQUISA DE CAMPO, 2017c), afirmou que “a Caramuru se reserva o direito de não responder esta questão”.

- Faturamento financeiro
- Volume em toneladas e UMB

A atual crise econômica e política do Brasil é uma realidade para o mercado brasileiro. Perguntado sobre isso, o Anderson Miranda afirmou que “o fato de se trabalhar com agronegócio, um dos pilares mais fortes da economia, contribui para manter a Caramuru no mercado e manter um relacionamento pautado pela confiança, reinvestindo os lucros, fazendo sinergia com a missão da empresa” (PESQUISA DE CAMPO, 2017c).

No que diz respeito aos produtos *in natura*, conforme o Senhor Cleando Tavares, Gerente de Exportação os mesmos são vendidos somente para o mercado internacional; “são vários compradores, principalmente na Europa e Ásia. Basicamente exporta-se para a China” (PESQUISA DE CAMPO, 2017b). O gráfico 2 apresenta o faturamento anual da empresa com a venda de produtos *in natura*, de 2010 a 2016.

Gráfico 2 – Faturamento anual da empresa com a venda de produtos *in natura* – 2010 a 2016 (em milhões de R\$).



Fonte: Pesquisa de Campo (2017c).

Avaliando os dados do gráfico 2, é possível identificar que, dentre o período apresentado, de 2010 a 2016, o ano de 2013 foi o que a Caramuru mais vendeu produtos *in natura* (soja, milho e girassol), no mercado externo. Entre 2010 e 2013, houve um aumento de 54,23%, nos valores das vendas internacionais, que passaram de US\$ 496 milhões, para US\$ 765 milhões. Ao passo que, entre 2013 e 2016, houve uma queda de 32,29% no valor

acumulado em suas vendas para exportações. Portanto, pode-se dizer que a crise econômica brasileira afetou as vendas do grupo Caramuru para o mercado externo, divergindo dos resultados do faturamento global da empresa com a venda de produtos 2010 a 2016, apresentados no gráfico 1, os quais tiveram um aumento de 23,91%, no mesmo período analisado (2013 a 2016).

Sobre o processo de escolha dos clientes de produtos *in natura*, segundo o Senhor Cleando Tavares, Gerente de Exportação a seleção/escolha destes clientes pela Caramuru Alimentos se dá baseada na opção por “clientes tradicionais e com boas referências entre participantes no mercado e sem bagagem por bancos internacionais (Americanos)”, (PESQUISA DE CAMPO, 2017b). Ainda, devido ao fato dos clientes dos produtos *in natura* serem em sua maioria estrangeiros, as dificuldades encontradas pela Caramuru Alimentos, no relacionamento com esses são, principalmente, as barreiras alfandegárias e conceito; e a credibilidade no mercado internacional (PESQUISA DE CAMPO, 2017b).

A Caramuru Alimentos não faz uma divisão dos seus clientes de produtos *in natura* (locais, regionais, nacionais e internacionais) para o controle da cadeia produtiva, pois, “basicamente exporta-se para a China”. Assim, os maiores clientes que compram soja se encontram na China. Ressalta-se, que a localização de Itumbiara não influencia na relação (preço final, transporte, distância), com os clientes de produtos *in natura*, segundo afirmativa do Senhor Cleando Tavares, Gerente de Exportação (PESQUISA DE CAMPO, 2017b).

O sistema de troca de informações entre o setor comercial e seus clientes de produtos *in natura* ocorre por meio de corretores. Quanto ao controle de vendas desses produtos, o Grupo “exporta-se o excedente da capacidade de esmagamento”, sendo essa também, a política internacional/planos atuais e futuros da empresa no que se refere à venda de produtos *in natura* – exportar o excedente da capacidade esmagada – (PESQUISA DE CAMPO, 2017b).

No que diz respeito ao processo de organização da rede produtiva da Caramuru Alimentos, o Senhor Cleando Tavares, afirmou que o Grupo “não produz matéria-prima. O foco da empresa é o processamento de soja, milho, girassol e canola” (PESQUISA DE CAMPO, 2017b). Nesse sentido, entende-se que a rede produtiva desta empresa atua de forma multiescalar, pois compra produtos *in natura* (soja, milho, girassol, canola) de fazendeiros ou arrendatários localizados em vários municípios brasileiros, sendo que parte é processada e transformada em produtos industrializados que são vendidos também para vários lugares do país e ainda outra parte dos produtos *in natura* é vendida ao mercado internacional, principalmente o chinês.

Conforme já tratado no decorrer desse estudo, no ano de 1975 a Caramuru instalou uma planta de processamento de milho em Itumbiara; em 1986 instalou uma unidade de óleos vegetais; no ano de 1992, implantou uma moderna refinaria integralizando um complexo agroindustrial (CAI), que vai do grão esmagado ao óleo refinado embalado, pronto para o consumo final. No decorrer dessas décadas, dentro do segmento industrial alimentício, o grupo transformou-se em uma das maiores organizações nacionais, contribuindo para o aumento do PIB da cidade de Itumbiara (tabela 7) e elevando a arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) da indústria e do setor agropecuário (tabelas 9 e 10).

Tabela 7 – Itumbiara/Goiás: PIB de 2002 a 2014.

	2002*	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Produto Interno Bruto a Preços Correntes – PIB (R\$ mil)	892.471	1.241.962	1.270.693	1.247.672	1.442.851	1.467.264	1.985.819
Produto Interno Bruto <i>per capita</i> (R\$)	–	–	–	–	–	–	–
	2009	2010**	2011	2012	2013	2014	–
Produto Interno Bruto a Preços Correntes – PIB (R\$ mil)	2.077.641	2.269.362	2.594.794	3.383.097	3.610.104	3.854.405	–
Produto Interno Bruto <i>per capita</i> (R\$)	–	24.416,97	27.673,96	35.757,21	36.656,76	38.727,61	–

* Em 2002 houve nova metodologia e revisão dos dados.

** A partir de 2010 também houve nova revisão de metodologia de cálculo dos dados.

Fonte: IMB (2017).

Org.: MACHADO (2017).

Analisando os dados apresentados na tabela 7, percebe-se que o município apresenta um PIB crescente nos últimos anos, ou seja, em todo o período apresentado, de 2002 a 2014, é possível afirmar que a economia local vem se fortalecendo em decorrência de investimentos feitos principalmente nos setores industrial, agropecuário, comércio atacadista e varejista.

A tabela 8, detalha a contribuição do PIB local por setores, sendo possível observar que setor que mais cresceu no período analisado é o de serviços, entretanto, destaca-se que esse é incrementado devido as demandas do setor agropecuário e industrial local, que ao crescer aumenta sua demanda por segmentos de serviços e de comércio.

Tabela 8 – Participação dos setores da economia no PIB de Itumbiara (2002 a 2014).

	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Total (R\$ mil)	759.511	1.062.371	1.096.097	1.089.414	1.254.946	1.281.452	1.730.431
Agropecuária (R\$ mil)	59.493	79.151	73.096	58.537	51.590	79.294	91.867
Indústria (R\$ mil)	250.601	405.282	412.461	377.698	361.082	344.484	608.562
Serviços (R\$ mil)	449.417	577.938	610.540	653.179	842.274	857.674	1.030.002
Administração Pública (R\$ mil)	104.886	121.583	131.532	129.285	140.288	164.502	190.045
Impostos (R\$ mil)	132.959	179.591	174.596	158.259	187.906	185.812	255.389
	2009	2010	2011	2012	2013	2014	
Total (R\$ mil)	1.822.932	1.955.111	2.232.453	2.953.335	3.151.775	3.375.493	-
Agropecuária (R\$ mil)	129.371	133.905	150.923	192.245	240.859	212.935	-
Indústria (R\$ mil)	547.894	562.844	635.018	1.064.257	1.160.667	1.169.003	
--Serviços (R\$ mil)	1.145.666	1.258.362	1.446.512	1.696.834	1.750.249	1.993.554	-
Administração Pública (R\$ mil)	205.560	238.365	262.479	294.373	325.883	362.268	-
Impostos (R\$ mil)	254.710	314.251	362.340	429.761	458.329	478.912	-

Fonte: IMB (2017).

Org.: MACHADO (2017).

Na tabela 8 observa-se que entre 2008 e 2009 o PIB industrial sofre uma queda de 10%, essa queda possivelmente deve-se a uma crise da economia internacional, que pode ter afetado o mercado consumidor de produtos industrializados produzidos localmente.

Ainda sobre a economia local, segundo dados do IMB (2017, p. 1), o destaque em 2016, continuou sendo “o setor de serviços e comércio, que responde por mais da metade do PIB, com R\$ 1,9 bilhão. A indústria somou R\$ 1,1 bilhão, com destaque para os setores de vestuário, alimentos, automóveis e construção. A agropecuária contribuiu com R\$ 212 milhões”.

Já o ranking das 10 (dez) maiores economias goianas de 2016 tem, segundo estudos do IMB (2017, p. 1), “Goiânia na primeira posição (R\$ 46 bilhões), seguida por Anápolis (R\$ 12,7 bi), Aparecida (R\$ 11,6 bi), Rio Verde (R\$ 7,3 bi), Catalão (R\$ 5,7 bi), Itumbiara (R\$ 3,8 bi), Jataí (3,5 bi), Luziânia (R\$ 3,1 bi), Senador Canedo (R\$ 2,3 bi) e Caldas Novas (R\$ 2 bi)”.

Buscando compreender e analisar a importância econômica de Itumbiara no contexto geral da economia goiana, a tabela 9 apresenta a participação e a classificação deste município no total do PIB estadual.

Tabela 9 – Participação do município de Itumbiara no total do PIB estadual (2000 a 2013).

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Participação	2,67%	2,71%	2,57%	3,05%	2,78%	2,59%	2,65%
Classificação	6°	8°	7°	7°	7°	8°	7°
	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Participação	2,36%	2,72%	2,51%	2,32%	2,31%	2,48%	2,44%
Classificação	8°	7°	7°	7°	7°	7°	6°

Fonte: IMB (2016).

Org.: MACHADO, M. F. (2017).

Os dados da tabela 9 demonstram que o PIB itumbiarensense é um dos mais ativos e posiciona o município entre os dez municípios (Goiânia, Anápolis, Rio Verde, Aparecida de Goiânia, Catalão, Senador Canedo, Luziânia, Jataí e São Simão) que mais contribuíram com o crescimento econômico de Goiás no período de 2000 a 2013.

A tabela 10 apresenta a arrecadação de ICMS por macrossetores, de Itumbiara (2007-2016), e que relacionam com tema do objeto de estudo deste Trabalho, sendo o industrial e agropecuário.

Tabela 10 – Itumbiara/GO: Arrecadação de ICMS – setores indústria e agropecuário (2007-2016).

Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)										
	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Arrecadação do ICMS (R\$ mil)	78.458	100.328	113.664	155.493	159.055	153.622	159.032	161.445	176.680	185.328
Arrecadação do ICMS – Indústria (R\$ mil)	12.857	18.166	20.176	20.883	30.002	23.409	29.597	35.092	41.490	46.868
Arrecadação do ICMS – Produção Agropecuária (R\$ mil)	2.777	3.665	6.417	8.293	9.009	12.691	18.532	13.633	12.162	11.946

Fonte: SEFAZ (2010-2016).

Org.: MACHADO, M. F. (2017).

Analisando os dados da tabela 10, da arrecadação de ICMS da indústria itumbiarensense de 2007 a 2016, é possível perceber que em 2007, o setor industrial representava 16,4% da arrecadação de ICMS do município; já em 2016, esse índice subiu para 25,3%, isso significa que a produção industrial aumentou, podendo ser atribuído devido a três fatores, sendo:

instalação de novas indústrias; aumento da produção e diversificação da produção nas empresas já existentes.

Já a tabela 11 traz detalhado a arrecadação de ICMS para os diversos segmentos (subsetores) da economia local.

Tabela 11 – Itumbiara/GO: Arrecadação de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) por setores da economia (1998-2016).

Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)										
	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Arrecadação do ICMS (R\$ mil)	35.231	34.572	42.168	50.249	55.266	65.666	67.569	65.368	69.201	78.458
Arrecadação do ICMS – Comércio atacadista e distribuidor (R\$ mil)	–	–	–	–	–	–	–	–	–	27.622
Arrecadação do ICMS – Comércio varejista (R\$ mil)	–	–	–	–	–	–	–	–	–	12.240
Arrecadação do ICMS – Extrator mineral ou fósfil (R\$ mil)	–	–	–	–	–	–	–	–	–	51
Arrecadação do ICMS – Indústria (R\$ mil)	–	–	–	–	–	–	–	–	–	12.857
Arrecadação do ICMS – Prestação de serviço (R\$ mil)	–	–	–	–	–	–	–	–	–	8.062
Arrecadação do ICMS – Produção agropecuária (R\$ mil)	–	–	–	–	–	–	–	–	–	2.777
Arrecadação do ICMS – Combustível (R\$ mil)	–	–	–	–	–	–	–	–	–	1.142
Arrecadação do ICMS – Comunicação (R\$ mil)	–	–	–	–	–	–	–	–	–	10.935
Arrecadação do ICMS – Energia Elétrica (R\$ mil)	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Arrecadação do ICMS – Outros (R\$ mil)	–	–	–	–	–	–	–	–	–	2.772
Distribuição do ICMS – Repasse (R\$ mil)	–	–	–	14.065	15.415	20.392	20.605	20.850	24.723	27.604
	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	–
Arrecadação do ICMS (R\$ mil)	100.328	113.664	155.493	159.055	153.622	159.032	161.445	176.680	185.328	–

Arrecadação do ICMS – Comércio atacadista e distribuidor (R\$ mil)	35.173	36.876	64.577	47.797	48.673	44.885	44.577	41.439	46.105	–
Arrecadação do ICMS – Comércio varejista (R\$ mil)	16.384	20.506	26.162	29.164	34.496	33.685	33.498	32.517	34.042	–
Arrecadação do ICMS – Extrator mineral ou fóssil (R\$ mil)	21	125	174	154	166	261	193	137	149	–
Arrecadação do ICMS – Indústria (R\$ mil)	18.166	20.176	20.883	30.002	23.409	29.597	35.092	41.490	46.868	–
Arrecadação do ICMS – Prestação de serviço (R\$ mil)	9.655	9.187	10.777	11.481	12.033	14.346	15.300	15.953	16.003	–
Arrecadação do ICMS – Produção agropecuária (R\$ mil)	3.665	6.417	8.293	9.009	12.691	18.532	13.633	12.162	11.946	–
Arrecadação do ICMS – Combustível (R\$ mil)	2.840	5.150	5.634	5.187	7.472	2.893	2.055	11.629	4.935	–
Arrecadação do ICMS – Comunicação (R\$ mil)	13.084	13.658	14.622	13.650	13.552	13.378	16.178	20.248	23.308	–
Arrecadação do ICMS – Energia Elétrica (R\$ mil)	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Arrecadação do ICMS – Outros (R\$ mil)	1.342	1.568	4.370	12.611	1.129	1.455	917	1.104	1.972	–
Distribuição do ICMS – Repasse (R\$ mil)	28.240	27.671	–	–	–	–	–	–	–	–

Fonte: SEFAZ (2010-2016).

Org.: MACHADO (2017).

Todavia, como já alertado essa expansão do setor industrial pode ser explicada em parte, pela chegada de novas indústrias no município, a partir do ano 2000, tais como a usina Central Itumbiara Bioenergia – *British Petroleum* (BP), que iniciou o processamento da cana-de-açúcar em 2008; a Alca Foods, a Cargill Agrícola, a JBS Couro. Sobre a diversificação da produção e aumento desta, a Caramuru é um exemplo, pois em 2001 inaugurou uma nova fábrica de extração e refino de óleos especiais (girassol e milho); em 2006 dá início a produção de biodiesel no município, dentre outros investimentos locais nos anos seguintes.

Sobre a importância da agropecuária a arrecadação de ICMS no período de 2007 a 2016, esta participava com 3,54% em 2007; em 2016, sua participação ascendeu para 6,44%. Essa ascensão pode ser explicada pelos resultados apresentados na Tabela 4, a qual mostra que houve queda na produção de girassol, de milho e de soja, a partir de 2008. No entanto, entre 2007 e 2015, a produção de cana-de-açúcar expandiu 333,6%; passou de 908.500 toneladas, para 3.939.120 toneladas produzidas em 2015.

Portanto, pode-se dizer que, nesse período, houve uma ascensão significativa desses dois setores (industrial e agropecuário) na arrecadação de ICMS do município investigado.

Essa afirmação coaduna com *ranking* dos dados de arrecadação de ICMS por empresas em Goiás entre 2010 e 2016, em que houve uma variação na posição da Caramuru Alimentos, conforme o informativo “500 Maiores do ICMS”. Desse modo, de acordo com estudos da Secretaria da Fazenda do Estado de Goiás – Gerência de Informações Econômico-Fiscais: a empresa em 2010, ocupava a 75ª posição no *ranking* goiano das 500 maiores empresas que arrecadam esse imposto para o estado; em 2011, caiu para a 84ª; em 2012, atingiu o 101º lugar; já em 2013, subiu para o 67º lugar; 2014, caiu novamente e atinge a 84ª posição; em 2015 continua seu declínio e alcança a 96ª posição entre os 500 maiores do ICMS; entretanto, em 2016 em plena crise da economia nacional, sobe para o 75º lugar, mesma classificação de 2010. Cabe ressaltar que a melhor colocação da empresa entre as 500 maiores empresas em arrecadação de ICMS em Goiás se deu em 2013. (SEFAZ, 2010-2016).

Analisando esses dados, nota-se que a posição da Caramuru Alimentos na arrecadação de ICMS em Goiás de 2010 a 2016, entre os “500 Maiores do ICMS” é flutuante. No ano de 2010, ocupou o 75º lugar; em 2011, caiu nove posições e ficou em 84ª posição. Porém, do ano de 2012 para 2013, subiu 34 posições no *ranking*. O grupo caiu 17 posições entre 2013 e 2014; e entre 2014 e 2015, perdeu 12 posições. Entretanto, em 2016, ocupando a 75ª posição, subindo 21 posições em relação ao ano anterior.

As perdas de posição podem ser explicadas com os dados apresentados na Tabela 4, a qual demonstra que houve queda nas produções de girassol, de milho e de soja. Essa queda é

devido ao avanço da cultura da cana-de-açúcar no município, assim como pela crise econômica nos países industrializados e que importam tais *commodities* do Brasil.

A inserção do Grupo Caramuru Alimentos no *ranking* dos “500 Maiores do ICMS”, do estado de Goiás aponta o quão é volumosa a movimentação financeira da empresa no estado. Entretanto, o *ranking* do ano de 2016, apresentado pela Secretaria da Fazenda do Estado de Goiás – Gerência de Informações Econômico-Fiscais, evidencia outras empresas locais, tais como: JBS Couros, Algar Telecom S.A., Servimed Comercial LTDA., Cargill Agrícola, Elebat Alimentos S.A., Medicamental Distribuidora LTDA., Stemac S.A. Grupos Geradores.

De acordo com apontamentos anteriores apresentados, destaca-se o quanto a produção de *commodities* “é um indicador da especialização que opera em mão dupla, isto é, a estrutura crescente de processamento local estimula a especialização agrícola e vice-versa” (BORGES, 2017, p. 73). É pautando nesse contexto de especialização da produção agrícola goiana, que o Grupo, torna-se um grande negociador de *commodities* e ainda de transformador de grão em produtos industrializados que são consumidos por milhões de brasileiros. Portanto, é nesse viés que a empresa tem contribuído para a consolidação do município de Itumbiara na economia de Goiás.

Nessa direção, Borges (2017), ressalta que a base da dinâmica que produziram forças de polarização,

[...] criando círculos virtuosos de investimentos que se retroalimentaram está na relação agropecuária e indústria. A primeira, ao ganhar escala e reduzir os custos dos seus produtos atraem a indústria de processamento que, por ser uma indústria weberiana²⁰ depende da proximidade com a fonte de matérias-primas para poder processá-la. Na medida em que se instala, ela passa a controlar a dinâmica, pressionando a agropecuária a melhorar cada vez mais sua produtividade e ampliar seu volume. Ao mesmo tempo, ela tende a atrair um conjunto de empreendimentos industriais e de serviços complementares, mão de obra especializada etc. Ao fazê-lo, criam-se economias de aglomeração no local, atraindo outras processadoras e assim por diante. (BORGES, 2017, p. 71-72).

Para Borges (2017), a dinâmica será tanto mais virtuosa quanto maiores forem as correlações técnicas e, numa leitura mais atual, também os *links* tecnológicos da indústria. Por isso,

No caso dos complexos agroindustriais, além dos efeitos de encadeamento da indústria é preciso pensar também, no potencial de encadeamento da

²⁰ Weber formulou uma teoria da posição industrial em que uma indústria é situada onde os custos do transporte de materiais crus e do produto final são um mínimo (WEBER, 2000).

atividade agropecuária integrada. Não é por acaso que, na atividade agrícola, a soja foi decisiva para o surgimento e lidera amplamente esses complexos. Sua característica de grão como um amplo espectro de uso industrial, tem um leque de efeitos de atração muito mais amplo do que a cana, por exemplo. E, ainda, ela opera não apenas no seu próprio complexo, mas é também elo de ligação entre grandes complexos característicos desse movimento. (BORGES, 2017, p. 72).

Portanto, a dinâmica de forte interação entre agropecuária e indústria alimenta o crescimento populacional e socioeconômico de Itumbiara, que vai ascendendo e se solidificando como polo da região, construindo um extenso segmento de comércio e serviços de alcance regional.

A seguir, será apresentada uma discussão acerca do crescimento econômico e a política ambiental do Grupo Caramuru Alimentos.

4.3 Crescimento econômico e política ambiental do Grupo Caramuru Alimentos S.A.

A sociedade vai se modificando de acordo com as influências econômicas, sociais e culturais, o meio ambiente reage às variadas influências a que está sujeito. Todas as ações feitas sobre o meio ambiente de forma incontrolável geram alterações significativas, resultando em impactos ambientais. Ao analisar os impactos ambientais pode-se entender como eles irão agir sobre o meio ambiente e, assim, avaliar e prevenir as consequências negativas.

Conforme Resolução nº 01/1986 do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), impacto ambiental é:

[...] qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e ou biológicas do meio ambiente, causadas por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas, que direta ou indiretamente afetem: a saúde, a segurança e o bem-estar da população; as atividades sociais e econômicas; as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente; a biota e os recursos naturais. (BRASIL, 1986, p. 1).

O impacto ambiental de uma atividade agrícola tem desdobramentos que não correspondem aos observados em atividades industriais-urbanas ou energético-mineradoras. A visão e as possibilidades de gestão do impacto ambiental do cultivo para um pequeno plantador-fornecedor são, obrigatoriamente, diferentes da visão de um grande empresário do setor. Por esses motivos, para compreender, tecnicamente, o caso do impacto ambiental –

ecológico e socioeconômico – de uma cultura, é necessário um entendimento de sua inserção nas especificidades da avaliação de impacto ambiental da agricultura (CARLOS, 2002).

De acordo com Carlos (2002), estas especificidades envolvem desmatamentos, uso intenso de mecanização, insumos agrícolas, poluição do solo e águas, dentre outros, porém todos transvertidos para a produção alimentar ou para acumulação capitalista. É nesse sentido, que passa a seguir a indicar e tratar sobre esses impactos ambientais e suas consequências sobre o Cerrado.

As propostas de modernização agrícola, de acordo com Pasqualetto e Zito (2000, p. 50), principalmente a aplicação de agrotóxicos e o uso constante de monoculturas, provocam diversos desequilíbrios ambientais tais como:

- intensificação das pragas existentes – constantes aplicações de agrotóxicos estão reduzindo a população de predadores naturais. Ao mesmo tempo, as pragas estão adquirindo resistência aos venenos aplicados, e surgindo novas espécies de pragas adaptadas ao meio;
- eliminação de populações benéficas – insetos importantes para a agricultura como as abelhas, que atuam como polinizadoras, estão sendo eliminadas pelos agrotóxicos. Redução de aves e outros animais que se alimentam de insetos, e devido à contaminação de agrotóxicos também se contaminam e morrem;
- degradação dos solos e das águas – através do uso das novas técnicas agrícolas se aceleramos processos de poluição dos solos e águas, erosão, degradação biológica. (PASQUALETTO; ZITO, 2000, p. 50).

O Brasil encontra-se entre um dos maiores consumidores de produtos praguicidas (agrotóxicos) do mundo, tanto aqueles de uso agrícola como os domésticos (domissanitários) e os utilizados em Campanhas de Saúde Pública (ANTUNES; AZANIA; AZANIA, 2016).

O avanço das monoculturas tende a provocar ou ampliar erosões e processos de desertificação no Cerrado, ampliando a contaminação dos solos e recursos hídricos com a ampliação da utilização de agrotóxicos. Por isso, é cada vez mais necessário, diante da produção acelerada, que se tenha um controle do uso dos agrotóxicos, porque não somente o solo, também o ser humano tem sofrido as consequências de sua própria imprudência, pois os prejuízos causados pelo uso inadequado de agrotóxicos extrapolam o campo econômico e ganham uma dimensão social, ao prejudicar a saúde humana (AGRICOLA, 2012).

A utilização de pivôs de irrigação é outro impacto ambiental das culturas de *commodities*. Ao se fazer uso intensivo de pivôs, segundo Silva (2011) colocam-se em risco as fontes perenes de água, muitas delas derivadas de “águas profundas”, além de contribuir para contaminação dos solos e das águas, devido ao intenso uso de insumos agrícolas que contém produtos que causam danos a natureza ambiente e saúde humana.

No que diz respeito à política ambiental, conforme o pesquisado Leandro Silva Campos, Gerente de Suprimentos do Grupo Caramuru, em entrevista realizada em julho de 2017, o Grupo tem uma política ambiental que envolve os fornecedores de matéria-prima, que diz respeito ao controle de agrotóxico.

No que diz respeito à política ambiental adotada pela empresa, para a escolha dos fornecedores, o pesquisado Leandro Silva Campos, Gerente de Suprimentos da Caramuru Alimentos afirmou que:

Quanto ao Setor de Suprimentos, para fornecedores de materiais críticos (ex. embalagens, produtos químicos, lenha, serviços na planta etc.), o fornecedor passa por um processo de homologação, no qual deve apresentar também certificados ISO (de qualidade, meio ambiente, segurança de alimentos, segurança e saúde ocupacional, conforme o caso), além de documentos técnicos e legais específicos do ramo de atividade. Estes fornecedores de materiais críticos também passam por processo de avaliação semestral, no qual são pontuados conforme as falhas apresentadas no período, podendo ser desomologados em caso de descumprimento das normas contratuais. (PESQUISA DE CAMPO, 2017a).

Para a escolha dos fornecedores de matéria-prima, o Gerente supracitado relatou que,

[...] o Setor de Originação têm dois programas: para a soja NGMO (não geneticamente modificada) há o ProTerra, um programa gerenciado pela Cert ID que atesta aos clientes europeus a sustentabilidade da soja processada. Para a soja GMO (geneticamente modificada) e também NGMO, a Caramuru fez um programa próprio de sustentabilidade que abrange os pilares, social, ambiental e econômico. (PESQUISA DE CAMPO, 2017a).

Dentre as ações para mitigar os impactos ambientais provocados pelo processamento de grãos, a indústria processadora, tomou a seguinte medida:

[...] foram investidos R\$ 2 milhões na Estação de Tratamento de Efluentes (ETE), projetada para tratar todos os efluentes líquidos do complexo industrial de Itumbiara, com capacidade para processar 25.000 litros de água industrial reutilizável por hora. Com o reaproveitamento dessa água, deixa de lançar na natureza 25.000 litros de água por hora. (CARAMURU ALIMENTOS, 2015d, p. 1).

Portanto, pode-se dizer que indústria traz benefícios para os aspectos socioeconômicos regionais, mas, provoca, ao mesmo tempo, impactos ambientais irreversíveis nas regiões produtoras de grãos. É importante destacar que nem todo o crescimento econômico traz desenvolvimento social ao local, assim como a produção agrícola não é ambientalmente correta, pois de forma indireta o Grupo acaba contribuindo para impactos ambientais nas áreas de Cerrados, pois as lavouras de grãos usam agrotóxicos, irrigam as plantações, usam

equipamentos pesados no plantio e colheita e até contribuem para o aumento de desmatamento de áreas naturais, que passam a ser antropizadas. Nesse sentido, sugere que a política ambiental da empresa não deve ficar restrita as fábricas processadoras de grãos, mas deve-se estender as plantações de soja, milho, canola, girassol e aos produtores destas *commodities*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme visto no decorrer desse estudo, a chegada do Grupo Caramuru Alimentos S.A. em Itumbiara, no Sul de Goiás, em 1975, coincidiu com o aparecimento de novos *fronts* agrícolas no interior do país, nas últimas décadas do século XX, como é o caso dessa área onde predominava o Cerrado.

O surgimento dessas frentes agrícolas foi provocado por alguns fatores como: demanda externa por alguns gêneros agrícolas; indução a partir da disponibilidade de crédito subsidiado; políticas públicas de desenvolvimento regional; avanço das técnicas, tecnologia e ciência e expansão e melhorias nos sistemas de engenharia, todos esses fatores criam condições que asseguraram o movimento da produção agricultora, assim como da reprodução do capital na localidade.

Nota-se que a propagação dos sistemas de ideias, de objetos e de ações que o agronegócio, numa perspectiva de aumento da produção e ampliação de capitais, implementa esse modelo produtivo no Brasil, desse modo, sua propagação é revitalizada por todas as regiões brasileiras, dominando novos territórios, tecnologias e políticas públicas.

A instalação dessa empresa no município de Itumbiara é um marco no processo de captura desse território pela ideologia do agronegócio, sendo que a partir dessa companhia várias outras alocaram neste município, fato que modificou e transformou paulatinamente o processo produtivo no campo, assim como o perfil da produção industrial, que priorizou as agroindústrias e setores subsidiários às atividades desenvolvidas no campo, em uma escala regional.

O fato de atuar com agronegócio, um dos pilares mais fortes da economia nacional, colabora para manter o Grupo Caramuru Alimentos S.A. no mercado e manter um relacionamento pautado pela confiança de seus fornecedores e de consumidores, reinvestindo os lucros, fazendo sinergia com a missão da empresa. A diversificação de produção, assim como sua atuação em redes com as filiais e outros segmentos da economia, a compra de grãos em diversos lugares do país, abertura de filiais, a produção de gêneros alimentícios humano e para animais e de insumos industriais, a exportação de commodities, ampliação de seu mercado consumidor nacional contribuíram para a sua manutenção em atividade, e colocou-o no 75º lugar no ranking das “500 Maiores do ICMS” do estado de Goiás, no ano de 2016, em plena crise da economia nacional.

A pesquisa de campo, realizada mediante entrevistas com executivos da empresa, mostrou que a empresa está organizada e articulada em redes, seja a montante, cuja relação principal se dá com os fornecedores de grãos (soja, milho, girassol, canola), especialmente localizados nos estados de Goiás, Paraná e Mato Grosso. A empresa possui também diversos armazéns que servem para armazenamento destes produtos *in natura*; a produção e processamento destes grãos se dão em locais estratégicos, onde a empresa possui empresas que transformam esses grãos em produtos industrializados prontos para o consumo humano, animal e industrial, conforme quadro 3.

MUNICÍPIO	UNIDADES INDUSTRIAIS
Itumbiara/GO	- Lecitina de Soja; - Extração de Óleos Especiais (Soja, Milho, Girassol e Canola); - Processamento de Milho; - Processamento de Soja;
Apucarana/PR	- Processamento de Milho; - Processamento de Gérmen de Milho.
São Simão/GO	- Processamento de Soja; - Produção de Biodiesel.
Sorriso/MT	- Processamento de Soja
Ipameri/GO	- Produção de Biodiesel; - Processamento de Soja.

Quadro 3 – Localização das unidades industriais da Caramuru Alimentos S.A. no Brasil (2017).

Fonte: Caramuru (2017). **Org.:** MACHADO (2017).

Além dessas relações, que são mantidas da matriz com as unidades industriais (filiais) e destas unidades com outros setores e localidades, o Grupo possui 64 armazéns, sendo 27 próprios, 2 (dois) alugados e 35 contratados, sediados em Goiás, Mato Grosso, Paraná e Minas Gerais. Ainda tem 3 (três) terminais portuários (Porto de Santos, em Santos/SP, Porto de Tubarão, em Vitória/ES e Saída Norte, município de Santana/AP), estes por sua vez, dão suporte e condições alfandegárias e infraestruturais para a exportação de commodities, principalmente para o mercado chinês.

É nesse sentido, que a rede produtiva desta empresa atua de forma multiescalar, tanto no território brasileiro, quanto no exterior, pois compra produtos *in natura* (soja, milho, girassol, canola) de fazendeiros ou arrendatários situados em vários municípios brasileiros; sendo que parte dessas *commodities* é processada e transformada em produtos industrializados, a exemplo da marca Sinhá, os quais são comercializados também em diversas regiões brasileiras e a outra parte dos produtos *in natura*, o excedente da capacidade de esmagamento e processamento industrial, é vendido ao mercado internacional.

Não dá para negar que a localização de Itumbiara exerce influência na relação da Caramuru Alimentos S.A. com os fornecedores de insumos para o processamento (preço final, transporte, distância etc.), somente em termos de custos logísticos, uma vez que as principais indústrias deste Grupo encontram-se sediadas na região Centro-Oeste; bem como no escoamento dos produtos fabricados na planta industrial itumbiareense.

O sistema rodoviário que interliga armazéns e unidades industriais, atende os pressupostos da logística da empresa e da redução de custos de produção; assim como a localização dos três terminais associados aos modais de transporte ferroviário, rodoviário e hidroviário e também corrobora para a expansão e consolidação dos negócios da empresa.

Considerando a importância da Caramuru para a dinâmica local, mediante a aplicação dos três roteiros de entrevistas semiestruturados aos executivos desta empresa (Leandro Silva Campos, Gerente de Suprimentos; Davi Eduardo Depiné – Diretor de Originação; Anderson Miranda, Diretor Comercial, Fábio Palhares, Supervisor de Logística e Cleandro Tavares, Gerente de exportação), obteve-se a informação de que no ano de 2016, a Caramuru Alimentos S.A. possuía 4.870 fornecedores ligados a linha de produção de óleos, farelo, farinhas e demais produtos processados, ativos no Setor de Suprimentos.

Quanto à geração de empregos diretos, atualmente a empresa possui 2.768 funcionários nos quatro estados que está presente, Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso e Paraná, sendo que só em Goiás são 1.990 funcionários, atuando em diversas funções e cargos. No que se refere aos empregos indiretos, os gestores do Grupo não têm um número exato da geração destes pulverizadas pelo país, mas considerando estimativas econômicas de que a cada emprego direto, outros três são gerado, desse modo, estima-se que são cerca de 8.300 empregos indiretos. Ressalta-se que, este número pode variar de região para região, por tipo de produção e por período de produção. No entanto, é comum, no mercado, utilizar uma média de 3 (três) vezes o número de funcionários para o cálculo da quantidade de ocupação indireta.

Portanto, os resultados apresentados nesse estudo confirmam que esse Grupo contribui para o desenvolvimento econômico, social e tecnológico de Itumbiara, bem como para a dinamização da agricultura moderna deste município, pois o seu processo de expansão não ocorreu apenas em outras localidades mediante relações comerciais com novos fornecedores de produtos *in natura*, a abertura de armazéns e de unidades industriais, porém a sua maior estrutura de transformação e produção localiza no município que sedia a matriz, formado por um complexo agroindustrial, com diversas plantas industriais e de negócios que se realizam especificamente através de Itumbiara. O fato da empresa possuir esse complexo industrial já consolidado e em constante expansão cria no lugar um *know how* que contribui para a atração de outras empresas, pois o local já possui um conjunto de estruturas e experiências que reverbera na escolha locacional por parte de outros empreendimentos capitalistas ligados ao agronegócio.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Moratória para os Cerrados**. Elementos para uma estratégia de agricultura sustentável. 1999. Disponível em: <http://www.econ.fea.usp.br/abramovay/outros_trabalhos/1999/Moratoria_para_os_cerrados.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2016.

AGROSTAT. **Estatísticas de Comércio Exterior do Agronegócio Brasileiro**. Disponível em: <<http://sistemasweb.agricultura.gov.br/pages/AGROSTAT.html>>. Acesso em: 25 mar. 2017.

ARAÚJO, N. B.; WEDEKIN, I.; PINAZZA, L. Complexo agroindustrial – o “agribusiness brasileiro”. **Agroceres**, São Paulo, 1990.

ARTAXO, P. E. Mesa-redonda do Conpeex discute energia. In: IX Congresso de Pesquisa, Ensino e Extensão, CONPEEX, Goiânia, 2012. **Anais...** Goiânia: UFG, out. 2012. Disponível em: <<https://www.ufg.br/n/59698-mesa-redonda-do-conpeex-discute-energia>>. Acesso em: 15 jul. 2016.

ARRAIS, T. A. **A produção do território goiano: economia, urbanização, metropolização**. Goiânia: Editora UFG, 2013.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR: ISO 14001**. Sistemas da Gestão Ambiental. Requisitos com orientação para uso. Rio de Janeiro: ABNT, 2004.

BRAGA, R. M. Território, rede e multiterritorialidade: uma abordagem conceitual a partir das corporações. **Geografias**, Belo Horizonte, ano 6, n. 2, p. 26-36, jul./dez. 2010.

CARAMURU ALIMENTOS. **O Grupo: quem somos**. Disponível em: <http://www.caramuru.com/institucional/?page_id=48>. Acesso em: 11 dez. 2015a.

_____. **Logística**. Disponível em: <http://www.caramuru.com/institucional/?page_id=149>. Acesso em: 11 dez. 2015b.

_____. **Certificações**. Disponível em: <http://www.caramuru.com/institucional/?page_id=113>. Acesso em: 11 dez. 2015c.

_____. **Meio Ambiente**. Disponível em: <http://www.caramuru.com/institucional/?page_id=119>. Acesso em: 11 dez. 2015d.

_____. **Missão, Valores e Missão**. Disponível em: <http://www.caramuru.com/institucional/?page_id=53>. Acesso em: 20 dez. 2016.

_____. **Relatório de Sustentabilidade 2015**. Disponível em: <<http://www.caramuru.com/institucional/wp-content/uploads/2016/05/relatorio-2015-Caramuru.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2017a.

_____. **Produtos**. Disponível em: <http://www.caramuru.com/institucional/?page_id=94>. Acesso em: 17 mar. 2017b.

_____. **Números e Projeções.** Disponível em: <http://www.caramuru.com/institucional/?page_id=71>. Acesso em: 10 jan. 2017c.

_____. **Terminais.** Disponível em: <http://www.caramuru.com/institucional/?page_id=141>. Acesso em: 20 mar. 2017d.

_____. **Armazéns.** Disponível em: <http://www.caramuru.com/institucional/?page_id=158>. Acesso em: 20 mar. 2017e.

_____. **Programa de Rastreabilidade.** Disponível em: <http://www.caramuru.com/institucional/?page_id=19>. Acesso em: 10 mar. 2017f.

_____. **Produtos não transgênicos.** Disponível em: <http://www.caramuru.com/institucional/?page_id=108>. Acesso em: 12 mar. 2017g.

_____. **Gestão de qualidade.** Disponível em: <http://www.caramuru.com/institucional/?page_id=68>. Acesso em: 17 mar. 2017h.

_____. **Commodities.** Disponível em: <http://www.caramuru.com/institucional/?page_id=101>. Acesso em: 15 mar. 2017i.

_____. **ETE – Estações de Tratamento de Efluentes.** Disponível em: <http://www.caramuru.com/institucional/?page_id=145>. Acesso em: 20 mar. 2017j.

CARLOS, J. A. D. Adubo verde aumenta a produtividade da cana-de-açúcar. **Elo Informativo**, São Paulo, n. 20, p. 1-2, jul./ago./set. 2002.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede.** 7. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

CASTILLO, R. Exportar alimentos é a saída para o Brasil? O caso do complexo soja. In: ALBUQUERQUE, E. S. (Org.) **Que país é esse?** Pensando o Brasil contemporâneo. São Paulo: Globo, 2005. p. 283-307.

CASTRO, A. B. **Sete ensaios sobre a economia brasileira.** 4. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1999.

CASTRO, S. S.; ABDALA, K; SILVA, A. A.; BORGES, V. M. S. **A expansão da cana-de-açúcar no Cerrado e no estado de Goiás.** Goiânia: UFG, 2010.

CAVALCANTE, Â. S. **Ordenamento territorial e complexo sucroenergético:** perspectivas da cana-de-açúcar em Itumbiara (GO). 191 f. 2014. Mestrado (Dissertação) – Universidade Federal de Goiás, Programa de Pós-Graduação em Geografia – UFG/Catalão. Catalão, 2014.

CERT ID. **Cert ID Não-OGM.** Disponível em: <<http://www.cert-id.com.br/Certification/Non-GMO>>. Acesso: 20 mar. 2017.

CICCO, F. de. O que significa a ISO 9001:2000 na cadeia de fornecimento? **Informe Reservado**, n. 45, maio 2005. http://www.qsp.org.br/biblioteca/cadeia_fornecimento.shtml>. Acesso em: 24 mar. 2017.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO – CONAB. **Acompanhamento de safra brasileira:** grãos. Companhia Nacional de Abastecimento. Brasília: Conab, 2016.

Disponível em: <http://www.conab.gov.br/conabweb/download/safra/4graos_07.01.17.pdf>. Acesso: 20 mar. 2017.

CORRÊA, R. L. **Trajetórias geográficas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

_____. Redes geográficas: reflexões sobre um tema persistente. **Grupo de Estudos Urbanos, Cidades**, v. 9, n. 16, p. 199-218, 2011.

COSTA, W. B.; MOREIRA, M. N.; SILVA NERY, M. G. Repensando a regionalização brasileira a partir da teoria do meio técnico-científico-informacional. **Espaço em Revista**, Catalão, v. 14, n. 2, jul./dez. 2012, p. 183-197.

DALMÁS, S. R. S. P.; LOBO, D. da S.; ROCHA JUNIOR, W. F. A logística de transporte agrícola multimodal da região oeste paranaense. **Revista Unioeste, Informe Gepec**, Toledo, v. 13, n. 2, p. 154-169, jul./dez. 2009. Disponível em: <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/gepec/article/view/2379>>. Acesso em: 27 set. 2017.

DIAS, L. C. Redes: emergência e organização. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (Org.). **Geografia: conceitos e temas**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. p. 141-162.

DICIONÁRIO escolar da língua portuguesa. Academia Brasileira de Letras. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008. p. 327.

DINIZ, C. C. **Economia e Território**. Belo Horizonte: EdUFMG, 2000.

DINIZ, A. F. et al. Fixos e fluxos: o caso do Sistema Integrado de Transportes (SIT) de Feira de Santana (BA). **+Geografia's**, Feira de Santana, nov. 2014. Disponível em: http://www2.uefs.br/maisgeografias/ARTIGO2_05.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2017.

DORNIER, P.P.; ERNEST, R.; FENDER, M.; KOUVELIS, P. **Logística e operadores globais: textos e casos**. São Paulo: Atlas, 2000.

EITEN, G. Vegetação do cerrado. In: PINTO, M. N. (Org.). **Cerrado: caracterização, ocupação e perspectivas**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília – Edunb/Secretaria do Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia – SEMATEC, p.17-73, 1993.

ELIAS, D. Agronegócio e novas regionalizações no Brasil. **R. B. Estudos Urbanos e Regionais**, v. 13, n. 2, p. 153-167, nov. 2011.

_____. Globalização, agricultura e urbanização no Brasil. **ACTA Geográfica**, Boa Vista, Ed. Esp. Geografia Agrária, p.13-32, 2013.

EMBRAPA SOJA. **Tecnologia de produção de soja** – região central do Brasil 2005. Londrina-PR: Embrapa Soja, 2004.

_____. **Soja em números (2015/2016)**. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/soja/cultivos/soja1/dados-economicos>>. Acesso em: 25 mar. 2017.

FERNANDES, B. M. Agronegócio na América Latina: o mito do desenvolvimento e a resistência do campesinato. In: X Encontro de Geógrafos da América Latina, São Paulo, 2005. **Anais...** São Paulo. Por uma Geografia Latino-americana: do labirinto da solidão ao espaço da solidariedade. São Paulo: X EGAL, 2005.

FERREIRA, M. E. et al. Cerrado: o fim da história ou uma nova história? **Ciência Hoje**, Rio de Janeiro, v. 56, n. 334, p. 24-29, mar. 2016.

FLEURY, P. F.; WANKE, P.; FIGUEIREDO, K. F. **Logística empresarial: a perspectiva brasileira**. São Paulo: Atlas, 2000.

FREDERICO, S. Modernização da agricultura e dispersão do meio técnico científico informacional: o surgimento de cidades funcionais ao campo moderno nos fronts agrícolas. In: XIX ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, São Paulo, 2013. **Anais...** São Paulo, p. 1-25, 2013.

FURTADO, C. Para romper as amarras do subdesenvolvimento. In: PIQUET, R. **Indústria e território no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007. p. 17-29.

GIANESI, I. G. N.; CORREA, H. L. **Just in Time, MRPII e OPT**. São Paulo: Atlas, 1993.

GONÇALES, C.; CLEPS JÚNIOR, J. Modernização da agricultura e seus reflexos na estrutura socioeconômica da mesorregião do sul goiano. In: II ENCONTRO DE GRUPOS DE PESQUISA, Uberlândia, 2006. **Anais...** Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia – UFU, jun. 2006.

GRAZIANO DA SILVA, J. **O que é questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1980.

HADDAD, M. B. **Transformações econômicas e infraestrutura de transportes em Goiás (1960-2014)**. 212 f. 2016. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, Instituto de Economia. Campinas, 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Divisão Territorial do Brasil**. Brasília, 2001.

_____. **Estimativas populacionais para os municípios brasileiros**. 2012. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=521190&idtema=130&search=goias|itumbiara|estimativa-da-populacao-2012->>. Acesso em: 11 mar. 2017.

_____. **Estimativas populacionais para os municípios brasileiros: Itumbiara**. 2017. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Estimativas_de_Populacao/Estimativas_2017/estimativa_TCU_2017.pdf>. Acesso em: 19 nov. 2017.

_____. **Produto Interno Bruto dos Municípios 2013**. Brasília, 2016.

_____. **Goiás – Itumbiara**. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/painel.php?lang=&codmun=&search=goias=itumbiara>>. Acesso em: 13 dez. 2016.

INSTITUTO MAURO BORGES (IMB). **Mapas do Estado de Goiás**. Disponível em: <<https://www.google.com.br/search?q=mapa+do+estado+de+goias+com+cidades>>. Acesso em: 11 dez. 2015.

_____. **Goiás em Dados.** 2015. Disponível em: <<http://www.imb.go.gov.br/down/godados2015.pdf>>. Acesso em: 26 jun. 2016.

_____. **Perfil socioeconômico de Itumbiara.** 2015. Disponível em: <<http://www.imb.go.gov.br/>>. Acesso em: 26 jul. 2016.

_____. **Perfil Socioeconômico dos Municípios Goianos.** 2017. Disponível em: <<http://www.imb.go.gov.br/>>. Acesso em: 20 mar. 2017.

ITUMBIARA. **Clima e geografia.** Disponível em: <<http://www.itumbiara.go.gov.br/site/home/index.php?p=conteudo&id=20>>. Acesso em: 20 dez. 2016.

LUZ, J. S. **A (Re)Produção do Espaço de Anápolis/GO: a trajetória de uma cidade média entre duas metrópoles, 1970-2009.** 349 f. 2009. Tese (doutorado) – Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Geografia. Uberlândia, 2009.

MACHADO, M. F.; SILVA, M. V. da. Impactos socioambientais com a implantação da produção canavieira em Cachoeira Dourada (GO), a partir de 2008. In: IV Simpósio Nacional sobre Pequenas Empresas, Ituiutaba, 2016. **Anais...** Ituiutaba, MG: UFU, nov. 2016.

MARAFON, G. J. *et al.* **Pesquisa qualitativa em Geografia: reflexões teóricoconceituais e aplicadas.** Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013.

MATOS, P. F. Modernização agrícola e a re-organização do espaço agrário nas áreas de Cerrado. **Mediação: Revista da Universidade Estadual de Goiás – Unidade de Pires do Rio – Goiás, Pires do Rio: Gráfica Pires do Rio, v. 2, n. 2, p. 97-108, 2007.**

MATOS, P. F.; PESSÔA, V. L. S. A territorialização do agronegócio nas áreas de Cerrado. In: PORTUGUEZ, A. P.; MOURA, G. G.; COSTA, R. A. (Org.). **Geografia do Brasil Central: enfoques teóricos e particularidades regionais.** Uberlândia: Assis, p. 199-214, 2011.

_____. A apropriação do cerrado pelo agronegócio e os novos usos do território. **CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária, v. 9, n. 17, p. 6-26, abr., 2014.**

MAZZALI, L. **O processo recente de reorganização agroindustrial: do complexo à organização “em rede”.** São Paulo: UNESP, 2000.

MENDONÇA, M. R. et al. A modernização da agricultura e os impactos sobre o trabalho. **Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales.** Universidad de Barcelona, ano 44, v. VI, n. 119, ago. 2002. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn119-44.htm>>. Acesso em: 25 mar. 2017.

MENDONÇA, M. R. **A urdidura espacial do capital e do trabalho no Cerrado do Sudeste goiano.** Tese (doutorado) – Universidade Estadual Paulista, Programa de Pós-Graduação em Geografia. Presidente Prudente, 2004.

MIRANDA, I. S.; ABSY, M. L.; REBÊLO, G. H. Estrutura comunitária de plantas de madeira de savanas de Roraima. **Plant Ecology, Roraima, n. 164, p. 109-123, 2002.**

MOREIRA, R. Da região à rede e ao lugar: a nova realidade e o novo olhar geográfico sobre o mundo. ETC: Espaço, Tempo e Crítica. **Revista Eletrônica de Ciências Humanas e Sociais**, 1º jun. 2007, ano 3, n. 1, v. 1. p. 55-70. Disponível em: <<http://www.uff.br/etc>>. Acesso em: 21 mar. 2017.

MOYSÉS, A.; SILVA, E. R. Ocupação e urbanização dos Cerrados: desafios para a sustentabilidade. **Cadernos Metrópole**. 2º sem./2008, p. 197-220. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/metropole/article/view/8693>>. Acesso em: 17 fev. 2017.

MUNIZ, João Guilherme de Moura Rocha Parente. Sobre o conceito de grupo econômico no direito brasileiro. **Revista Jus Navigandi**, Teresina, ano 18, n. 3688, 6 ago. 2013. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/25114>>. Acesso em: 26 nov. 2017.

NEVES, M. F.; ZYLBERSZTAJN, D. (Orgs.). **Economia & Gestão dos Negócios Agroalimentares**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 1995.

OHSAS. **Sistemas de Gestão de Segurança d Saúde Ocupacional** – Especificação. Disponível em: <https://pactoglobalcreapr.files.wordpress.com/2010/10/502_ohsas_180011.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2017.

OLIVEIRA, I. C. de. **As dimensões do valor dos recursos ambientais**: estudo de caso do valor da água na produção de soja. 110 f. 2016. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Goiás – UEG-Morrinhos. Morrinhos, 2016.

OLIVEIRA-FILHO, A. T.; RATTER, J.A. Fisionomias de vegetação e flora de madeira do Bioma Cerrado. In: OLIVEIRA, P. S.; MARQUIS, R. J. (Eds.). **Os Cerrados do Brasil**: ecologia e história natural de uma savana neotropical. Columbia University Press, New York, p. 91-120, 2002.

PASQUALETTO, A.; ZITO, R. K. **Impactos ambientais da monocultura da cana-de-açúcar**. Goiânia: Editora da UFG, 2000.

PEDREIRA, A. F. **Os recentes avanços da multimodalidade no Brasil**. 251 f. 2006. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-RIO. Rio de Janeiro, 2006.

PESQUISA DE CAMPO. Roteiro de Entrevista. Anexo A. Itumbiara, 2017a.

_____. Roteiro de Entrevista. Anexo B. Itumbiara, 2017b.

_____. Roteiro de Entrevista. Anexo C. Itumbiara, 2017c.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Editora Ática, 1993.

RAMIRES, J. C. L.; PÊSSOA, V. L. S. (Org.). **Geografia e pesquisa qualitativa**: nas trilhas da investigação. Uberlândia: Assis, 2009.

RIBEIRO, M. Â. As redes geográficas sob a ótica analítica de Miossec. **Geo UERJ**, Rio de Janeiro, n. 10, p. 2001, p. 35-46.

RIBEIRO, J. F.; WALTER, B. M. T. As principais fitofisionomias do bioma Cerrado. In: SANO, S. M.; ALMEIDA, S. P.; RIBEIRO, J. F. (Eds.). **Cerrado: ecologia e flora**. Brasília, Embrapa Informação Tecnológica, v. 1, p. 153-212, 2008.

RIBEIRO, M. A. C.; ALMEIDA, R. S. Análise da organização espacial da indústria na Região Sudeste. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, v. 55, n. 1/4, p. 61-107, jan./dez. 1988.

ROESSING, A. C.; GUEDES, L. C. A. Aspectos econômicos do complexo: sua participação na economia brasileira e evolução na região do Brasil Central. In: ARANTES, N.E.; SOUZA, P.I.M. (Eds.). **Cultura da soja nos Cerrados**. Piracicaba: POTAFOS, 2013. p. 1-69.

SANTANA, M. R. C. Sobre as redes e sobre o acesso às redes. In: VI Congresso Brasileiro de Geógrafos, Goiânia: Território, Goiânia, 2004. **Anais...** Goiânia: UFG, 2004.

SANTOS, M. **Metamorfose do espaço habitado**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. **A natureza do espaço: Técnica e tempo. Razão e emoção**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 1998.

_____. Modo de produção técnico-científico e diferenciação espacial. **Território**, Rio de Janeiro, ano IV, n. 6, p. 5-20, 1999.

_____. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Nobel, 2001.

_____. A evolução recente da população urbana, agrícola e rural. In: _____. **A urbanização brasileira**. 5. ed. São Paulo: Edusp, 2005. p. 31-36.

SANTOS, M.; SIQUEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XX**. 11. ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SANTOS, R. J. (Re)ocupação do Cerrado: novas gentes, outras identidades. In: ALMEIDA, G.; CHAVEIRO, E.F.; BRAGA, H.C. (Org.). **Geografia e cultura: a vida dos lugares e os lugares da vida**. Goiânia: Editora Vieira, p. 99-136, 2008.

SCARIOT, A.; SEVILHA, A. C. Diversidade, estrutura e manejo de florestas decíduais e as estratégias para a conservação. In: CAVALCANTI, T. B.; WALTER, B. M. T. (Ed.). **Tópicos Atuais em Botânica**. Brasília: Sociedade Botânica do Brasil e Embrapa, 2000, p. 183-188.

SGS do Brasil. Disponível em: <<http://www.sgsgroup.com.br/pt-BR/Agriculture-Food/Commodities/Audit-Certification-and-Verification/Certification/Non-GMO-Certification.aspx>>. Acesso em: 24 mar. 2017.

SILVA, C. A. F. da. **Grupo André Maggi: corporação e rede em áreas de fronteira**. Cuiabá: Entrelinhas, 2002.

SILVA, M. V. da. **A indústria automobilística em Catalão/Goiás:** da rede ao circuito espacial da produção da MMC Automotores do Brasil S.A. 450 f. 2011. Tese (doutorado) – Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Geografia. Uberlândia, 2011.

SILVA, W. F. **O avanço do setor sucroenergético no Cerrado:** os impactos da expansão canavieira na dinâmica socioespacial de Jataí (GO). Jataí: UFG, 2011.

SIQUEIRA, E. B. O desenvolvimento do Estado de Goiás sob a ótica do planejamento territorial. **Revista CEPPG**, n. 32, v. 2, p. 101-114, 2016.

SLACK, N. et al. **Administração da produção.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

SMITH, T. L. **Organização rural:** problemas e soluções. São Paulo: Pioneira, EdUSP, 1971.

THOMAZ JUNIOR, A. O agrohidronegócio no centro das disputas territoriais e de classes no Brasil do século XXI. **Campo-Território:** Revista de Geografia Agrária, v. 5, n. 10, p. 92-122, ago. 2010.

USDA – *United States Department of Agriculture*. **Acompanhamento de safra brasileira:** grãos. Companhia Nacional de Abastecimento. Brasília: Conab, 2016. Disponível em: <http://www.conab.gov.br/conabweb/download/safra/4graos_07.01.17.pdf>. Acesso: 20 mar. 2017.

WAVERLY, J. S. **Qual a diferença de um agronegócio para uma agricultura familiar?** 2015. Disponível em <http://www.ehow.com.br/diferenca-agronegocio-agricultura-familiar-sobre_60190/>. Acesso em: 25 mar. 2017.

ANEXOS

ANEXO A

Título da Dissertação: Grupo Caramuru Alimentos S.A., em Itumbiara/Goiás: análise a partir das interações socioeconômicas e ambientais

Orientadora: Prof^a Dra. Magda Valéria da Silva

Mestranda: Marybeth Faria Machado

Itumbiara/GO, 26 de junho de 2017.

ROTEIRO DE ENTREVISTA – SETOR COMERCIAL Produtos Processados

Entrevistado(a): _____

Cargo/Função do Entrevistado(a) _____

Data da Entrevista: _____

Local da Entrevista: _____

PERGUNTAS:

1. Atualmente a Caramuru Alimentos S.A. possui quantos clientes que compram produtos processados?
2. Quais os critérios são usados para a seleção/escolha de clientes de produtos processados pela Caramuru Alimentos S.A.?
3. Quais as dificuldades encontradas pela Caramuru Alimentos S.A. no relacionamento com os clientes de produtos processados?
4. Como se dá o processo de organização da rede empresarial e produtiva da Caramuru Alimentos?
5. A Caramuru Alimentos S.A. faz uma divisão dos seus clientes de produtos processados (locais, regionais, nacionais e internacionais) para o controle da cadeia produtiva? Se sim, por quê? E se não, por quê?
6. Cite quais/nomes são os 20 maiores clientes de produtos processados da empresa, especificando o que eles compram e onde se localizam.
7. A localização de Itumbiara influencia na relação com os clientes de produtos processados (preço final, transporte, distância etc.)?

9. Como se dá o sistema de troca de informações entre o setor comercial e seus clientes de produtos processados?
10. Como se dá o controle de vendas de produtos processados da Caramuru Alimentos S.A.?
11. A atual crise econômica e política do Brasil tem afetado os planos da empresa?
12. Qual o faturamento anual (2010 a 2016) da empresa com a venda de produtos processados para o mercado externo e para o mercado interno? (opcional)
13. Quantas toneladas foram exportadas e quantas vendidas no mercado nacional?
14. Qual é a política internacional/planos atuais e futuros da empresa no que se refere a venda de produtos processados?
15. A Caramuru Alimentos S.A. tem alguma política para atrair clientes a consumirem seus produtos processados?

ANEXO B

Título da Dissertação: Grupo Caramuru Alimentos S.A., em Itumbiara/Goiás: análise a partir das interações socioeconômicas e ambientais

Orientadora: Prof^a Dra. Magda Valéria da Silva

Mestranda: Marybeth Faria Machado

Itumbiara/GO, 26 de junho de 2017.

ROTEIRO DE ENTREVISTA – SETOR DE COMPRAS

Entrevistado(a): _____

Cargo/Função do Entrevistado(a) _____

Data da Entrevista: _____

Local da Entrevista: _____

PERGUNTAS:

1. Atualmente a Caramuru Alimentos S.A. possui quantos fornecedores ligados a linha de produção de óleos, farelo, farinhas e demais produtos processados?
2. Quais os critérios são usados para a seleção/escolha de fornecedores pela Caramuru Alimentos S.A.? Essa escolha varia conforme o tipo de produto processado?
3. Quais as dificuldades encontradas pela Caramuru Alimentos S.A. no relacionamento com os fornecedores?
4. Como os 10 (dez) maiores agricultores fornecedores de produtos in natura (soja, milho, sorgo etc.) da Caramuru Alimentos S.A. adquirem os insumos para produção destas commodities?
5. A Caramuru Alimentos S.A. faz uma divisão dos seus fornecedores (locais, regionais e nacionais) para o controle da cadeia produtiva? Se sim, por quê? E se não, por quê?
6. Nos informe os 10 maiores fornecedores de insumos/produtos/serviços à linha de produção estão localizados em Goiás e os quais não estão. Especifique o nome da empresa fornecedora, o tipo de produto/insumo/serviços fornecido ao Grupo e onde esta empresa localiza?
7. Como se dá o sistema de troca de informações entre a indústria de processamento e seus fornecedores?

8. A localização de Itumbiara influencia na relação com os fornecedores de insumos para o processamento? (preço final, transporte, distância, etc.)
9. A Caramuru Alimentos S.A. ou o município tem alguma política para atrair estes tipos de fornecedores para Itumbiara?
10. Como se dá a coleta das commodities para o processamento e fabrico dos produtos da Caramuru Alimentos S.A.?
11. Como se dá o controle de estoque (estoque zero, estoque de segurança) da Caramuru Alimentos S.A.?
12. A empresa possui uma política ambiental em que os fornecedores devem seguir para serem escolhidos?

ANEXO C

Título da Dissertação: Grupo Caramuru Alimentos S.A., em Itumbiara/Goiás: análise a partir das interações socioeconômicas e ambientais

Orientadora: Prof^a Dra. Magda Valéria da Silva

Mestranda: Marybeth Faria Machado

Itumbiara/GO, 26 de junho de 2017.

ROTEIRO DE ENTREVISTA – SETOR COMERCIAL Produtos *in natura*

Entrevistado(a): _____

Cargo/Função do Entrevistado(a) _____

Data da Entrevista: _____

Local da Entrevista: _____

PERGUNTAS:

1. Atualmente a Caramuru Alimentos S.A. possui quantos clientes que compram produtos *in natura*?
2. Quais os critérios são usados para a seleção/escolha de clientes de produtos *in natura* pela Caramuru Alimentos S.A.?
3. Quais as dificuldades encontradas pela Caramuru Alimentos S.A. no relacionamento com os clientes de produtos *in natura*?
4. Como se dá o processo de organização da rede empresarial e produtiva da Caramuru Alimentos?
5. A Caramuru Alimentos S.A. faz uma divisão dos seus clientes de produtos *in natura* (locais, regionais, nacionais e internacionais) para o controle da cadeia produtiva? Se sim, por quê? E se não, por quê?
6. Cite quais/nomes são os 20 maiores clientes de produtos *in natura* da empresa, especificando o que eles compram e onde se localizam.
7. A localização de Itumbiara influencia na relação com os clientes de produtos *in natura* (preço final, transporte, distância etc.)?

9. Como se dá o sistema de troca de informações entre o setor comercial e seus clientes de produtos *in natura*?
10. Como se dá o controle de vendas de produtos *in natura* da Caramuru Alimentos S.A.?
11. A atual crise econômica e política do Brasil tem afetado os planos da empresa?
12. Qual o faturamento anual (2010 a 2016) da empresa com a venda de produtos *in natura* para o mercado externo e para o mercado interno?(opcional)
13. Quantas toneladas foram exportadas e quantas vendidas no mercado nacional?
14. Qual é a política internacional/planos atuais e futuros da empresa no que se refere a venda de produtos *in natura*?